ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE BEJA

CARTA EDUCATIVA do MUNICÍPIO de OURIQUE

Equipas responsáveis:

Escola Superior de Educação de Beja

Câmara Municipal de Ourique

Beja, Novembro de 2006

FICHA TÉCNICA

Título	CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE
Entidade Coordenadora	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja
Equipa Técnica	Vítor Carioca, Sandra Saúde, Elisabete Xavier Gomes, Sandra Lopes, Dalila Coelho
Parceiro Local	Câmara Municipal de Ourique Florbela Martins Sofia Celorinda
Colaborador	*Estudalentejo*
Edição	Escola Superior de Educação
Execução Gráfica	Dalila Coelho
Capa	Mariana Conduto
Data	Outubro de 2006
Contactos	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja Rua Pedro Soares 7800 - 295 Beja Tel.: 284 315 000 Fax: 284 326 824 Http://www.eseb.ipbeja.pt E-mail: eseb@eseb.ipbeja.pt

Índice

Introdução 8

PARTE I. CARTA EDUCATIVA: CONCEITO E METODOLOGIA 12

1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação 13

1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização

1.2. A territorialização da educação 14

2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa 18

2.1. O plano geral de execução

2.2. Procedimentos específicos para a concepção da Carta Educativa do Concelho de Ourique 21

PARTE II. O CONCELHO DE OURIQUE: CARACTERIZAÇÃO 22

1.Caracterização socio-económica 23

1.1. Elementos geográficos e territoriais

1.2. Elementos demográficos 24

1.3. Actividade económica e emprego 31

1.3.1. Actividade económica

1.3.1.1. Procura de bens e serviços 33

1.3.2. Emprego 34

1.3.2.1. Situação perante o trabalho

1.4. Educação e ensino 35

1.4.1. Habilitações literárias e escolarização

1.5. Assistência social e saúde 40

1.5.1. Assistência social

1.5.2. Saúde 41

1.6. Cultura, desporto e associativismo 42

1.6.1. Cultura

1.6.2. Desporto 43

1.6.3. Associativismo

1.7. Uma análise das dinâmicas territoriais a partir do posicionamento das freguesias 44

2. A situação educativa do concelho de Ourique e sua evolução recente 46

2.1. A oferta educativa e formativa do concelho

2.1.1. Ensino Regular

2.1.2. A oferta de ensino profissional 47

2.1.3. Educação especial: o apoio à pessoa com deficiência

2.1.4. Educação de adultos 48

2.2. A rede escolar de Ourique: situação actual e evolução recente 49

2.2.1. Tipo e número de estabelecimentos escolares

2.2.2. Distribuição no concelho por freguesia 50

2.2.3. Organização da rede por agrupamentos 52

2.2.3.1. Número de turmas e seu regime de funcionamento 53

2.3. Infra-estruturas e recursos físicos dos estabelecimentos de educação e ensino

2.3.1. Caracterização geral

2.3.2. História recente dos estabelecimentos 63

2.4. População discente

2.4.1. Número total de alunos, por ciclo de ensino regular

2.4.2. Taxas de cobertura e níveis de escolarização 67

2.4.3. Evolução da frequência, por estabelecimento

2.4.4. Transição e retenção escolares 69

2.4.4.1. Análise dos níveis de sucesso no 1ºCEB, por estabelecimento 71

2.4.5. Abandono escolar, saída precoce e saída antecipada 74

2.4.6. Evolução da frequência nas modalidades de educação de adultos 75

2.4.6.1. Ensino Recorrente

2.4.6.2. Educação Extra-escolar

2.4.6.3. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

2.5. Pessoal docente

2.5.1. Número total de docentes, por ciclo de ensino 76

2.5.2. Vínculo profissional e habilitações para a docência

2.6. Pessoal não docente 78

2.6.1. Funções exercidas

2.6.2. Habilitações literárias e vínculo profissional 79

3. Descrição da acção educativa da Câmara Municipal de Ourique 83

3.1. Transportes escolares

3.2. Acção social escolar 86

3.3. Projectos e iniciativas de carácter educativo promovidos pela CMO

3.3.1. Programa de generalização da língua inglesa

3.4. Perspectivas para a educação 87

3.4.1. Intervenção nos estabelecimentos

4. Diagnóstico 88

4.1. Potencialidades

4.1.1. De carácter geral

4.1.2. Desagregadas por área de intervenção

4.2. Problemas 89

4.2.1. De carácter geral

4.2.2. Desagregados por área de intervenção

PARTE III. CENÁRIOS E PROJECÇÕES 93

1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local 94

2. Prospectivas para a educação em Portugal 95

2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação

2.2. Cenários e projecções para a educação em Portugal: 2000-2020 96

2.2.1. O paradigma da Sociedade Educativa como horizonte 97

2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o futuro da educação em Portugal 99

2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação 107

3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Ourique 108

3.1. Uma hipótese de evolução da população de Ourique

3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino 109

3.2.1. As expectativas de evolução da população escolar 109

3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas do concelho 111

3.3. Expectativas para a estrutura geral de habilitações da população 114

4. As tendências de evolução da educação: Ourique face ao País 115

4.1. A evolução da escolarização no País e em Ourique

PARTE IV. PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR DO CONCELHO DE OURIQUE 117

1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa em 2006 118

1.1. Prioridades para a educação

1.2. Objectivos educativos para o concelho de Ourique

2. Proposta 119

2.1. Reordenamento da rede de escolas do concelho 120

2.2. Projectos de intervenção nos estabelecimentos escolares 121

2.3. Optimização do funcionamento escolar 137

2.3.1. Apetrechamento e dotação de recursos

2.3.2. Projectos e iniciativas relativos ao contexto escolar 139

2.3.2.1. Ensino Básico

2.3.2.2. Pais e encarregados de educação 140

2.3.2.3. População Idosa 141

2.3.3. Avaliação de projectos e iniciativas

2.3.3.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB

2.3.3.2. Programa de Generalização da Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico 142

2.3.4. Bibliotecas escolares/Centros de recursos

2.3.5. Qualificação dos percursos em transporte escolar 143

2.3.6. Pessoal não docente 144

2.3.7. Cultura digital

2.3.7.1. Internet de banda larga

2.3.7.2. Criação de uma página web para a autarquia 145

2.4. Expansão da oferta formativa e educativa 146

2.4.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

2.4.2. Ensino Básico e Ensino Secundário

2.4.3. Educação de adultos 149

2.5. Outras propostas 152

2.5.1. Relação com outras entidades

2.5.2. Acessibilidade e mobilidade

2.6. Linhas de orientação da expansão do sistema educativo de Ourique e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento socio-económico 153

2.7. Estratégias de utilização da Carta Educativa para o desenvolvimento da educação no concelho 154

3. Monitorização e controlo da Carta Educativa do concelho de Ourique 156

3.1. Fases do processo

3.2. Monitorização global e específica

3.2.1. Monitorização global 157

3.2.2. Monitorização específica 158

Fontes e Bibliografia 167

Anexos

Introdução

Pensar a rede educativa de um concelho implica proporcionar o debate amplo, mas localizado, do fundamento da acção educativa. Esta, pelo seu propósito, contém em si a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento dos educandos do ponto de vista intelectual, social, técnico e humano. Os desafios actualmente colocados aos indivíduos exigem uma ruptura com práticas enraizadas, apelando a uma visão prospectiva, criativa e pró-activa na definição dos caminhos a trilhar pelas organizações escolares, assumindo-se estas mais como "centros educativos de aprendizagem" (numa perspectiva de desenvolvimento estratégico dos Concelhos), e menos como espaços fechados à mudança, numa dimensão cristalizada, cujas práticas, localização e organização espacial submetem e limitam a acção educativa.

Culminado um longo e gradual processo de descentralização de poderes em matéria da gestão educativa para as autarquias locais, quer a Lei n.º159/99, que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências quer, particularmente, o Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 Janeiro, que regulamenta as competências, composição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação bem como o conceito, objectivos e objecto das Cartas Educativas, explicitam claramente a opção pela gestão local e subsidiária de cada território educativo. Neste contexto, a Carta Educativa é assumida como um instrumento de planeamento territorial, parte integrante do Plano Director Municipal (PDM) em que intervêm, além da Câmara Municipal, outros organismos, a diversos níveis e com diferentes graus de competência, nomeadamente:

- Conselhos Municipais de Educação[1];
- Direcções Regionais de Educação;
- Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação;
- Comissões de Coordenação Regional;
- E outros: Associações de Municípios.

A Carta Educativa surge como uma ferramenta de estruturação da acção, visando a melhoria contínua do sistema educativo local, entendido numa perspectiva de Território Educativo, ou seja, não confinado ao espaço tradicionalmente reservado à escola, mas reconhecendo na multiplicidade de *inputs* económico-sociais, experiências informais e participação alargada, a oportunidade de ampliar a experiência educativa.

Carta Educativa visa a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei N.º 46/86) e dos normativos aí preconizados, especificamente:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de reordenamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, procurando rentabilizar o parque escolar existente;

[1] Designação que evoluiu da anterior: Conselhos Locais de Educação.

- Caminhar no sentido de atenuar as disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso à educação numa perspectiva de adequação da rede educativa às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

"Indissociável das propostas do Plano Director Municipal, a Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico" (Martins, 2000:9).

Qualquer acção nos domínios do planeamento e gestão do Sistema Educativo pressupõe uma visão integrada e integradora de toda a rede educativa e, particularmente, da escola, não só no plano interno da organização, mas também da gestão de recursos, práticas e relações com a comunidade. Neste âmbito, o "planeamento da rede educativa deverá orientar-se por:

- Uma concepção de escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados;
- Uma visão prospectiva da realidade, delineada em cenários de evolução construídos a partir de análises globais e qualitativas;
- Uma programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade na gestão e utilização de recursos" (Martins, 2000:8).

A ineficácia de um planeamento cristalizado e a necessidade de assumir uma nova concepção de escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação, centros de recursos e outros apoios diversificados, levaram a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para o conceito transversal de Carta Educativa. Este engloba não só os equipamentos escolares, mas todos os equipamentos sociais e colectivos relacionados com a filosofia de educação ao longo da vida. Neste âmbito, a Carta Educativa assume-se como um instrumento orientador fundamental, produto de uma prática real de "planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social" (Martins, 2000:8).

Com base no disposto no já referido Decreto-Lei Nº.7/03 de 15 de Janeiro foi estabelecido um protocolo entre a Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), actual Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), e a Escola Superior de Educação de Beja (ESEB), a 1 de Outubro de 2003 e revisto a 15 de Outubro de 2004 e a 31 de Outubro de 2005. Neste, a ESEB assumiu a

responsabilidade, em regime de colaboração directa com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia, da coordenação e execução técnica das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja.

De acordo com o plano geral de execução, a Carta Educativa do Concelho de Ourique está estruturada em **4 partes**, a saber:

- **Parte I.** Carta Educativa: conceito e metodologia. Esta parte é dedicada à análise e interpretação do enquadramento político e educacional da Carta Educativa no contexto sócio-político actual e à definição das opções e estratégias metodológicas assumidas no processo global de concepção das Cartas Educativas do Distrito de Beja e, em particular, no respeitante ao concelho em análise.

- **Parte II**. O concelho de Ourique: Caracterização. Os objectivos desta parte e dos capítulos que a constituem são, por um lado, caracterizar a situação económica e social do concelho em função dos principais indicadores mais directamente relacionados com a educação e, por outro lado, analisar a evolução recente e o quadro actual da rede educativa do concelho. Tal implica a exploração de um vasto conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, respeitantes à procura e à oferta de educação, às características da rede educativa, aos discentes, docentes e não docentes. Adicionalmente, é feita uma caracterização das áreas de intervenção da autarquia no domínio educativo, que complementa a análise sobre a dinâmica educativa existente no concelho.

  A finalizar esta parte é apresentado um Diagnóstico – síntese da situação da rede educativa do concelho, onde se evidenciam as suas principais potencialidades e problemas, sustentado na análise dos aspectos referentes à dinâmica populacional, às características e mudanças constatadas no parque escolar e às tendências retrospectivas de evolução da população discente, docente e não docente.

  A equipa técnica da autarquia facultou alguns textos de base à caracterização socio-económica, posteriormente ajustados e ampliados pela equipa de coordenação da ESEB e seus colaboradores. A esta última coube, também, a responsabilidade de caracterizar e analisar a evolução recente e situação actual da rede educativa do concelho. Para o efeito, os dados necessários foram cedidos pelo Ministério da Educação, através dos seus: a) Serviços Centrais, nomeadamente, o Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE); b) Serviços Regionais – Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA) e c) Serviços Locais – Centro de Área Educativa do Baixo-Alentejo e Alentejo Litoral (CAE-BAAL). Ainda no plano local, a recolha de informação foi realizada junto da Câmara Municipal e das instituições de educação públicas, particulares e cooperativas existentes no concelho.

- **Parte III.** Cenários e Projecções. Nesta parte é feito um exercício de prospectiva acerca da evolução provável e desejável da rede educativa. Trata-se de uma análise de tendências em curso, de situações emergentes e de rupturas potenciais, quer do lado da procura, quer do lado da oferta de educação, no quadro da dinâmica educativa do concelho. A finalizar, é feita a comparação entre os indicadores e metas previstos para o país e para o concelho, realizando-se uma exploração e interpretação prévia das projecções de evolução demográfica e de procura escolar até ao ano de 2011/2012.

A concepção desta parte foi coordenada pela equipa da ESEB a partir de dados já existentes e concebidos para o efeito. Em concreto, as projecções da evolução da população escolar desagregadas por escola foram disponibilizadas pela Direcção Regional de Educação do Alentejo. As projecções demográficas e os cenários de evolução dos níveis de escolarização foram concebidos pela empresa Estudalentejo (sediada em Alvito), sendo os cenários educacionais traçados para o País sustentados no estudo de reflexão prospectiva coordenado por Roberto Carneiro: "O futuro da educação em Portugal: Tendências e Oportunidades", a partir do qual também foram deduzidos indicadores estruturantes para a definição das metas educacionais a atingir no concelho em análise.

- **Parte IV.** Proposta de Reordenamento da Rede Escolar do Concelho de Ourique. Na caracterização da situação escolar e projecção da sua evolução detectam-se situações que sugerem alteração. Estas traduzem-se num conjunto de propostas de direcção estratégica de trabalho e de acção, devidamente fundamentadas e justificadas nas hipóteses e metas educacionais assumidas para o concelho, tendo em vista o reordenamento da rede educativa. Assim, "estabelecido o diagnóstico e detectadas eventuais deficiências ou mesmo rupturas da rede existente, formulam-se as propostas de reordenamento que devem ser inspiradas em princípios de prospectiva e do planeamento estratégico" (Martins, 2000:32). Parte das propostas de intervenção foram elaboradas pela Câmara Municipal de Ourique, em Abril de 2006, e devidamente reflectidas e consensualizadas pela equipa da ESEB.

PARTE I.

CARTA EDUCATIVA: CONCEITO E METODOLOGIA

1. Cartas Educativas: instrumentos de territorialização da educação

A Carta Educativa concelhia é um documento que reflecte um princípio contemporâneo subjacente ao desenvolvimento dos sistemas educativos, e sociais, em Portugal e noutras sociedades ocidentais: a progressiva territorialização dos modos de pensar e fazer a educação.

As Cartas Educativas são documentos oficiais da iniciativa do poder central e de âmbito do ordenamento do território, a serem equacionados pelos poderes locais de acordo com critérios e limites definidos centralmente. Desta forma, constituem-se como documentos de dupla ancoragem – central e local – com implicações num terreno de debate amplo e polifónico: a educação. Coexistem com outros documentos e outras decisões que se enquadram em movimentos de questionamento do escolo-centrismo, do Estado educador e da supremacia da cultura erudita tradicionalmente transmitida e defendida pela instituição escola. De facto, a Carta Educativa constitui-se como lugar de consolidação da comunidade educativa, mais consistente por que mais vinculada ao processo de construção local de política educativa, num esforço de cruzamento e análise de um conjunto de medidas afirmadas na atribuição de competências ao poder local e de autonomia às escolas.

Equacionamos a elaboração deste documento com uma carga interpelativa, prospectiva e política, com o propósito de procurar tanto as soluções quanto os problemas, no sentido da sua clarificação. Mas também, necessariamente, da compreensão das consequências da transformação ou da estagnação da situação educativa dos concelhos implicados.

Duas dimensões de abordagem são exigidas para a realização da Carta Educativa assim pautadas: uma relativa à política educativa, referente a questões de educação, e não apenas de escolarização. Outra, a de territorialização, assente numa lógica de descentralização, e não apenas de desconcentração.

1.1. Ao longo da vida: uma lógica de educação e não de escolarização

Em termos gerais, educação é a designação dada aos processos que conduzem e produzem aprendizagens. Este é o fim último da educação. Esta é, também, a impossibilidade de limitar a educação. A aprendizagem é e não é intencional, significativa, útil. É precoce e tardia e acontece sob moldes formais, não-formais e informais.

Feita esta constatação, torna-se claro e necessário que a questão educativa se debate em campos de contradições e em múltiplas dinâmicas de ajustamento, nomeadamente entre o nacional, o transnacional e o local.

Esta multiplicação dos lugares e dos sujeitos da educação e da aprendizagem tem uma dimensão claramente transnacional, especialmente perceptível nas perspectivas comparadas da educação e nas relações estabelecidas entre educação e desenvolvimento, materializadas em *slogans* universais e práticas diversificadas - a educação ao longo da vida e para todos, os movimentos globais de raízes locais, a construção de identidades, a reinvenção da democracia a partir da intervenção no meio educacional com uma proliferação de profissionais, de tempos e de espaços de educação.

O advento dos Projectos Educativos de Escola, com diferentes níveis de formatação central, pode ser percebido como uma preocupação com a identificação de necessidades específicas de cada contexto. Também os projectos educativos locais ou de cidade, e mesmo os de redes de escolas isoladas, evidenciam estas dificuldades de delimitação da cena educativa e de situar de forma unívoca e oficial

as experiências que despertam aprendizagens. "Subjacente ao PEL [Projecto Educativo Local] está uma lógica que visa reforçar a dependência da acção educativa relativamente ao contexto (Canário, 1999), assim como uma perspectiva que tende a alargar a responsabilidade de intervenção na educação a diferentes actores locais. (...) Derouet referenciou como a construção de um bem comum local" (Rodrigues, 2003: 78).

A construção de um "bem comum local" (Derouet, cit. por Rodrigues, 2003) ou o desenvolvimento de um "espaço público educativo" (Sarmento, 1999) assentam numa lógica de intenção-acção-avaliação e exigem equipamentos diversificados e acessíveis, profissionais com formação adequada, pois é necessário que sejam significativos para o conjunto de pessoas, de vontades e de necessidades. É o apelo a relações de dependência e de interpelação entre a educação – em modalidades oficiais, definidas e mensuráveis – e o desenvolvimento.

Em contextos genericamente catalogados como de crise da educação e das suas condições de existência, torna-se cada vez mais urgente encontrar o caminho para a definição de novos sentidos para as questões escolares e extra-escolares. Esse caminho poderá ser, em boa parte, o da "acção contextualizada dos actores locais, ao constituírem redes de solidariedade e cooperação, em que a afirmação da diversidade, em vez de constituir um constrangimento, passa a constituir um importante recurso a rentabilizar na formação dos actores e no desenvolvimento local" (Rodrigues, 2003: 79).

De acordo com esta abordagem, as Cartas Educativas, reguladas pelo Decreto-lei nº.7 de 2003, deverão ocupar-se do planeamento das necessidades de equipamentos e recursos para as modalidades de ensino e educação não superior a ocorrer nos limites geográficos de Portugal: o ensino regular, a educação especial, o ensino profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar – modalidades de educação definidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta orientação aponta no sentido da educação ao longo da vida e acentua a procura de formas de promover percursos educativos e escolares bem sucedidos, na complementaridade dos diversos níveis e modalidades de educação.

1.2. A Territorialização da Educação

"O território é constituído no jogo social, isto é, pelo sistema de interacções no seu interior e com o seu contexto envolvente. Neste jogo estabelecem-se regras e condições de acção. São essas regras que delimitam o território e lhe dão espessura e relevo, estabelecendo desse modo uma topografia" (Sarmento, 1999: 19). Entre outros autores que problematizam a vinculação da escola ao território ou à comunidade, Manuel Sarmento enfatiza que o território não é *dado*, no sentido de não serem imediatos e consensuais os seus limites e de exigir conhecimento e análise dos jogos estabelecidos, tanto quanto capacidade de compreender as regras emergentes e de conceber e afectar regras aos jogadores.

A *coisa educativa* é um dos temas jogados nos territórios contemporâneos, com uma forte proliferação de actores, de contextos e de versões dos seus resultados. Nas versões primeiras, a educação desenrolava-se tanto melhor quanto mais independente fosse dos territórios. Seguiram-se versões mais complexas de justaposição das especificidades da instituição escola e do território onde se situa, assumindo-se que o processo educativo de um indivíduo deve integrar e contemplar a sua pertença e enraizamento a um local. De facto, a apologia da territorialização associa-se a uma progressiva sofisticação do processo educativo que implica organizações aprendentes, comunidades activas e

intervenientes e uma educação permanente, em lugares que não exclusivamente os escolares e para todas as faixas etárias.

Esta versão última da abordagem ao processo educativo materializa-se nos Agrupamentos Verticais e Horizontais de Escolas e no movimento das Cidades Educadoras – de que Barcelona é caso reconhecido. Os primeiros implicam o território numa dimensão cartográfica pelo estabelecimento de organizações, dotadas de competências de gestão, de escolas do ensino básico. No entanto, e de um modo geral, à margem dos Agrupamentos de Escolas ficaram os ensinos secundário e profissional, o ensino recorrente e a educação extra-escolar, bem como o subsistema de ensino particular e cooperativo. Já as cidades educadoras dão nome a uma utopia assente na importância da necessidade de gerar mecanismos que desenvolvam rotinas e espaços de colaboração públicos e privados que criam *a comunidade*, para além da autarquia e do localismo puros, no sentido de enfatizar a responsabilidade colectiva pela educação, na sua relação com o desenvolvimento das comunidades (Subirats, 2001).

Com os Agrupamentos acentua-se o discurso da eficácia da escola, pelo assegurar das relações com o contexto e a comunidade, pela rentabilização de recursos físicos e humanos e pela distribuição de competências. Com as cidades educadoras e a educação permanente e ao longo da vida contribui-se para a pedagogização das sociedades e o questionamento da forma escolar (Canário, 1999; Correia, 1999).

O Decreto-Lei nº. 7 de 2003 evoca estas leituras ao legislar sobre o ordenamento do território da educação ao nível local. Como referimos, por via deste diploma são instituídas duas figuras: o Conselho Municipal de Educação e a Carta Educativa. Ambas transportam continuidade e novidade. Continuidade de órgãos consultivos na organização social portuguesa[2] e de documentos de carácter cartográfico para o planeamento da educação escolar pública, a partir do poder central[3].

Destacamos iniciativas de descentralização do sistema educativo português contemporâneo na atribuição aos municípios das competências inerentes aos transportes escolares, em Setembro de 1984, e as medidas de atribuição de competências relativas à acção social escolar, em Dezembro do mesmo ano[4].

Dois anos depois, em Outubro de 1986, é promulgada a Lei de Bases do Sistema Educativo Português[5], que apresenta o princípio da comunidade educativa como elemento participativo nas decisões em matéria de educação, passível de concretização com a introdução de pressupostos de autonomia e democratização na gestão e administração das escolas públicas[6]. As Cartas Escolares concelhias, desenvolvidas nas várias regiões do país e publicadas por volta de 1990[7], são uma concretização da vontade de consubstanciar as comunidades educativas de Portugal.

Tal como acontece com o actual enquadramento legal e político das Cartas Educativas, também estas medidas foram da iniciativa do poder central, com objectivos de carácter eminentemente administrativo, aproximando o poder de concepção e de execução dos contextos locais de actuação. Estas competências, ainda que com implicações nos quotidianos escolares, foram concebidas e apresentadas

[2] No roteiro de movimentos de descentralização a partir da década de 80, veja-se, por exemplo, a criação de conselhos consultivos para os transportes escolares e para a acção social escolar e os Conselhos Locais de Educação, em 1998.
[3] Vejam-se o planeamento por carta de Marquês de Pombal após a expulsão dos Jesuítas e, já no século XX, o Plano dos Centenários.
[4] Estas medidas estão legisladas, respectivamente, pelos Decretos-Lei Nº. 299/84 e Nº. 399-A/84.
[5] Lei Nº. 46/86 que se encontra em vigor com uma alteração em 1997.
[6] O regime de autonomia foi apresentado no Decreto-Lei nº. 43/89 que superintendeu dois modelos de gestão e administração autónoma das escolas do ensino público não superior – de 1991 e de 1998 – e que continua em vigor.
[7] De que é exemplo: DEP/GEF (1991). *Cartas Escolares da Região do Alentejo*. Lisboa: Ministério da Educação.

de forma atómica e não enquadradas num entendimento mais vasto do funcionamento do sistema educativo português.

O estudo de educação comparada desenvolvido e publicado pela rede Eurydice[8] conclui que "as reformas realizadas na administração geral do sistema escolar resumem-se essencialmente a um movimento progressivo de descentralização e de delegação de poderes na sociedade. Quase todos os países abrangidos introduziram novas regulamentações que deslocam o poder de decisão do Estado central para as autoridades regionais, locais ou municipais e destas para os estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo observa-se um aumento de participação da comunidade educativa." (Eurydice, 1998: 26). Como se verifica, as tendências transnacionais das políticas educativas são evidentes. João Barroso (1998) desenvolve a temática da administração das escolas e constata a existência de países precursores destas medidas de autonomização, como sejam a Nova Zelândia, o Reino Unido e a Austrália. Também António Teodoro (2001) evidencia o papel das organizações internacionais – de que são exemplo a União Europeia (UE), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras – na normalização das políticas educativas.

O relatório da UNESCO, coordenado por Jacques Delors nos anos 1990, postula que "o sucesso da escolarização depende, em larga medida do valor que a colectividade atribuir à educação. (...) A outorga, por parte do Estado, de subsídios às comunidades locais que se esforçam por resolver os seus próprios problemas, aperfeiçoar-se e organizar-se, revelou-se uma solução mais eficaz do que as acções vindas de cima, visando impor o progresso" (UNESCO, 1996: 112-113).

Em Portugal, o complexo processo da descentralização prossegue na década de 1990. Destacamos dois diplomas que o configuram enquanto processo em desenvolvimento e não como estado já alcançado: o regime de autonomia administração e gestão das escolas públicas do ensino não superior e o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais[9]. O primeiro respeita, exclusivamente, a questões de âmbito escolar. Já este último inclui o domínio educativo no conjunto das atribuições do poder local. Ambos são marcos de processos de democratização, autonomização e descentralização, ao nível das escolas e dos municípios, respectivamente. O modelo de gestão das escolas implica e exige a presença de representantes dos poderes e interesses locais num dos seus órgãos de gestão. De modo complementar, as atribuições das autarquias compreendem:

- os edifícios escolares;
- os transportes;
- a alimentação;
- a acção social escolar;
- o apoio a actividades complementares da acção educativa e extra-escolar;
- a gestão de pessoal não docente da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Ambos prevêem a criação, por iniciativa dos municípios, de estruturas consultivas ao nível concelhio. A autonomização e descentralização do sistema educativo exigem regulação. É neste sentido que entendemos a publicação do diploma legal que trata da avaliação da educação e do ensino não

[8] Rede de Informação sobre Educação na União Europeia.
[9] Estas medidas estão legisladas, respectivamente, no Decreto-Lei nº. 115-A/98 e na Lei nº. 159/99.

superior[10]. Esta medida tem como objectivos "dotar a administração educativa local, regional e nacional (...) de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo (...) valorizar o papel dos vários membros da comunidade educativa (...) das autarquias locais" (Artigo 3º, Lei nº. 31/2002).

Estes diplomas coexistem com o que trata a "concretização da descentralização administrativa (...) enquanto aposta genérica no princípio da subsidariedade (...) um modelo de organização administrativa tendente à obtenção de melhores níveis de satisfação das necessidades reais dos cidadãos" (Preâmbulo do Decreto-lei nº. 7/2003).

Destas formas intensifica-se o apelo à coesão das comunidades em torno das questões educativas, promovendo as parcerias, os partenariados e a colaboração em domínios diversificados para dar resposta às necessidades detectadas e detectáveis localmente.

Parece-nos ser este um momento de extremo interesse na política educativa nacional, por abrir a porta a uma possibilidade efectiva de territorialização da educação, ao mesmo tempo que assume a "dupla função de enquadramento e de regulação" (UNESCO, 1996:151). Da mesma forma, este pode ser um momento inócuo de forte produção de documentos, por parte das escolas, das autarquias e do Ministério da Educação, mas mutuamente ignorados. Recuperamos a fórmula sinérgica apresentada por Barroso para a distribuição de poderes na gestão do sistema educativo[11]: "poderes locais fortes, escolas fortes, cidadãos participativos, estado atento e interveniente" (Barroso, 1998: 49-50).

Assegurar a gestão programada das interdependências é o «calcanhar de Aquiles» da territorialização da educação; é também a função maior dos Conselhos Municipais de Educação e das autarquias. É neste contexto que entendemos a elaboração da Carta Educativa.

A pertinência deste documento reside no seu processo tanto quanto nos resultados que vierem a ser alcançados em cada concelho. Atitudes de diagnóstico da situação educativa local, de caracterização da oferta e procura educativas e de produção de mecanismos de desencadeamento de interpelação entre tensões e forças manifestas do território não integram, ainda, as sociedades portuguesas.

A capacidade de identificar problemas, de desenhar as necessidades e de definir os meios implicados para potenciar a acção não estão ainda conseguida, sendo condição para assumir o espaço das políticas educativas locais, pelo "facto de aí coexistirem e só aí poderem ser articuladas distintas lógicas de acção" (Canário, 1999: 29).

A oportunidade da Carta Educativa é potenciar o protagonismo local em termos de política educativa, pois o que está em causa em momentos de territorialização da educação é o papel da educação na sociedade contemporânea e "as questões que se colocam não são apenas técnicas, administrativas ou jurídicas mas são, sobretudo, questões políticas" (Guerra, 2002: 193). Exigem a tomada de posição local, no sentido da adopção de um pensamento reticular que insira as escolas em redes de relações que as transcendem, em vez de as tomar como as unidades de gestão da escolarização (Correia, 1999).

Os desafios às políticas educativas locais, que Isabel Guerra sintetiza com clareza, podem ser referentes de particular relevo para a assunção de políticas locais: "considerar a descentralização da educação não como um mero problema de competências ou funcional, mas como um problema político (…) ultrapassar a dispersão, o desenrascanço, a espontaneidade e o voluntarismo através de uma acção

[10] Lei nº. 31/2002.

[11] O autor apresenta esta fórmula como subjacente a uma proposta de autonomia das escolas que apresentou ao ministério da educação em meados da década de 90. Não sendo específica do momento político que aqui comentamos, consideramos que em nada perdeu actualidade e pertinência.

planeada, participada e avaliada (…) coordenar todas as políticas locais – educativas, culturais, de emprego e de criação de empresas, etc. – num processo de desenvolvimento local (...) priorizar as zonas com problemas e garantir a igualdade de oportunidades através de uma acção preventiva e discriminação positiva" (Guerra, 2002: 196-197). Neste sentido, as Cartas Educativas constituem-se como compromissos materiais dos poderes locais com o local, com a possibilidade real de tomar opções visíveis e projectadas.

2. Opções metodológicas para a concepção da Carta Educativa

2.1. O plano geral de execução

De acordo com o protocolo estabelecido entre a ESEB e a AMBAAL, para a execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja foi constituída uma equipa técnica que coordenou o desenvolvimento de um plano de trabalho dividido em 4 fases, a saber:

- Planeamento e definição de metodologias de trabalho.
- Análise e diagnóstico da situação – que implicou a caracterização sócio-económica e educativa do território em estudo.
- Definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa.
- Revisão e concepção da versão definitiva da Carta Educativa.

A Primeira Fase foi dedicada à definição e planeamento da estratégia metodológica a seguir, o que implicou:

- a compilação e triagem da informação necessária para a clarificação das tendências e opções estratégicas em matéria de política educativa nacional. Foi, também, efectuada uma vasta pesquisa e análise à legislação existente, quer a que enquadra genericamente a temática, quer a que define as competências das autarquias para a área educativa;
- a exploração e clarificação dos conceitos e princípios reguladores inscritos no normativo legal e que configuram a execução da Carta Educativa;
- a identificação da informação a recolher, solicitar e analisar;
- a concepção de um guião/índice geral de trabalho e respectivo cronograma inicial de execução;
- a definição dos papéis, funções e responsabilidades de cada um dos membros da equipa de execução da Carta Educativa, constituída pela equipa de coordenação da ESEB e pelos técnicos responsáveis pela área em cada autarquia, de acordo com o guião de trabalho criado;
- a clarificação dos papéis, funções e responsabilidades a serem assumidas pelos outros organismos que, além de cada Câmara Municipal, intervêm também no processo, como sejam: o Conselho Municipal de Educação, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, os Serviços Locais e Centrais do Ministério da Educação e a Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral;
- a discussão e validação da proposta metodológica global de execução, que inclui a estratégia, objectivos gerais e específicos para cada fase, calendário, distribuição de tarefas e definição de

competências de cada um dos participantes directos e indirectos no processo de concepção, por parte da equipa de coordenação da ESEB, junto de cada autarquia.

A Segunda Fase - Análise e diagnóstico da situação - implicou o levantamento, análise e caracterização do quadro actual da situação socio-económica e da rede educativa de todos os concelhos do Distrito de Beja. Para o efeito, e do ponto de vista socio-económico, foram explorados indicadores relativos ao contexto geográfico e histórico, à evolução e caracterização demográfica, à situação da actividade económica e do emprego, da saúde e assistência social e do património, cultura e associativismo. Foram também considerados alguns indicadores globais de educação e formação que permitiram a caracterização dos níveis de escolarização da população do concelho.

Ao nível da rede educativa procurou-se analisar as condições de funcionamento do parque escolar e, também, traçar um quadro retrospectivo da procura de ensino, avaliando os níveis de escolarização, as taxas de cobertura, de sucesso e de abandono de cada nível de ensino. Em concreto, foi feita uma caracterização-síntese da situação actual da educação e do desenvolvimento do concelho, avaliando os principais constrangimentos e potencialidades existentes.

A Terceira Fase consistiu na definição das propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa. Esta foi, essencialmente, constituída pelas orientações a dar à política educativa na região e por propostas precisas de intervenção e de reordenamento do território educativo, estruturalmente definidas de acordo com o diagnóstico elaborado na fase anterior e nas projecções e cenários educacionais de procura escolar perspectivados para o concelho. Qualquer acção de planeamento tem de ser, necessariamente, suportada em cenários de evolução a curto e médio prazo, que no caso concreto, implicaram a exploração e análise das projecções: i) de evolução da população escolar a frequentar o ensino regular (da educação pré-escolar ao ensino secundário, incluindo o ensino profissional) e ii) de evolução demográfica, por grupos quinquenais de idade, de cada concelho até 2010.

As propostas devem ser entendidas como princípios orientadores de uma acção convergente de muitas vontades, de parceiros sociais com perspectivas diversas da mesma realidade. Princípios orientadores de uma política democrática e participada, que toma expressão na fase de concretização das propostas.

A Quarta Fase foi dedicada à revisão do documento definitivo proposto pela equipa de coordenação, tendo sido entregue para análise e aprovação por parte do Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de cada autarquia. "A componente fundamental desta fase consiste na consulta pública a que devem ser submetidos todos os documentos da Carta, nomeadamente as propostas de reordenamento da rede e de desenvolvimento do sistema educativo local. Deste processo, deverão ser técnica e politicamente apreciadas as críticas, sugestões, entre outros, que permitam definir ajustes ou reformulações que sejam necessários, afinar os percursos e estratégias a seguir, assim como as acções a desenvolver ao longo dos percursos definidos, de molde a "fechar" o documento final da Carta" (Martins, 2000:15).

O plano de execução das Cartas Educativas dos 14 concelhos do Distrito de Beja implicou a constituição de um grupo de trabalho composto pela equipa da ESEB e pelos técnicos responsáveis pela área sócio-educativa em cada autarquia. A equipa técnica da ESEB assumiu a coordenação dos trabalhos o que implicou: i) a definição da estratégia metodológica global; ii) a orientação da execução sob a responsabilidade dos técnicos das autarquias e desenvolvimento específico de outras sob sua responsabilidade; iii) a organização da reflexão e análise global do documento em construção e iv) a elaboração do relatório final e versão definitiva de cada Carta Educativa.

Ao longo dos trabalhos, a equipa de coordenação e os técnicos de cada autarquia mantiveram contactos mais ou menos regulares[12] o que implicou a realização de algumas reuniões de trabalho individualizado e de trabalho conjunto com cada equipa, para discussão e análise de procedimentos comuns de execução das Cartas Educativas e para a exploração de resultados preliminares. Complementarmente, foram realizadas visitas de trabalho a cada concelho, em que a equipa da ESEB e representante(s) da autarquia visitaram e tomaram contacto com a realidade da rede de equipamentos escolares. Para além da observação no terreno, que permitiu a recolha directa de um conjunto de indicadores de caracterização do parque escolar existente, foram também realizadas, aquando da visita e sempre que possível, reflexões conjuntas sobre os objectivos e as características do trabalho em curso, com os membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, Escolas Básicas Integradas, Escolas Secundárias, professores e educadores de diversos níveis de ensino em exercício nas diversas escolas visitadas, responsáveis e professores de Escolas Profissionais, representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local existentes em cada concelho, entre outros.

A caracterização escolar foi direccionada segundo os seguintes indicadores: a acessibilidade e a localização dos edifícios, o seu estado de conservação, a adequação dos espaços e respectiva organização e utilização, a área de recreio, a sua dimensão e capacidade em número de salas, principais problemas e potencialidades, entre outros indicadores.

O processo de concepção das Cartas Educativas foi iniciado em Outubro de 2003, tendo sido realizada a 24 de Outubro, a primeira reunião conjunta entre a equipa da ESEB e representantes de cada autarquia em que foi apresentada e discutida a linha metodológica a seguir, proposta pela equipa coordenadora.

Ao longo do desenvolvimento do guião de trabalho definido para as Cartas Educativas houve a necessidade de superar alguns problemas e dificuldades que estão eminentemente associados à natureza, quantidade e qualidade dos dados exigidos na sua concepção. "As situações concretas são frequentemente complexas. As situações educativas concretas têm grande probabilidade de o serem. Muitas delas, em que as manifestações de vontade dos diversos intervenientes se pautam por preocupações e dinâmicas diferentes, eventualmente contraditórias, quase certamente o são" (Martins, 2000:31).

De facto, a concepção da Carta Educativa pressupõe partilha e participação. Partilha de dados e participação na perspectiva do confronto e assunção de diferentes perspectivas. A Carta Educativa é, pois, um instrumento de planeamento estratégico de qualquer território educativo que se quer feito de e para o mesmo. Como exemplos deste pressuposto metodológico explicitam-se: os pedidos de colaboração e de assunção de responsabilidades por parte dos Conselhos Municipais de Educação na

[12] A frequência dos contactos mantidos com os técnicos foi distinta de autarquia para autarquia.

concepção de partes específicas do trabalho[13]; a circular enviada a todos os Conselhos Executivos dos Agrupamentos de Escolas a informar os objectivos e metodologia seguida; os contactos estabelecidos com membros dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares, das escolas EB23, das Escolas Básicas Integradas, das Escolas Secundárias, bem como, com professores e educadores de diversos níveis de ensino, com responsáveis e professores de Escolas Profissionais, com representantes de Associações culturais, recreativas e de Desenvolvimento Local, entre outros, aquando das visitas efectuadas a cada concelho; as reuniões de trabalho realizadas com os técnicos responsáveis pela área educativa em cada autarquia.

No âmbito das condições de execução técnica definidas no protocolo estabelecido entre a ESEB e a então AMBD foi garantido espaço e meios para que os dispositivos, possíveis, de participação funcionassem.

2.2. Procedimentos metodológicos específicos para a concepção da Carta Educativa do concelho de Ourique

Conscientes de que a qualidade do Sistema Educativo não depende apenas da valorização dos espaços de aprendizagem, a Carta Educativa deve expressar a mobilização de toda uma comunidade local que reconhece nos agentes educativos os vectores principais da necessária animação, mediação e concertação de vontades na promoção e procura constante da qualidade e adequabilidade do sistema educativo local aos desafios colocados por uma sociedade cada vez mais exigente com as competências dos seus cidadãos.

A Carta Educativa de Ourique fez-se em parceria. Num primeiro nível, e no âmbito do protocolo estabelecido entre a AMDB (actual AMBAAL) e a ESEB, numa parceria de coordenação e execução técnica assegurada pelas equipas da ESEB e da Câmara Municipal de Ourique. Num segundo nível, pela colaboração de todos os parceiros locais que integram e estruturam a rede educativa local, a saber: Agrupamento Vertical de Escolas e Jardins-de-infância de Ourique e Santa Casa da Misericórdia de Ourique.

A colaboração destas entidades implicou a disponibilização de dados de diversa natureza, que permitiram caracterizar a evolução recente e a situação actual da rede educativa do concelho e fundamentar, conjuntamente com os dados obtidos através do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística, as propostas de reconfiguração/reordenamento da rede educativa.

Os resultados deste trabalho conjunto formalizam-se no texto que a seguir se apresenta.

[13] Refere-se em particular os ofícios enviados pela equipa de coordenação da ESEB a 26 de Janeiro de 2004 para os Conselhos Municipais de Educação e Agrupamentos de Escolas.

PARTE II.

O CONCELHO DE OURIQUE: CARACTERIZAÇÃO

1.Caracterização socio-económica

1.1. Elementos geográficos e territoriais

O concelho de Ourique abrange uma área de 664,5 km^2, correspondendo a 5% da superfície do Baixo Alentejo[14], e está organizado em seis freguesias: Conceição, Garvão, Ourique, Panóias, Santa Luzia e Santana da Serra. A freguesia mais extensa é a de Ourique, que ocupa uma área de 249,5 km^2, seguindo-se a de Santana da Serra com 190,8 km^2, Panóias com 110,4 km^2, Garvão com 42,5 km^2, Stª Luzia com 34,9 km^2 e Conceição, a freguesia mais pequena do concelho, que ocupa apenas 32,1 km^2 de área. O município é limitado a norte pelos municípios de Santiago do Cacém e Aljustrel, a leste por Castro Verde e Almodôvar, a sul por Silves e a oeste por Odemira.

Figura 1. Mapa do concelho e sua localização no Distrito de Beja.

Fonte: http://veraki.pt, em Outubro de 2006.

Figura 2. Divisão administrativa e rede viária do concelho de Ourique

As principais vias que servem este concelho são: os IP1 e IP2, EN123, a estrada nacional EN261 e a Auto-Estrada do Sul. O concelho é servido por uma rede de transportes públicos rodoviária de tipo regional

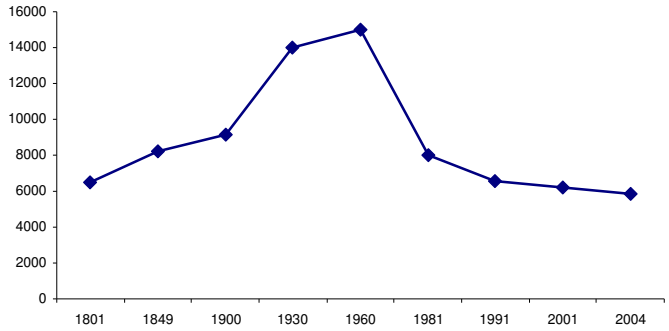
[14] Por sua vez o Baixo Alentejo com 8544,5 Km$_2$ representa 25% da superfície do Alentejo.

(serve todas as freguesias diariamente), expresso (serve Ourique diariamente), internacional (Ourique). A rede inclui ainda transporte ferroviário: intercidades (serve a freguesia de Garvão diariamente).

1.2. Elementos demográficos

Em 2001, a população do concelho de Ourique era composta por 6199 habitantes, o equivalente a 8% da população do Baixo Alentejo[15].

Gráfico 1. Evolução da população residente no concelho de Ourique.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População.

A análise da evolução da população residente no concelho de Ourique, evidencia uma diminuição continuada do efectivo populacional desde 1960. Nas últimas quatro décadas a variação populacional atingiu os 58,7%, ou seja, o concelho perdeu 8803 habitantes, valor bastante superior à população actual. Contudo a última década (91-01) revela um abrandamento desta perda massiva de efectivo populacional registando uma variação de -6% (398 habitantes).

Zona	1991	2001	Variação%
Alentejo	782331	776585	-0,7
Baixo Alentejo	143020	135105	-5,5
Aljustrel	11990	10567	-11,9
Almodôvar	8999	8145	-9,5
Alvito	2650	2688	1,4
Barrancos	2052	1924	-6,2
Beja	35827	35762	-0,2
Castro Verde	7762	7603	-2,0
Cuba	5494	4994	-9,1
Ferreira do Alentejo	10075	9010	-10,6
Mértola	9805	8712	-11,1
Moura	17549	16590	-5,5
Odemira	26418	26106	-1,2
Ourique	6597	6199	-6,0
Serpa	17915	16723	-6,7
Vidigueira	6305	6188	-1,9

Tabela 1. População residente no Alentejo, Baixo Alentejo e Concelhos, 1991 e 2001.
Fonte: INE, Censos 2001.

Comparando os níveis de variação populacional com os restantes concelhos do Baixo Alentejo, pode dizer-se que Ourique se situa, em níveis intermédios de variação negativa, consideravelmente superiores às obtidas para a região do Alentejo e do Baixo Alentejo.

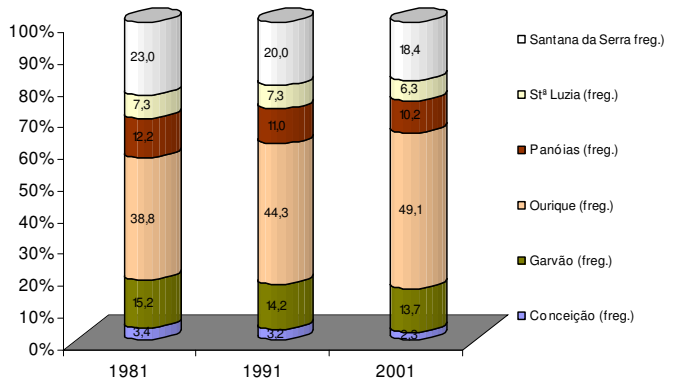
[15] Por sua vez o Baixo Alentejo com 135105 habitantes representava 31% da população do Alentejo.

Freguesia/região	População residente			Variação da População (%)		
	1981	1991	2001	81-91	91-01	81-01
Ourique (conc)	7969	6597	6199	-17,2	-5,8	-22,2
Conceição (freg.)	274	208	141	-24,1	-32,2	-48,5
Garvão (freg.)	1213	938	851	-22,7	-9,4	-29,8
Ourique (freg.)	3090	2923	3041	-5,4	4,3	-1,7
Panóias (freg.)	976	728	634	-25,4	-12,9	-35
Stª Luzia (freg.)	580	483	393	-16,7	-17,2	-32,2
Santana da Serra freg.)	1836	1317	1139	-28,3	-13,2	-37,9
Baixo Alentejo	158957	143020	134914	-10,0	-5,5	-15,1
Alentejo	578430	543442	534365	-6,0	-3,0	-7,6

Tabela 2. População residente no concelho de Ourique, por freguesias em 1981, 1991 e 2001.
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População – 2001.

A forma como a população do concelho se distribui pelo território denota uma crescente concentração em aglomerados de maior dimensão e uma diminuição da população a residir em locais isolados ou a viver em aglomerados de pequena dimensão. Deste modo, evidencia-se a tendência para a concentração da população na sede de concelho que se acentua em 2001: quase metade (49%) da população reside na sede de concelho.

Gráfico 2. Distribuição relativa da População Residente, por freguesias (1981-2001).



Fonte: INE: Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Região	Dimensão dos lugares	População Residente (%)		
		1981	1991	2001
Concelho de Ourique	Isolados	39,6	29,6	25,6
	Até 2000	60,4	70,4	74,3
	2000 ou mais	--	--	--
Baixo Alentejo	Isolados	11,4	8,7	7,7
	Até 2000	46,6	47,7	44,8
	2000 ou mais	41,9	43,6	47,5
Alentejo	Isolados	13,0	10,6	10,6
	Até 2000	46,6	43,7	39,6
	2000 ou mais	40,5	45,6	49,8

Tabela 3. População residente por dimensão dos lugares, no concelho de Ourique.
Fonte: INE, Censos 2001.

Contrariamente a esta tendência encontra-se a situação de outras freguesias do concelho que denotam perdas de população residente ao longo das décadas em análise (1981 a 2001), nomeadamente: a freguesia de Conceição que perdeu 49% da sua população, Santana da Serra com uma diminuição de 38% e Stª Luzia com perdas a populacionais de 32%.

A baixa densidade populacional, ou a sua contínua diminuição, reporta-se a outra das características da dinâmica deste concelho que apresenta níveis de densidade consideravelmente inferiores aos encontrados para a média regional do Alentejo e Baixo Alentejo, em qualquer um dos momentos em análise.

Região	Densidade Populacional (hab./km2)		
	1981	1991	2001
Concelho Ourique	12,1	10	9,4
Conceição	8,5	6,5	4,4
Garvão	28,5	22,1	20
Ourique	12,4	11,7	12,2
Panóias	8,8	6,6	5,7
Santa Luzia	16,6	13,8	11,3
Santana da Serra	9,6	6,9	6
Baixo Alentejo	18,7	16,8	15,8
Alentejo	21,5	20,2	19,6

Tabela 4. Densidade Populacional (1981-2001).
Fonte: INE – Municípios do Alentejo – 2001.

A análise da distribuição da população em função da superfície geográfica que compõe cada uma das freguesias, permite confirmar novamente as diferenças significativas na ocupação do espaço no interior do concelho referidas anteriormente.

Estruturas demográficas

À semelhança do contexto regional e sub-regional, outra das características do concelho de Ourique nas últimas décadas, é o progressivo e **acentuado grau de envelhecimento da população** que se reflecte na diminuição progressiva do número de jovens e no aumento do número de idosos.

Região		1991	2001	Variação 91-01	Peso relativo	
					1991	2001
Ourique	**0-14**	**964**	**656**	**-32,0**	**14,6**	**15,6**
	15-64	**4025**	**3657**	**-9,1**	**61**	**58,9**
	>=65	**1608**	**1886**	**17,3**	**24,4**	**30,4**
Baixo Alentejo	**0-14**	**25122**	**18404**	**-26,7**	**17,6**	**13,6**
	15-64	**88846**	**84325**	**-5,1**	**62,1**	**62,4**
	>=65	**29052**	**32376**	**11,4**	**20,3**	**24,0**
Alentejo	**0-14**	**95047**	**106645**	**-22,0**	**17,5**	**13,5**
	15-64	**499947**	**496439**	**-0,7**	**63,2**	**63,0**
	>=65	**104995**	**173501**	**19,1**	**19,3**	**23,5**

Tabela 5. Estrutura da População (1991-2001).
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População – 2001

Em 2001, as pessoas pertencentes ao grupo etário dos 15 anos 64 anos representavam 59%, os jovens 16% e os idosos 30% da população total. A importância da diminuição observada no grupo dos jovens é mais acentuada em Ourique do que na região do Alentejo e do Baixo Alentejo e o aumento dos idosos é superior ao apresentado na sub-região Baixo Alentejo.

Para medir os encargos potenciais que pesam sobre a população em idade activa, no quadro seguinte apresenta-se o índice de dependência de jovens (IDJ), o índice de dependência de idosos (IDI) e o índice de dependência total (IDT).

Ano	Região	Dep. Jovens	Dep. Idosos	Dep. Total	Índice Env.
1991	Concelho de Ourique	24	40	63,9	108,4
	Baixo Alentejo	28,3	32,7	61,0	115,6
	Alentejo	27,7	30,6	58,3	110,5
2001	Concelho de Ourique	17,9	51,6	69,5	287
	Baixo Alentejo	21,8	38,4	60,2	175,9
	Alentejo	21,5	37,3	58,8	173,4

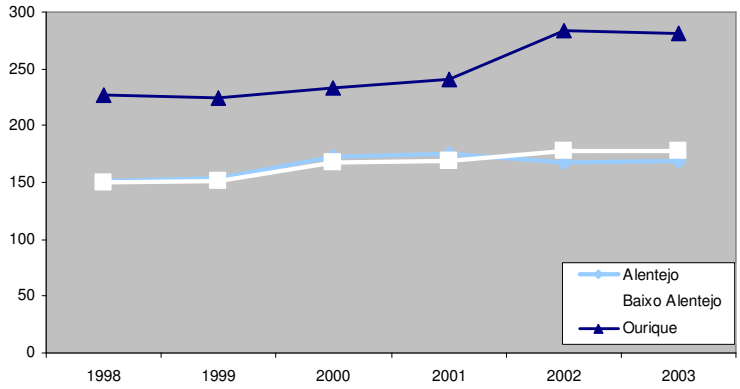
Tabela 6. Índices-Resumo*.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001; CCRA, Estudo Demográfico da Região Alentejo1996.
Legenda: * Nota: Indicadores calculados a partir dos Recenseamentos Gerais da População.

O valor de IDJ decresce progressivamente na década observada registando sempre valores abaixo dos regionais.

Quanto ao IDI, este apresenta um crescimento contínuo, durante o período em análise. Assim, em 2001, existiam para cada 100 efectivos em idade activa uma média de 52 idosos, número bastante significativo que demonstra a importância crescente do peso dos dependentes idosos. Em termos de IDT, constata-se que o seu valor tem registado um crescimento ao longo do período em análise. Apesar de não ultrapassar o valor 100, a tendência vai no sentido da sua aproximação a este valor para o qual contribui essencialmente o aumento da proporção de idosos. Assim, em 2001, **para cada 100 efectivos em idade activa existiam 70 dependentes.**

O **Índice de envelhecimento,** ao permitir comparar directamente a população jovem com a população idosa, evidencia mais uma vez o elevado grau de envelhecimento do concelho - em 1991 por cada 100 jovens existiam 108,4 idosos. Em 2001 este valor passou para mais do dobro -287 idosos/100 jovens.

Gráfico 3. Índice de Envelhecimento



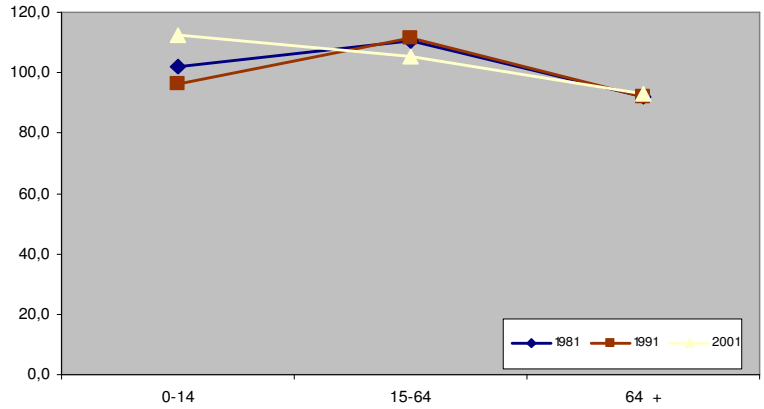
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.

Estes dados revelam um concelho envelhecido e com fraca capacidade de auto-renovação dada a diminuição acentuada de jovens.

Além da estrutura etária importa ainda analisar a estrutura sexual da população. Isto é a forma como os efectivos se dividem pelos dois sexos.

Estruturas sexuais

Gráfico 4. Relações de masculinidade[16] em 1991 e 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1981, 1991 e 2001.

O nº de homens por cada 100 mulheres é mais alto até aos 50 anos decrescendo a partir daí. Dois fenómenos concorrem para este resultado: a sobremortalidade masculina e a esperança de vida mais alta entre as mulheres. Em 2001 verifica-se no grupo dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15-64 anos uma diminuição da proporção de homens por cada 100 mulheres. Registe-se, porém, que existiam, em 2001, 105 homens por cada 100 mulheres entre os efectivos com idades entre os 15-64 anos.

Natalidade/ Fecundidade e Mortalidade

O crescimento natural avalia a capacidade de auto-sustentação de uma população que se traduz na capacidade de substituir as suas gerações. Este movimento está, naturalmente dependente do comportamento da natalidade e da mortalidade.

Ourique **apresenta um elevado nível de debilidade demográfica superior[17] aos contextos regionais**, facto que reflecte necessariamente o efeito da estrutura da sua população, em particular o seu maior grau de envelhecimento.

Para compreender este indicador, é importante considerar isoladamente as variáveis micro-demográficas responsáveis pelos seus movimentos: a natalidade e a mortalidade.

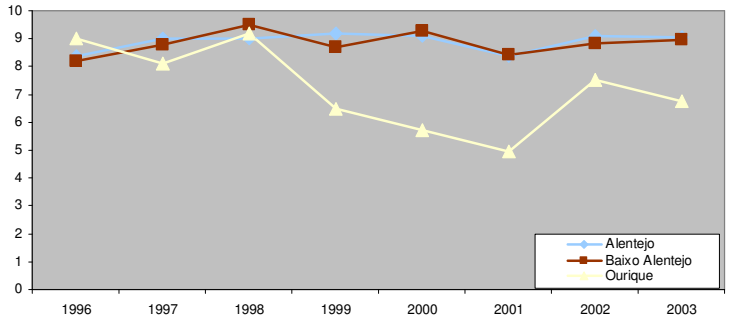
	1991			2001		
	Ourique	Alent.	B. Alent.	Ourique	Alent.	B. Alent.
Tx Natalidade (permilagem)	7,4	9,43	9,60	4,9	8,4	8,4
Tx Mortalidade (permilagem)	20,5	14,17	15,71	17,9	14,2	15,5
Taxa de Fecundidade	41,8	38,4	40,7	24,5	37,7	38,0

Tabela 7. Natalidade, Mortalidade e Fecundidade.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001

[16] As Relações de Masculinidade traduzem o quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino em cada idade/grupo de idades. É expresso por cada 100 mulheres.
[17] O crescimento natural entre os períodos censitários apresenta valores mais desfavoráveis do que a média regional e sub-regional: Entre 1981/1991, o Baixo Alentejo apresentou um saldo de crescimento natural de -2%, o Alentejo -1,3% e o concelho da Ourique de -5,3%. Entre 1991/ 2001 o crescimento natural foi de -9,0% no Baixo Alentejo, -6,2% no Alentejo e -18% em Ourique. (INE: Estatísticas Demográficas 1991 a 2001; CCRA: Indicadores Regionais, 2002).

A evolução da taxa de natalidade registada no concelho de Ourique tem acompanhado a tendência de queda contínua igualmente verificada nos restantes concelhos alentejanos, apresentando contudo valores muito abaixo das médias regionais.

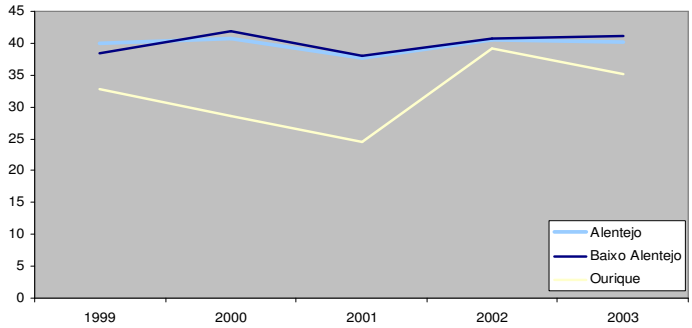
Gráfico 5. Evolução da Taxa Bruta de Natalidade



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.

Considerando como indicador a Taxa de Fecundidade Geral (TGF), observa-se que a diferença verificada ao nível da Taxa de Natalidade se mantém.[18] A TFG diminuiu consideravelmente, passando de 48,8% em 1991 para 24,5% em 2001. Esta variável, responsável pela renovação demográfica do um concelho, traduz bem a perda de dinamismo que caracteriza a população do concelho de Ourique.

Gráfico 6. Evolução da Taxa de Fecundidade Geral.

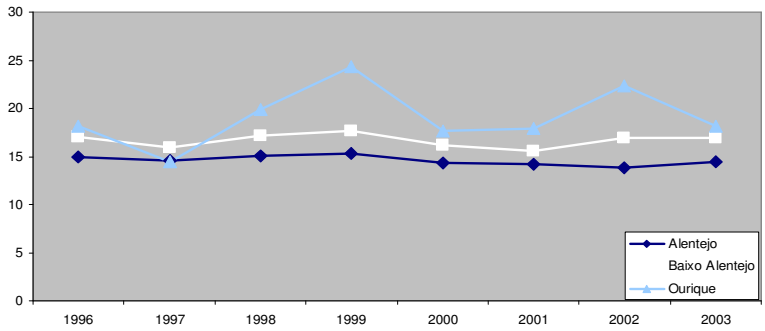


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004

No que concerne aos níveis de incidência da mortalidade, pode-se observar que os valores registados no concelho são superiores aos do Baixo Alentejo e Alentejo, explicado sobretudo pela situação de envelhecimento no topo que caracteriza a estrutura da população residente neste concelho.

[18] A taxa de natalidade constitui um indicador grosseiro para medir a incidência da natalidade, uma vez que isola muito rudimentarmente o efeito das estruturas da população que se manifesta no facto de uma população com mais mulheres nas idades de procriar ter necessariamente mais nascimentos que outra onde esta sub-população seja menor. Desta forma utiliza-se, a título complementar, a taxa de fecundidade geral que relaciona directamente os nascimentos com a população no período fértil.

Gráfico 7. Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade.



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004.

A evolução da mortalidade e da natalidade no concelho, acima descrita, resulta numa dinâmica natural negativa superior à observada para o Baixo Alentejo e Alentejo, colocando Ourique entre os concelhos com uma população mais duplamente envelhecida.

Movimentos migratórios

Considerando outro dos factores condicionantes do crescimento demográfico - a dinâmica migratória - verifica-se que, à semelhança do que acontece na região, esta contribuiu grandemente para as alterações verificadas no efectivo populacional do concelho. Na última década, o saldo negativo dos movimentos migratório continuou a ser determinante para a evolução populacional regressiva, associado a uma dinâmica natural também negativa com origem, tal como descrito anteriormente, na conjugação de dois fenómenos: a redução das taxas de fecundidade e o declínio da mortalidade ao qual se associa um aumento da esperança de vida.

	1981/1991	1991/2001
Ourique	-11,9	12,3
Baixo Alentejo	- 8,0	-1,1
Alentejo	- 4,7	-0,4

Tabela 8. Saldo migratório (%).
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001; CCRA, Estudo Demográfico da Região Alentejo1996.

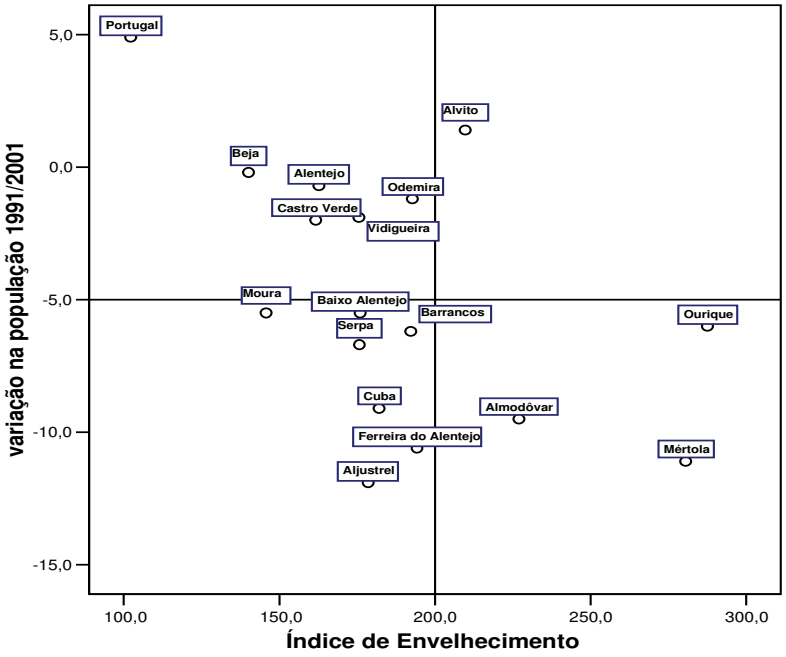
Região	**Relativamente a 31/12/1985** 1991* - Taxas (%)				**Relativamente a 31/12/1995** 2001** - Taxas (%)			
	Atracção Total	Repulso Interna	Fixação	Saldo das migrações internas[19]	Atracção Total	Repulsão Interna	Fixação	Saldo das migrações internas
Ourique	1,6 96 imigrantes	2,5 167 emigrantes	97,6	-2,7 170 residentes	6,3 390 imigrantes	6,7 414 emigrantes	90,5	-2,3 -145 residentes
Baixo Alentejo	5,2	6,6	89,8	-2,2	6,5	5,7	89,1	- 1,1
Alentejo	5,2	5,7	89,9	-1,2	6,4	5,4	89,2	-0,4

Tabela 9. População residente segundo as migrações.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001
Legenda: * concelho de residência habitual em 1991/04/15; ** concelho de residência habitual em 2001/03/12.

[19] Para efeitos de cálculo do saldo das migrações internas são considerados os imigrantes do concelho provenientes de outro concelho e os emigrantes do concelho para outro concelho. Portanto, os imigrantes do concelho provenientes do estrangeiro não são considerados no cálculo.

Verifica-se que o saldo das migrações internas é negativo no período em análise, significando que o concelho perde, mais do que consegue atrair, população para outros destinos. Porém esse diferencial diminui ligeiramente entre 1991-2001, pois a taxa de atracção melhorou em 2001 aproximando-se dos valores regionais, mantendo-se no entanto um saldo interno negativo superior à média.

Gráfico 8. Comparação de indicadores populacionais nos concelhos do Baixo-Alentejo, 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

Comparando o concelho de Ourique com os restantes concelhos do Baixo Alentejo em relação a dois indicadores reveladores do estado da população, verifica-se que Ourique apresenta níveis de envelhecimento mais elevados do que qualquer um dos concelhos da região do Baixo Alentejo e um nível de perdas populacionais que se aproxima dos valores médios obtidos para a região.

1.3. Actividade Económica e Emprego

1.3.1. Actividade económica

No que diz respeito à actividade económica, verifica-se uma diminuição da população activa empregada no sector primário (correspondente a 33% em 1991 e a 16% em 2001) e um crescimento dos activos a desempenhar funções no sector dos serviços (correspondente a cerca de 46% em 1991 e a 60% em 2001). Em termos comparativos com o contexto regional, constata-se que no concelho de Ourique a agricultura detém ainda um peso importante na actividade económica concelhia sendo superior aos valores registados no Baixo Alentejo e Alentejo. Em contrapartida o sector terciário evidencia uma importância menor.

	1991			2001		
	Prim.	Sec.	Ter.	Prim.	Sec.	Ter.
Concelho Ourique	33,2	21	45,8	16,2	24	59,8
Baixo Alentejo	24,8	22,4	52,9	14,9	22,7	62,4
Alentejo	23,2	25,9	50,8	13,0	26,1	61,0

Tabela 10. População empregada por sector de actividade económica.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001

Ao analisarmos o peso do sector agrícola por freguesia, verifica-se que Santana da Serra e Conceição são as freguesias mais rurais, com percentagens mais elevadas de população residente a trabalhar no sector primário (respectivamente 63% e 41%). Ourique e Garvão são, por outro lado, as freguesias com menos população a exercer actividade neste sector (17%).

Freguesia	Superfície Agrícola Utilizada	População Agrícola	População Residente
Conceição	**1481**	**58**	**141**
Garvão	**3433**	**148**	**851**
Ourique	**20703**	**517**	**3041**
Panóias	**8029**	**155**	**634**
Stª Luzia	**2406**	**90**	**393**
Santana da Serra	**1139**	**721**	**1139**

Tabela 11. Importância do Sector Agrícola por freguesia, em 2001.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001.

Relativamente ao sector terciário é de realçar o crescimento baseado no desenvolvimento de serviços predominantemente ligados à administração pública, educação, saúde e serviços sociais bem como de actividades comerciais. Este quadro é comum a muitos concelhos alentejanos.

Analisando o número de empresas e sociedades sedeadas no concelho verifica-se que a maior parte desenvolve serviços no sector terciário, particularmente no comércio. Da análise da tabela abaixo, conclui-se que 315 pessoas estavam ao serviço em sociedades das quais 201 (63,8%) em sociedades do sector terciário no final de 2003.

Nesse ano a taxa de constituição de novas sociedades foi de 6,8% enquanto a taxa de dissolução de sociedades foi de 4%.

	Primário	Secundário	Terciário
Sociedades sedeadas	29,9	17,4	52,6
Empresas sedeadas*	24,4	21,1	54,5
Pessoal ao serviço em empresas	11,1	21,6	63,8

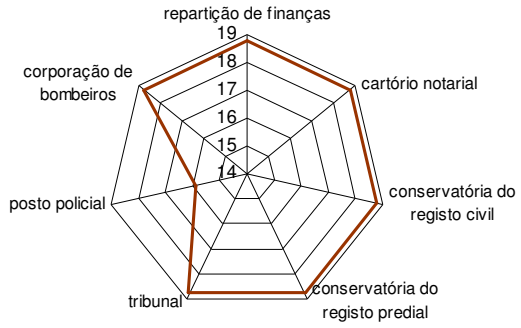
Tabela 12. Sociedades, empresas sedeadas no concelho de Ourique e pessoal ao serviço, no final de 2003.
Fonte: Os dados foram obtidos a partir do FUE do INE, que contém dados físicos (número de Empresas/Sociedades) reportados a Dezembro de 2003 e económicos (Pessoas ao Serviço e Volume de Vendas) relativos a Dezembro de 2003.
Legenda: * As empresas incluem empresas em nome individual e sociedades em actividade.

Refira-se que as sociedades com sede no concelho representam 4% do total de sociedades com sede no Baixo Alentejo e 0,5% das sociedades com sede no Alentejo[20].

1.3.1.1. Procura de bens e de serviços

A procura de bens e serviços (medicamentos, livros, médicos) é, na generalidade, satisfeita na sede de concelho, onde as pessoas resolvem a maioria das suas necessidades. As freguesias de residência têm alguma importância apenas na oferta dos bens menos raros como alimentos e bebidas.

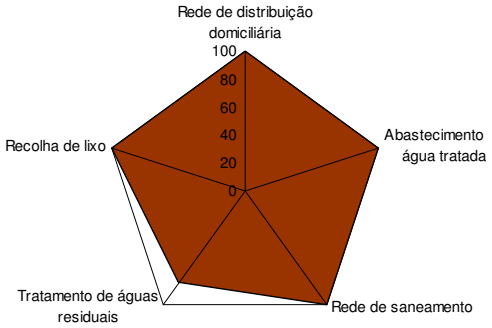
Gráfico 9. Distância média das freguesias não equipadas em relação a serviços públicos



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003

Apenas uma freguesia (sede de concelho) está equipada com serviços públicos englobando 48,8% da população do concelho. A distância média a percorrer para ter acesso a estes serviços é de 19km.

Gráfico 10. Freguesias cobertas pelos serviços de água, gás, saneamento, resíduos sólidos.



Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2003.

De um modo geral pode dizer-se que a cobertura abrange 100% da população apenas em relação a bens alimentares de primeira necessidade; todas as freguesias têm pelo menos um minimercado e estabelecimentos de bebidas.

Todas as freguesias gozam ainda de equipamentos e serviços como distribuição de água, saneamento, recolha de lixo ou carreira de transportes públicos, correio e telefone público.

[20] Em 2004 o Anuário Estatístico da Região Alentejo informava que o Alentejo detinha um total de 3145 sociedades no sector primário, das quais 636 no Baixo Alentejo e 30 em Ourique. 4667 sociedades no sector secundário, das quais 479 no Baixo Alentejo e apenas 26 em Ourique. 13577 sociedades no sector terciário das quais 1693 no Baixo Alentejo e, destas 67 no concelho de Ourique.

1.3.2. Emprego

A Taxa de Desemprego era de 10,2% em 1991, aumentando ligeiramente em 2001.

	1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M
Taxa de Desemprego	10,2	4,8	24,2	10,5	4,2	19,7
Taxa de Actividade	37,1	52,7	21	41,3	48,5	33,9

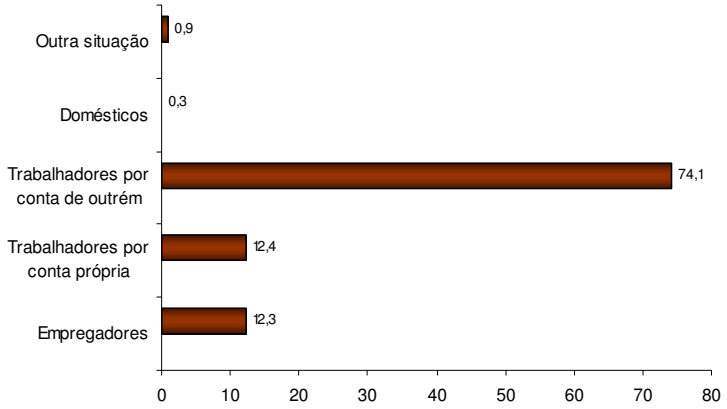
Tabela 13. Comparação da situação perante o emprego entre sexos, 1991 e 2001.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001.

A taxa de actividade[21] aumentou, passando de 37% em 1991 para 41% em 2001, devido sobretudo ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Verificamos que a situação de desemprego afecta particularmente as mulheres – tradicionalmente um grupo de risco na sociedade por possuir, em geral, menos qualificações do que o sexo masculino e menos possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Em 2001 o desemprego afectava cinco vezes mais as mulheres do que os homens ainda que tenha registado uma diminuição no período observado, tendo passado de 24,2% (1991) para 19,7% (2001).

1.3.2.1. Situação perante o trabalho

A situação perante o trabalho diagnosticada pelos censos em 2001 era a seguinte:

Gráfico 11. Situação perante o trabalho em 2001.

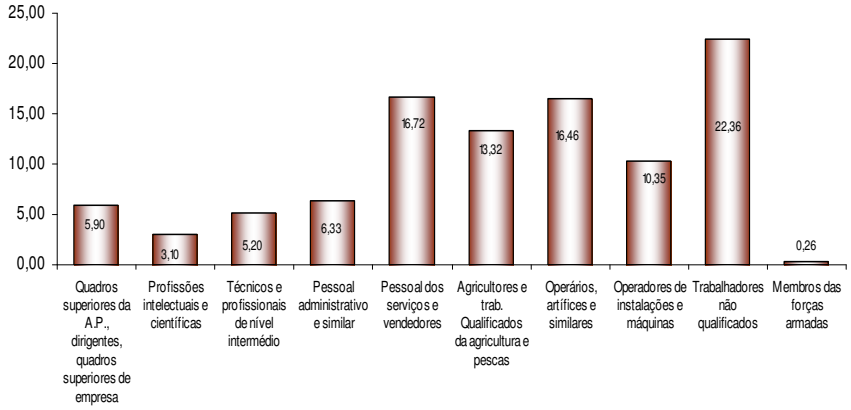


Fonte: Censos de 2001.

Em 2001, do total de activos, 74% trabalha por conta de outrem e apenas 12% trabalha por conta própria. O sector terciário emprega a maioria da população activa, constatando-se, numa análise mais detalhada, que são as profissões manuais e menos qualificadas que ocupam mais activos no concelho de Ourique.

[21] Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população: População activa/população total*100.

Gráfico 12. População empregada segundo a profissão, 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

1.4. Educação e Ensino

1.4.1. Habilitações literárias e escolarização

Nos últimos anos, tem-se assistido ao crescimento do nível de escolarização da população do concelho de Ourique, mas em termos comparativos observa-se um crescimento ligeiramente inferior ao registado ao nível do Baixo Alentejo e Alentejo.

A taxa de analfabetismo[22] (relativa à população com 10 e mais anos) no concelho de Ourique é bastante superior às médias observadas para o Baixo Alentejo e Alentejo.

		Ourique	Baixo Alentejo	Alentejo
2001	Taxa de Analfabetismo (%)	26,2	18,2	17,1
	Taxa de escolarização não obrigatória (%)	5,1	8,0	7,9
	Proporção de População com o 3º Ciclo (%)	19,9	28,3	30,4
	Proporção de População com o Ensino Superior (%)	2,4	4,8	5,1

Tabela 14. Indicadores Gerais de Educação.
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001.

Se a escolarização acima do 1º ciclo do ensino básico constitui uma realidade cada vez mais evidente, verifica-se, contudo, que metade da população tem ainda instrução limitada a quatro ou seis anos de escolaridade e os restantes graus de ensino assumem um peso relativo baixo. A taxa de escolarização não obrigatória (tem como referência a escolarização acima do 9º ano e a idade equivalente no percurso normal do sistema de ensino) regista um valor abaixo da média regional e sub-regional, devendo assinalar-se que, de um modo geral, são valores ainda muito baixos para o que seria desejável.

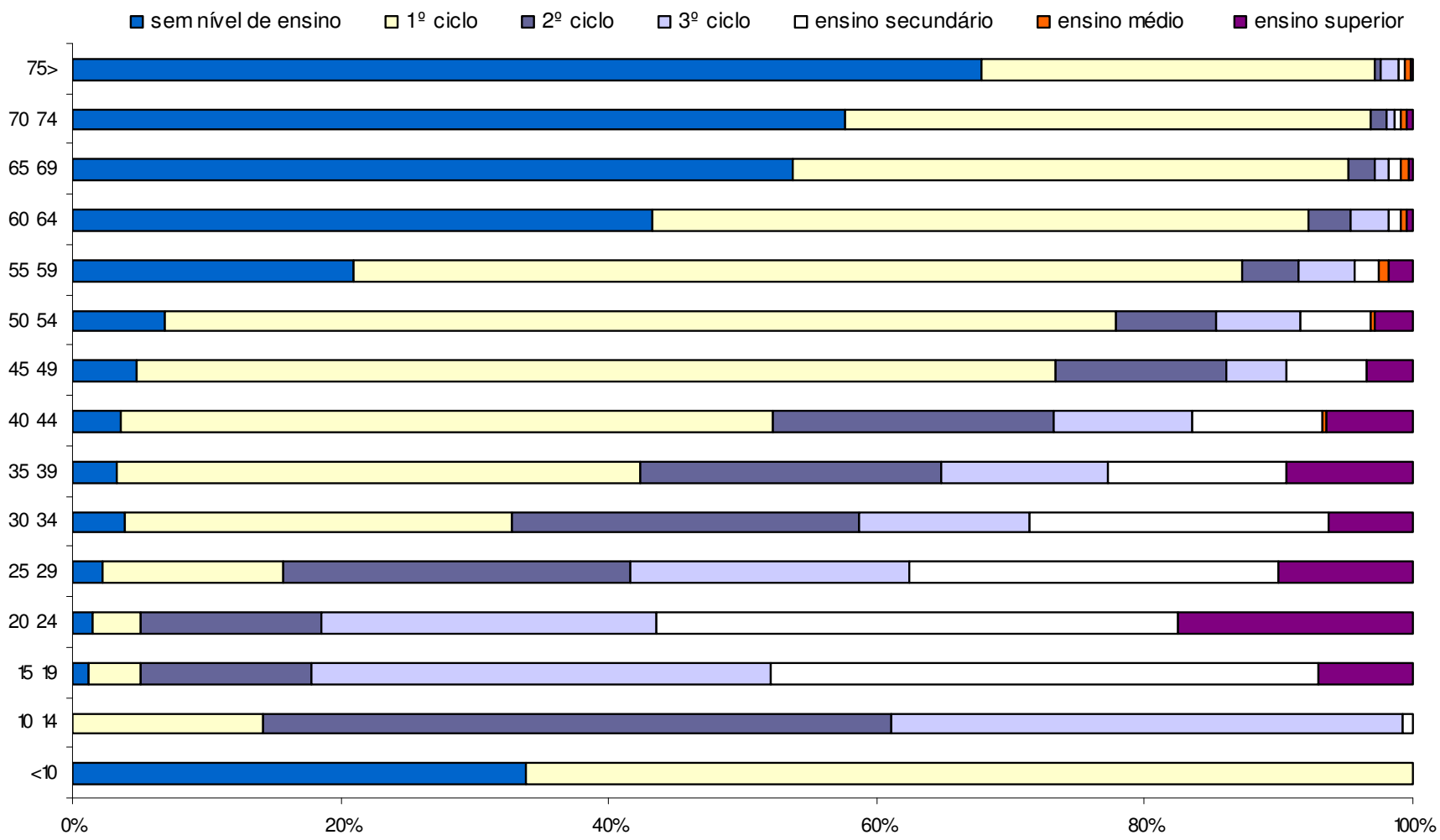
Relativamente ao indicador *proporção da população com o 3º ciclo do ensino básico,* consta-se uma evolução intercensitária muito positiva, ainda que em termos concelhios estejamos perante valores mais baixos do que as médias do Baixo Alentejo e Alentejo.

[22] A taxa de analfabetismo é calculada pelo INE da seguinte forma: População com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever/população com 10 ou mais anos*100.

		Ourique	Baixo Alentejo	Alentejo
1991	**Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos)***	55,2	62,1	62,4
	1º Ciclo	42,2	41,7	41,8
	2º Ciclo	9,4	10,9	10,9
	3º Ciclo	6,7	9,5	9,8
	Ensino Secundário*	5,1	6,5	7,0
	Ensino Médio/Superior*	1,3	3,4	3,8
2001	**Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos)***	57,8	58,3	57,2
	1º Ciclo	37,6	36,1	35,9
	2º Ciclo	10,8	11,6	11,1
	3º Ciclo	9,4	10,5	10,2
	Ensino Secundário*	9,6	12,3	13,7
	Ensino Médio/Superior*	4,1	7,8	8,2

Tabela 15. População residente segundo o nível de instrução (em percentagem da população total).
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991, 2001.
* a frequentar, grau completo e incompleto

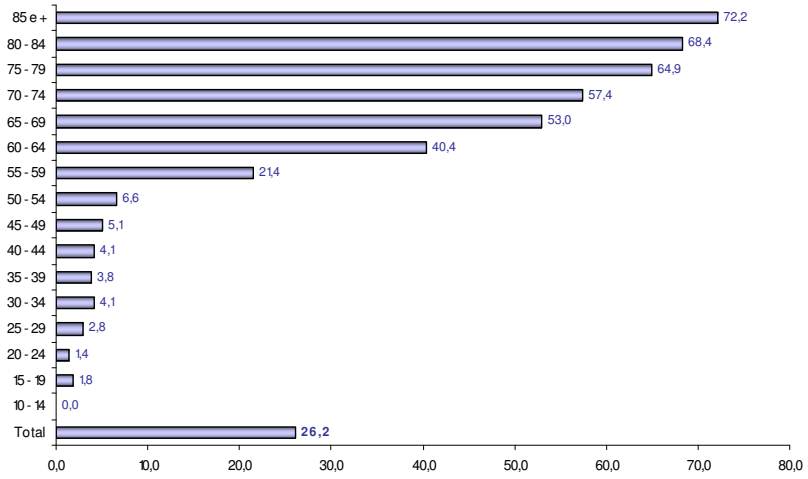
Gráfico13. Estrutura das habilitações da população por grupos etários, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991 e 2001.

Conclui-se que é nos grupos etários mais velhos que predominam os indivíduos com as habilitações mais baixas ou numa situação de ausência de habilitações escolares. O aumento do nível geral de habilitações na população deve-se ao facto dos indivíduos dos grupos etários mais jovens se encontrarem, maioritariamente, inseridos no sistema de ensino. Porém, não deixa de ser preocupante, **subsistirem casos de ausência total de um grau de ensino completo a partir dos 15** anos.

Gráfico 14. Taxa de analfabetismo por grupo de idade.

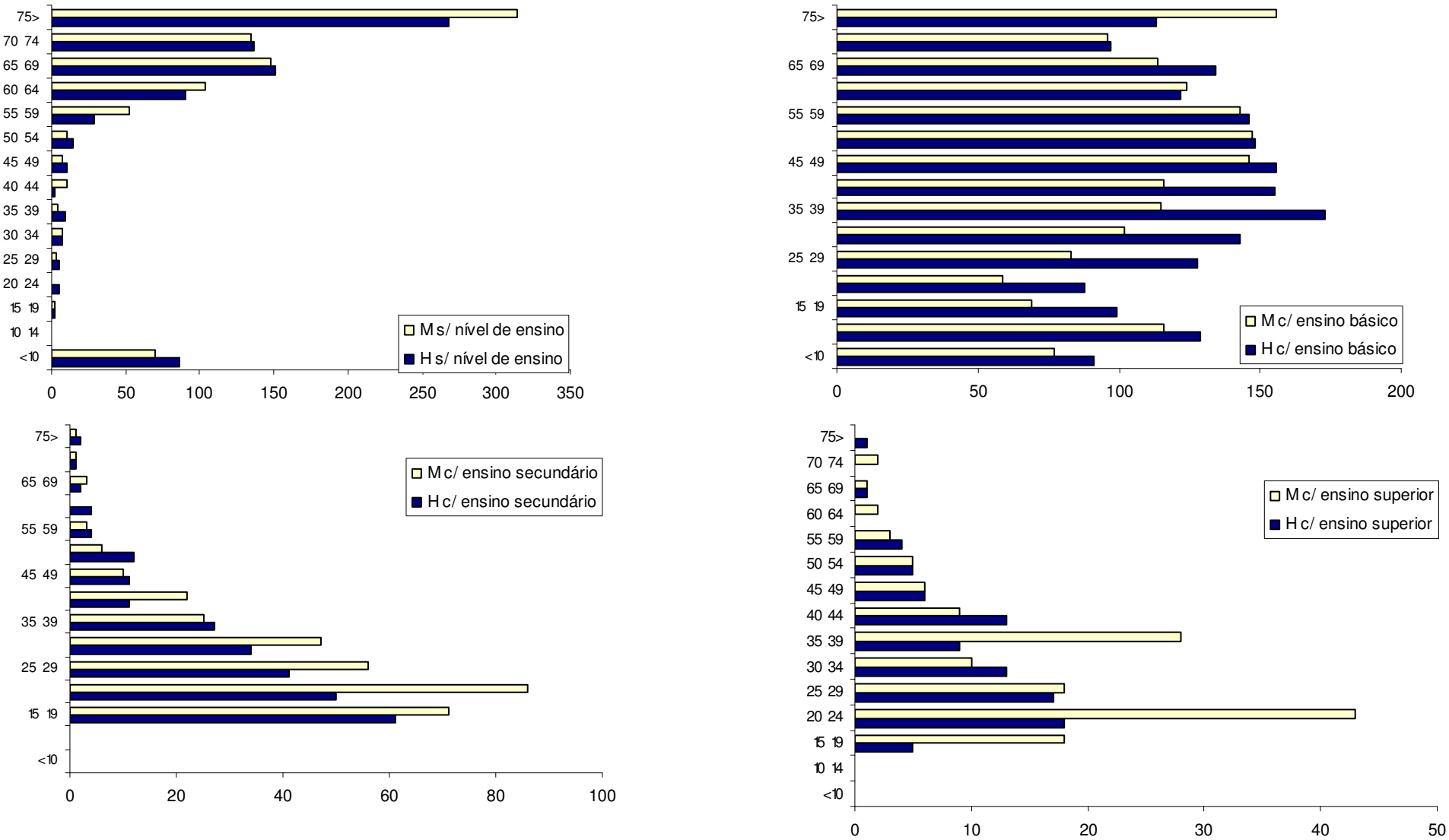


Fonte: INE, Censos 2001.

Uma análise por género permite-nos concluir que as mulheres compõem grande parte da população analfabeta em Ourique sobretudo a partir do grupo de idades 75 e mais anos. Porém à medida que se sobe na escala de habilitações, o nº de mulheres com grau de escolaridade mais alto supera o dos homens, aspecto que se encontra associado aos efectivos dos grupos etários mais jovens onde se observa uma tendência para a feminização do ensino[23].

[23] A feminização do ensino está relacionada com uma presença maioritária do sexo feminino nos diferentes graus de ensino e com taxas de aproveitamento superiores entre as mulheres.

Gráfico 15. Distribuição da população por grau de habilitação e sexo.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001.

1.5. Assistência social e saúde

O território não é apenas o espaço onde um conjunto de pessoas organizou a sua vida mas é também o espaço onde se estabelecem interacções sociais que tornam possível a existência e a reprodução da vida humana. É sabido que os contrastes sociais e económicos tendem a reflectir-se no estado geral de saúde e bem-estar da população. Isto é, o estado geral de saúde e protecção social varia em função da urbanização/litoralização dos municípios. Por essa razão, os desequilíbrios na distribuição populacional tendem a reflectir-se por exemplo, na oferta de saúde: camas hospitalares, médicos e outros recursos de apoio ao bem-estar geral.

1.5.1. Assistência social

Equipamentos

Tal como a maioria das localidades situadas no Baixo Alentejo, também o concelho de Ourique sofre as consequências da interiorização e desertificação e do elevado nível de envelhecimento. Este facto levou à criação dos mais diversos equipamentos e serviços que actualmente constituem a resposta aos mais variados problemas na área de acção social da população mais carenciada deste concelho (in Diagnóstico Social do concelho de Ourique, 2006).

Valência	Freguesias equipadas		Distância média das freguesias não equipadas ao serviço km	Capacidade
	% Das freguesias equipadas	População abrangida		
Apoio à infância				
Creche	16,7	48,8	34,1	39
ATL*	16,7	48,8	34,1	75
Apoio à terceira idade				
Lar de idosos	66,8	83,7	--	155
Centro de dia	66,8	83,7	--	106
Apoio Domiciliário	66,8	82,9	--	115

Tabela 16. Equipamentos de assistência social.
Fonte: Câmara Municipal de Ourique: Diagnóstico Social, 2006; INE: Municípios do Alentejo, 2001.
Legenda:* Espaço criado e dinamizado pela Câmara Municipal de Ourique e destina-se a crianças com idades entre os 6 e os 10 anos.

Ourique, Santa Luzia, Santana da Serra e Panóias são as freguesias cobertas por equipamentos sociais. Nestes casos a Santa Casa da Misericórdia de Ourique e as Casas do Povo de Santana da Serra e de Panóias asseguram as respostas necessárias nas várias valências.
De registar que as restantes freguesias não têm qualquer equipamento de apoio à terceira idade e à infância.

1.5.2. Saúde

Os indicadores recentes remetem informação relativamente ao ano de 2005 e de 2006:

Nº de Médicos de família	4
Delegado de saúde	1
Nº de Enfermeiros	10
Nº de Administrativos	9
Total de Utentes	6219
Total de utentes por médico de família (está de acordo com o ratio estabelecido de 1500 utentes/médico)	1556
Nº de Utentes por Enfermeiro	620

Tabela 17. Indicadores de Saúde.
Fonte: Centro de saúde de Ourique.

Total de consultas	19594
Total de consultas no domicilio	277
Total de atendimentos de enfermagem em ambulatório	18245
Total de atendimentos de enfermagem no domicilio	1079
Total de consultas de recurso/Sap	12268

Tabela 18. Consultas de medicina familiar, na sede e nas freguesias em 2005.
Fonte: Sub-região de saúde de Beja: 2005.

Taxa de cobertura de saúde materna	92.7%
Taxa de partos com assistência qualificada	100%
Taxa de cobertura em saúde infantil	100%
Taxa de cobertura de vacinação em crianças e jovens	100%
Taxa de cobertura médica	71%
% de idosos avaliados em relação à sua independência com idade igual ou superior a 75 anos	99.7%

Tabela 19. Consultas de medicina familiar, na sede e nas freguesias em 2005.
Fonte: Sub-região de saúde de Beja: 2005.

O concelho de Ourique tal como a maioria das localidades do interior do país, é afectado pela desertificação, interiorização e pelo envelhecimento da sua população. Contudo e apesar dos problemas inerentes a esta realidade, apresenta um número de profissionais ligados à saúde disponíveis e acessíveis, assim como um conjunto de equipamentos que tem permitido uma adequada assistência à população do concelho que é constituída por um elevado número de idosos, com todas as necessidades e exigências inerentes a essa situação. Prova do trabalho efectuado pelos profissionais deste Centro de Saúde, são as taxas de cobertura em saúde materna, saúde infantil, vacinação de crianças e jovens, assim como o número de consultas médicas, de enfermagem e de domicílios.

Uma das mais valias da assistência neste concelho é a manutenção do serviço de internamento ou a sua ampliação, pois com apenas nove camas tem dado apoio às necessidades da população com uma filosofia de cuidados contínuos apresentando em 2005 uma taxa de ocupação de 95 % com uma média de 14,7 dias de internamento por utente.

1.6. Cultura, desporto e associativismo

Neste ponto apresentam-se os indicadores relativos aos equipamentos culturais e desportivos, bem como uma resenha do movimento associativo, dinamizados através de agentes

1.6.1. Cultura

Equipamentos culturais

Equipamento	Localização	Estado
Cine teatro Sousa Telles	Ourique	Em construção
Biblioteca Municipal		
Centro de Exposições e Museu Municipal		
Centro de Convívio	Ourique Panóias Grandaços	
Pavilhão Multiusos	Ourique	
Fórum Municipal		
Centro Cultural e recreativo	Panóias	Existente

Tabela 20. Equipamentos culturais.
Fonte: INE, Municípios do Alentejo 2001; Diagnóstico Social do concelho de Ourique, 2004 (CMO).

Dinâmica cultural

As actividades/eventos culturais e desportivos do concelho de Ourique são dinamizados e organizados pelo Município em parceria com as Freguesias e Associações Locais.

- Romaria de Nossa Senhora da Cola;
- Feira dos Sabores de Santana da Serra;
- Exposição de Artesanato de Panóias;
- Feira de Garvão;
- Festas Tradicionais em todas as freguesias do concelho;
- Sessões de cinema no fórum municipal de Ourique;
- Espectáculos musicais, teatro, stand up comedy, poesia no fórum municipal de Ourique;
- Exposições;
- Passeios BTT;
- Jogos Municipais (Fevereiro a Julho);
- Torneio de malha em Santana da Serra;
- Actividades Desportivas nas EB's1;
- Actividades desportivas nas IPPSS's.

1.6.2. Desporto

Equipamentos

Tipo de Instalação	Localização	Proprietário	Gestão	Data
Polidesportivo	Ourique	M. Educação	Esc. E B 2, 3 e Sec.	1998
	Aldeia Palheiros	J. Freguesia	J. Freguesia	1972
Polidesportivo	Garvão	C.S.R. Garvão	C.S. R. de Garvão	1967
Polidesportivo	Panóias	Autarquia	C.D.C. Panóias	1988
Campo de Futebol	Ourique	Autarquia	Autarquia	1977
	Aldeia Palheiros	A. C. J. Palheiros	A. C. J. Palheiros	1991
Campo de Futebol	Garvão	Autarquia	C. S. Rec. Garvão	1991
Campo de Futebol	Panóias	Autarquia	C. D. C. Panóias	1984
Campo de Futebol	Santa Luzia	Casa do Povo	C. D. Santa Luzia	1976
Campo de Futebol	Santana da Serra	J. Freguesia	J. Freguesia	1984
Pavilhão Desportivo	Ourique	Autarquia	Autarquia	1996
Piscina Coberta	Ourique	Autarquia	Autarquia	2000

Tabela 21. Equipamentos desportivos.
Fonte: INE, Inventário Municipal, 1998.

1.6.3. Associativismo

Designação	Localidade
Centro Social Cultural e Recreio da Casa do Povo de Garvão	Garvão
Grupo Coral "Alma Alentejana"	
Grupo Coral "Flores de Maio"	
Grupo de Dadores de Sangue de Garvão	
Associação Cultural e Juvenil Palheirense	Aldeia dos Palheiros
Centro Recreativo e Cultural Favelense	Paiola Nova
Sociedade Recreativa, Cultural e Desportiva de Conceição	Conceição
Centro Cultural de Santana da Serra	Santana da Serra
KSD - Grupo de Jovens de Santana da Serra	
Clube Desportivo e Cultural de Panóias	Panóias
Casa do Povo de Panóias	
Associação "A Noiva"	
Grupo Coral "Ecos do Sul"	
Grupo Desportivo de Santa Luzia	Santa Luzia
Ourique Desportos Clube	Ourique
Sociedade Columbófila Ouriquense	
Santa Casa da Misericórdia de Ourique	
Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Ourique	

Associação de Criadores de Porco Alentejano	
Associação para a Defesa do Património de Ourique	
Associação de Bombeiros Voluntários de Ourique	
Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia de Ourique	
Grupo Coral de Ourique	
Escuteiros	
Associação Canil e Gatil "Os Rafeiritos do Alentejo"	

Tabela 22. Agentes Culturais, Desportivos e Sócio-Recreativos.
Fonte: Câmara Municipal de Ourique, Recenseamento da Zona de Intervenção, ESDIME, 2004.

O Universo das associações apresenta um reduzido plano de actividades e, em muitas delas, o seu funcionamento não é contínuo por falta de recursos humanos e materiais.

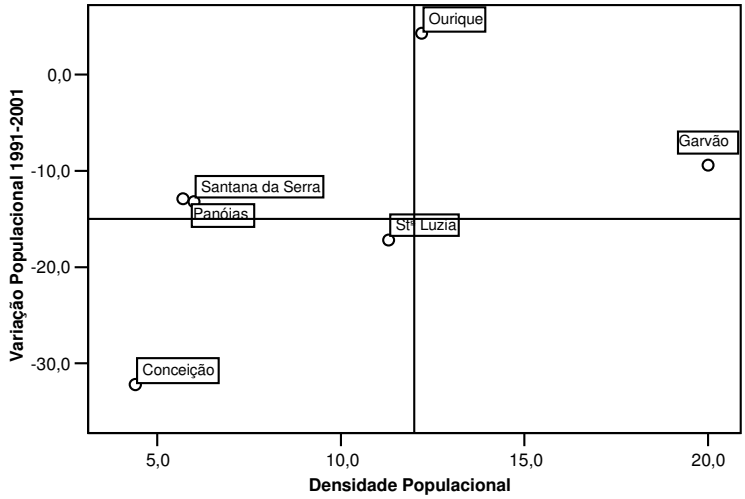
1.7. Uma análise das dinâmicas territoriais a partir do posicionamento das freguesias

No último momento da caracterização apresenta-se uma síntese sobre o posicionamento das freguesias no concelho. Estes esquemas gráficos têm por base indicadores que cobrem áreas como território e demografia, educação, saúde e assistência social e cultura.

No que diz respeito à primeira dimensão de análise **território e demografia** consideraram-se os seguintes indicadores: área total da freguesia, densidade populacional, variação na população entre 1991-2001, nascimentos, óbitos, % da população a trabalhar na agricultura e Superfície Agrícola Utilizada (SAU).

Demografia e território

Gráfico 16. Dinâmica demográfico das freguesias do concelho de Ourique.

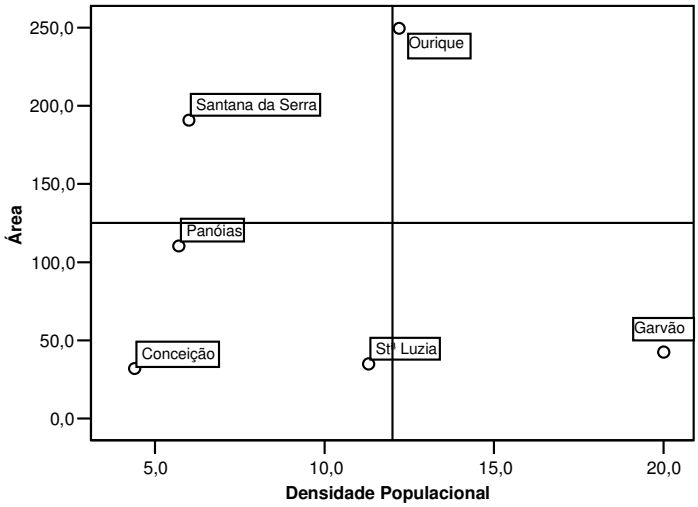


Fonte: INE, Censos, 2001.

Conceição apresenta a situação demográfica mais desfavorável com perda elevada de população (entre 1991 e 2001) e a menor concentração de habitantes por km2 do concelho. Garvão apresenta, em

contrapartida a maior concentração de habitantes por km2, embora registe simultaneamente perda de população.

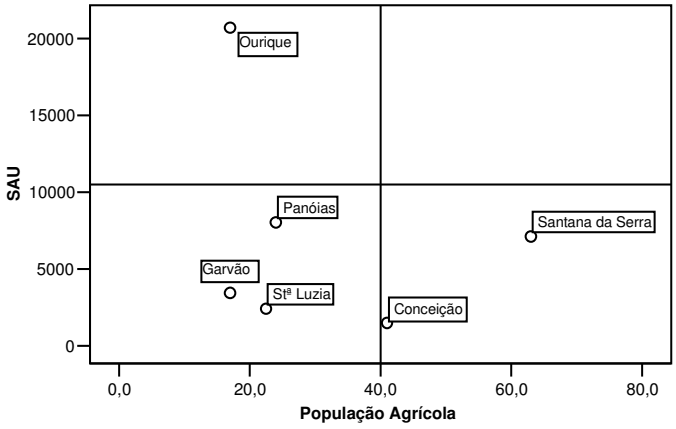
Gráfico 17. Densidade populacional por freguesia.



Fonte: INE, Censos, 2001.

Conceição, Stª Luzia e Garvão são as freguesias mais pequenas em termos de área total verificando-se ainda que Garvão tem o território mais densamente povoado. Garvão (20h/km²), Ourique (12h/km²) e Stª Luzia (11 h/km²) apresentam densidades populacionais acima da média concelhia (8,8 h/km²).

Gráfico 18. Peso da população agrícola por freguesia



Fonte: INE, Censos, 2001.

Dada a importância que o sector agrícola detém no concelho registe-se o peso da superfície agrícola utilizada (SAU) e da população agrícola em cada freguesia. Como se pode observar, Santana da Serra e Conceição têm a maior percentagem da população a trabalhar na agricultura. As freguesias com menor área agrícola utilizada são Conceição, Santa Luzia e Garvão.

2. A situação educativa do concelho de Ourique e sua evolução recente

Este capítulo tem como objectivo caracterizar e analisar a evolução registada na rede educativa de Ourique entre os anos lectivos de 1999/00 e 2005/06. Os dados aqui descritos foram obtidos junto das seguintes entidades[24]:

- Câmara Municipal de Ourique (CMO);
- Agrupamento Vertical de Escolas e Jardins-de-infância de Ourique, sedeado na EB2.3 com Ensino Secundário de Ourique, e Santa Casa da Misericórdia de Ourique;
- Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) e Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA), do Ministério da Educação.

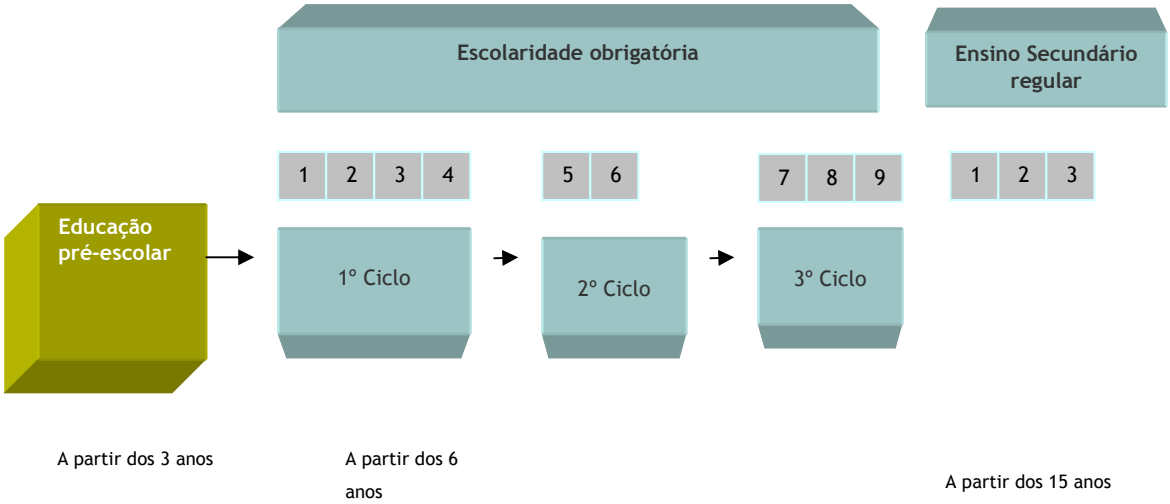
A caracterização do contexto educativo do concelho é feita numa perspectiva longitudinal ao longo do intervalo referido, através das seguintes dimensões de análise: estabelecimentos escolares, população discente, docente e não docente, e indicadores a eles relativos.

2.1. A oferta educativa e formativa do concelho

2.1.1. Ensino Regular

O concelho de Ourique dispõe de estabelecimentos ao nível da educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário regular. Estes são abrangidos pelo subsistema de ensino público, bem como pelo subsistema particular e cooperativo, existente no caso da educação pré-escolar. A oferta de ensino superior mais próxima localiza-se no concelho de Beja, a acerca de 60 km de distância e no concelho de Faro, a cerca de 103 km; em ambos os casos existe ensino de carácter universitário e politécnico.

Figura 3. Dispositivo educativo instalado no município de Ourique em 2005/06.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

[24] A opção por trabalhar dados de mais do que uma fonte justifica-se pela possibilidade de compor um quadro mais completo do entendimento da realidade do concelho. Foram encontradas algumas divergências de informação, que apenas serão apresentadas e evidenciadas se se demonstrarem pertinentes para a apreciação da situação em estudo.

Ao nível da certificação para o ensino secundário, a EB2.3/S de Ourique tem em funcionamento em 2006/07:

- Cursos científico-humanísticos, em concreto, Ciências Sociais e Humanas e Ciências e Tecnologias, ambos com a duração de três anos, sendo vocacionados para o prosseguimento de estudos;
- Cursos gerais de ensino recorrente, por unidades capitalizáveis.

2.1.2. A oferta de ensino profissional

No concelho não existe Escola Profissional ou outra estrutura congénere. No entanto, tem existido um esforço no sentido de proporcionar alguma oferta ao nível do ensino profissional, promovido essencialmente pela EB2.3/S de Ourique e pela ESDIME – Agência para o Desenvolvimento local para o Alentejo Sudoeste, CRL – localizada no concelho de Aljustrel, e com intervenção em diversos concelhos.

Apresentamos a oferta de cursos prevista para o ano lectivo de 2006/07, em cada uma das entidades[25].

EB2.3/S de Ourique

Curso de Serviço de Mesa – curso de educação e formação, de tipo 2, com certificação escolar ao 9º ano e qualificação profissional de nível 2.

ESDIME

Curso de Horticultura e Fruticultura Biológicas – curso de educação e formação de adultos, B3, com certificação escolar ao 9ºano e qualificação profissional de nível 2.

2.1.3. Educação especial: o apoio à pessoa com deficiência

As necessidades ao nível da educação e acompanhamento das pessoas com deficiência do concelho são asseguradas pelas seguintes entidades:

- CERCICOA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Almodôvar, Castro Verde e Ourique, localizada em Almodôvar;
- CERCIBEJA – Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Beja, com intervenção nos 14 concelhos do Baixo Alentejo;
- Centro de Paralisia Cerebral de Beja, com intervenção nos 14 concelhos do Baixo Alentejo.

CERCIS[26]

Estas entidades desenvolvem a sua acção junto de crianças, jovens e adultos com diversos tipos de deficiência, nas vertentes da educação especial, do desenvolvimento pessoal, da formação e das

[25] A informação encontra-se disponível na publicação «Guia de Acesso ao Secundário – Educação e Formação – Jovens e Adultos», publicado pelo Ministério da Educação em Junho de 2006.
[26] Inclui uma síntese de todas as CERCIS mencionadas. Para mais informação, consultar o endereço www.iefp.pt, disponível *on-line*.

actividades ocupacionais. Apostam na formação profissional, através de cursos nas áreas do artesanato, cozinha, serralharia e carpintaria, entre outros, desenvolvendo um esforço de integração dos utentes no mercado de trabalho.

CERCICOA[27]

A CERCICOA situa-se na vila de Almodôvar e tem como área de abrangência os concelhos de Almodôvar, Castro Verde, Ourique e parte de Odemira. Foi fundada em 1979 por um grupo de pais e amigos de crianças deficientes. Esta cooperativa nasceu da necessidade de preparar o melhor possível os alunos com necessidades educativas especiais para a sua inclusão na sociedade, aos vários níveis, físico, psíquico, social e cultural.

A CERCICOA destina-se a jovens com idade igual ou superior a 6 anos, que devido a uma deficiência grave, temporária ou permanente, não possam exercer uma actividade produtiva, com residência na área geográfica do centro. Tem como principais objectivos, estimular a autonomia em todas as vertentes e consequentemente coadjuvar o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, de forma a facilitar a sua inclusão social.

CERCIBEJA

Esta entidade desenvolve a sua acção junto de crianças, jovens e adultos com diversos tipos de deficiência, nas vertentes da educação especial, do desenvolvimento pessoal, da formação e das actividades ocupacionais. Aposta na formação profissional, através de cursos nas áreas do artesanato, cozinha, serralharia e carpintaria, entre outros, desenvolvendo um esforço de integração dos utentes no mercado de trabalho.

Centro de Paralisia Cerebral de Beja

O núcleo regional de Beja pretende, de acordo com a função e missão da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, promover a reabilitação e integração social de pessoas com Paralisia Cerebral, através da aposta na educação, no lazer e no trabalho. Pretende, ainda, desenvolver a formação dos técnicos e contribuir para a investigação no domínio da Paralisia Cerebral. Desenvolve a sua actuação nos seguintes domínios: Avaliação/Orientação Profissional, Formação Profissional, Ajudas Técnicas, Intervenção Precoce, Educação Especial, entre outras.

2.1.4. Educação de adultos

A oferta ao nível da educação de adultos é assegurada por diversas entidades. Além dos cursos de ensino secundário recorrente (acima referidos) e do ensino básico, existem as acções de Educação Extra-escolar. A entidade responsável por estas últimas modalidades, consideradas como uma segunda oportunidade de educação e escolarização, foi, até ao ano lectivo de 2005/06 a Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e Educação e Formação de Adultos de Castro Verde e de Ourique, sedeada no concelho de Castro Vede. A partir do ano lectivo de 2006/07, com a extinção da figura das Coordenações Concelhias, a responsabilidade sobre a dinamização do Ensino recorrente e da Educação extra-escolar é transferida para o Agrupamento de Escolas de Ourique.

[27] O texto acerca da CERCICOA foi gentilmente cedido pela Câmara Municipal de Almodôvar, concelho onde se encontra sedeada a CERCICOA, e foi elaborado no âmbito da Rede Social do Concelho, em 2006.

Os habitantes podem aceder à modalidade de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) em sessões dinamizadas pela Casa do S@ber+, centro RVCC integrado na ESDIME, e pelo RVCC de Aljustrel.

2.2. A rede escolar de Ourique: situação actual e evolução recente

2.2.1. Tipo e número de estabelecimentos escolares

Neste ponto é feita a descrição da rede escolar, quanto ao tipo e número de estabelecimentos escolares, nos últimos sete anos. Os dados aqui apresentados foram obtidos junto da DREA, para os anos de 1999/00 e de 2004/05 e para o ano de 2005/06, junto das entidades a que se referem.

Tipo de estabelecimentos[28]	Ano lectivo						
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Jardim-de-infância (JI)	6	6	3	4	4	4	4
Escolas do 1ºCEB (EB1)	12	12	9	7	4	4	4
EB1 com JI	0	0	3	3	3	3	3
EB2.3/ES	1	1	1	1	1	1	1
EBM	2	2	2	1	1	0	0
Total	21	21	18	16	13	12	12

Tabela 23. Evolução do número e tipo de estabelecimentos escolares entre os anos lectivos de 1999/00 e de 2005/06.
Fonte: DREA, 2006; Agrupamento de Escolas de Ourique, 2006; JI da Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.

Síntese

- Em 2005/06 existia um total de:
  - 7 ofertas de educação pré-escolar, das quais apenas 1 é privada;
  - 7 ofertas de 1ºCEB;
  - 1 oferta de 2º, 3ºCEB e de ensino secundário.
- Nos últimos sete anos em análise, a rede escolar do concelho apresenta bastantes alterações, existindo na actualidade, 12 estabelecimentos de educação e ensino, contra os 21 existentes em 1999/00.
- Há a registar o surgimento de uma nova oferta de educação pré-escolar, de carácter particular, no ano de 2002/03, que diz respeito ao JI da Santa Casa da Misericórdia.
- A diminuição ocorrida traduz dois tipos de acontecimentos na rede escolar: encerramentos, dos quais resultou um decréscimo real da oferta, e conversão de estabelecimentos, em que, embora se altere a tipologia, se mantêm as ofertas iniciais.
- As conversões ocorreram no ano lectivo de 2001/02, e consistiram na junção de 3 EB1s com 3 JIs da rede pública, dando lugar a 3 EB1/JI.
- Relativamente aos encerramentos, há a registar a extinção de um total de 5 escolas do 1ºCEB e das 2 Escolas do Ensino Básico Mediatizado, que asseguraram a oferta correspondente ao 2ºCEB em duas localidades fora da sede de concelho. O encerramento das EB1 teve início em 2002/03,

[28] De acordo com a designação adoptada pela DREA.

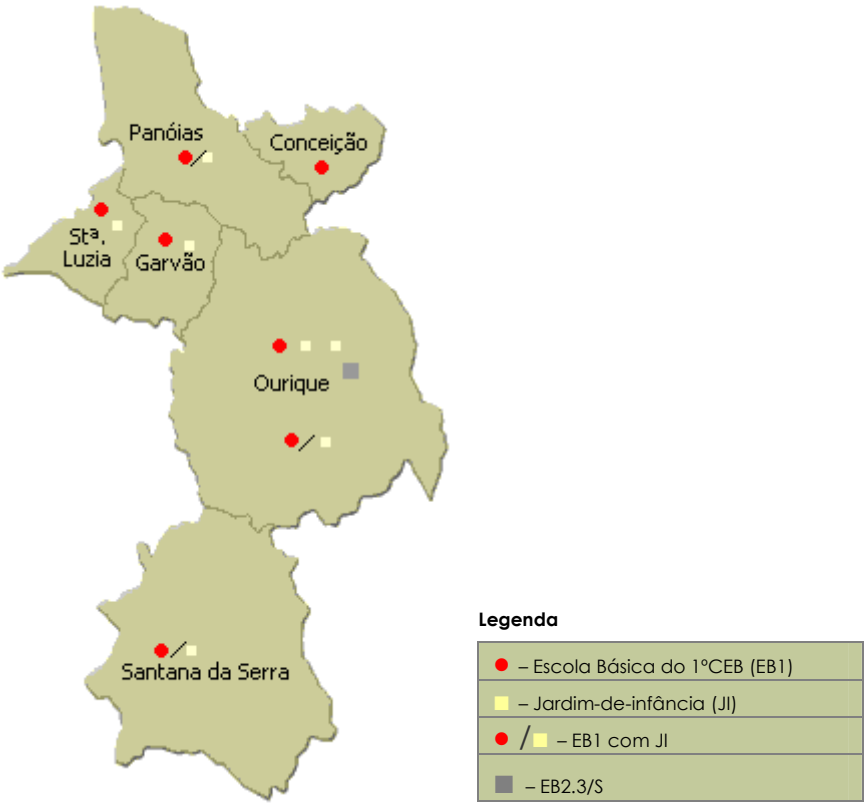
registando-se a quebra mais acentuada neste nível em 2003/04. A extinção do EBM dá-se por completo no início de 2004/05, acompanhando o disposto pelo Ministério da Educação[29].

- A oferta ao nível do 3ºCEB e do ensino secundário tem estado congregada num único estabelecimento - a EB2.3/S de Ourique, localizada na sede de concelho.

2.2.2. Distribuição no concelho por freguesia

Apresenta-se, neste ponto, a distribuição dos estabelecimentos de educação e ensino, pelas freguesias do concelho.

Figura 4. Distribuição dos estabelecimentos de educação no concelho, em 2005/06.



Fonte: adaptado de http://portugal.veraki.pt, 2006.

[29] Remetendo para questões de decisão política de âmbito nacional, devemos lembrar que a tipologia EBM foi extinta durante o ano de 2003, com a regra de que no ano lectivo de 2003/04 apenas funcionariam os 6º anos de escolaridade nestas instituições, de forma a que em 2004/05 todas as EBM estivessem encerradas.

Estabelecimento, segundo freguesia	Ano lectivo						
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Ourique							
JI SCMO	0	0	0	1	1	1	1
JI Ourique	1	1	1	1	1	1	1
JI de Palheiros	1	1	0	1	1	1	1
EB1 de Ourique	1	1	1	1	1	1	1
EB1 de Palheiros	1	1	*	0	0	0	0
EB1 Ald. Nova da Favela	1	1	1	*	0	0	0
EB1 de Grandaços	1	1	1	1	*	0	0
EB1 de Saraiva	1	1	1	*	0	0	0
EB1/JI de Palheiros	0	0	1	1	1	1	1
EB2.3/S de Ourique	1	1	1	1	1	1	1
Total	8	8	7	7	6	6	6
Santana da Serra							
JI de S. Serra	1	1	*	0	0	0	0
EB1 de S. Serra	1	1	*	0	0	0	0
EB Rio Torto	1	1	1	1	*	0	0
EB1/JI S. Serra	0	0	1	1	1	1	1
EB1 de Várzea dos Fitos	1	1	1	1	*	0	0
EBM de S. Serra	1	1	1	1	1	*	0
Total	5	5	4	4	2	1	1
Panóias							
JI de Panóias	1	1	*	0	0	0	0
EB1 de Panóias	1	1	*	0	0	0	0
EB1/JI de Panóias	0	0	1	1	1	1	1
Total	2	2	1	1	1	1	1
Garvão							
JI de Garvão	1	1	1	1	1	1	1
EB1 de Garvão	1	1	1	1	1	1	1
EBM de Garvão	1	1	1	*	0	0	0
Total	3	3	3	2	2	2	2
Santa Luzia							
JI de St. Luzia	1	1	1	1	1	1	1
EB1 de St. Luzia	1	1	1	1	1	1	1
Total	2	2	2	2	2	2	2

Conceição							
EB1 Conceição	1	1	1	1	1	1	1
Total	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 24. Evolução dos estabelecimentos de ensino e educação, segundo freguesia, entre 1999/00 e 2005/06.
Fonte: DREA, 2006; Agrupamento de escolas de Ourique, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.

Síntese

Relativamente à distribuição dos estabelecimentos no concelho pelas 6 freguesias:

- Em 2005/06, com excepção da freguesia de Conceição, todas as freguesias dispõem de oferta ao nível da educação pré-escolar e do 1ºCEB. Em média, em cada freguesia, estas existem apenas na sede. A freguesia de Ourique constitui excepção, dispondo de estabelecimentos noutra localidade (Aldeia de Palheiros).
- Embora se possa concluir por alguma dispersão dos equipamentos no território do concelho, a tendência para uma concentração funcional nas sedes de freguesia é bastante evidente, com a oferta educativa das localidades em progressiva extinção. Apesar de ser a freguesia com maior número e diversidade de ofertas, Ourique foi uma das freguesias igualmente afectadas com o encerramento de escolas (EB1 de Aldeia Nova da Favela, EB1 de Grandaços e EB1 de Saraiva); também Santana da Serra registou uma diminuição do seu parque escolar na ordem dos 70% (EB1 de Várzea dos Fitos, EB1 de Rio Torto e EBM de Santana da Serra).

2.2.3. Organização da rede por agrupamentos

A rede de escolas de Ourique encontra-se organizada num único agrupamento, de natureza vertical, que engloba todos os jardins-de-infância e escolas do 1ºCEB da rede pública do concelho, desde o ano de 2000. Está sedeado na EB2.3/S de Ourique.

Em 2005/06, o Agrupamento era composto pelos seguintes estabelecimentos:

- EB2.3/S, na qual estão integradas as valências de 2º e 3ºCEB e de ensino secundário do concelho;
- EB1 com JI de Aldeia de Palheiros;
- EB1 com JI de Panóias;
- EB1 com JI de Santana da Serra;
- EB1 de Conceição;
- EB1 de Ourique;
- EB1 de Santa Luzia;
- EB1 de Garvão;
- JI de Ourique;
- JI de Santa Luzia;
- JI de Garvão.

2.2.3.1. Número de turmas e seu regime de funcionamento

Neste ponto faz-se a descrição do número de turmas existentes, bem como do seu regime de funcionamento, conforme se apresenta na tabela abaixo.

Estabelecimento	Número de turmas	Regime de funcionamento
JI Santa Casa da Misericórdia	1	Normal
EB2.3/S	17	Normal
2ºCEB		
3ºCEB		
Ensino secundário		
EB1/JI de Aldeia de Palheiros	2 (1 educação pré-escolar e 1ºCEB)	Normal
EB1/JI de Santana da Serra	2 (1 educação pré-escolar e 1ºCEB)	Normal
EB1/JI de Panóias	3 (1 pré-escolar e 2 no 1ºCEB)	Normal
EB1 de Ourique	5	Normal
EB1 de Conceição	1	Normal
EB1 de Santa Luzia	1	Normal
EB1 de Garvão	2	Normal
JI de Ourique	2	Normal
JI de Santa Luzia	1	Normal
JI de Garvão	1	Normal
Total	**38**	

Tabela 25. Número de turmas e seu regime de funcionamento no ano lectivo de 2005/06.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Ourique 2006; Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.

Síntese

- Em 2005/06, os alunos do concelho encontram-se repartidos por 38 turmas, referentes a todos os níveis de educação e ensino. Destas, 7 pertencem à educação pré-escolar, 14 ao 1ºCEB e 17 aos 2ºCEB e 3ºCEB e ensino secundário.
- Todas as turmas funcionam em regime normal. No caso do 1ºCEB, em que o regime normal ocorre, sensivelmente, entre as 9h00 e as 12h00 (período da manhã) e as 13h00 e as 15h00 (período da tarde) – podendo existir uma variação de cerca de meia hora nos horários - este funcionamento revela-se especialmente importante, pois, não se colocando situações de horário duplo ou desdobrado, é possível fazer uso dos espaços escolares com as actividades extracurriculares recentemente preconizada pelo Ministério da Educação, de acordo com o conceito da «escola a tempo inteiro».

2.3. Infra-estruturas e recursos físicos dos estabelecimentos de educação e ensino

2.3.1. Caracterização geral

Neste ponto, é feita uma descrição geral dos principais recursos físicos, nomeadamente, instalações e equipamentos existentes em cada uma das escolas e jardins-de-infância. Faz-se, ainda, uma referência às principais necessidades e potencialidades[30] de cada um dos casos em estudo.

[30] Devido à omissão/ausência de dados, nem sempre é possível analisar cada um dos edifícios quanto a todos os itens descritos, pelo que as conclusões são tiradas em referência aos dados existentes, não podendo ser feita, em absoluto, uma generalização aos casos omissos.

Edifício, segundo freguesia		Tipologia	Estado geral de conservação	Salas Gerais			Salas Temáticas				Recursos específicos								
				Aula	Apoio	Devolutas	EVT	Música	Laboratório	Informática	Biblioteca	Instalações de desporto	Espaço exterior	Serviço de refeições	ATL/Ludoteca	Computador		Centro de Recursos	Gabinete Professores
																C/Net	S/Net		
Ourique	JI de Ourique	___	Raz.	2	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim	0	0	0	0	0
	EB1 de Ourique	PC		5	0	0	0	0	0	0	1	Sim	Sim	Sim	0	1	0	0	1
	EB1/JI de Aldeia de Palheiros	PC	Raz.	3	0	1	0	0	0	0	0	PD	Sim	Sim	0	1	0	0	0
	EB2.3/S	Bl.	Sat.	18	0	0	2	1	3	1	1	Sim	Sim	Sim	1	50	7	1	1
Garvão	JI de Garvão	__	Raz.	1	1	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	0	0	0	0
	EB1 de Garvão	__	Raz.	2	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Não	0	1	0	0	0
Santana da Serra	JI de Santana da Serra	PC	Raz.	1	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim	0	0	1	0	0
	EB1 de Santana da Serra	PC	Raz.	1	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim	0	1	0	0	0
Panóias	EB1/JI de Panóias	PC	Raz.	3	0	1	0	0	0	0	0	Não	Sim, Pl	Sim	0	0	0	0	0
Conceição	EB1 de Conceição	PC	Raz.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	Sim	Sim	Sim	0	0	1	0
Santa Luzia	JI de Santa Luzia	Raiz	Raz.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	Não	Não	Não	0	1	0	0
	EB1 de Santa Luzia	___	Raz.	1	0	1	0	0	0	0	0	0	Sim	Não	Não	0	1	0	0

Tabela 26. Infra-estruturas e recursos existentes nas escolas e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Ourique, por freguesia, no ano lectivo de 2005/06.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Ourique, 2006.
Legenda: C/ – com; S/ – sem; C – cantina; PC – Plano de Centenários; CJ – campo de jogos; EB1 – Escola do 1º CEB; JI – Jardim-de-infância; desc. – Desconhecido; __ informações não disponibilizadas.

Síntese

EB2.3/S de Ourique

Trata-se de um estabelecimento composto por 2 blocos, considerado, globalmente, em estado de conservação satisfatório. Estes reúnem um total de 18 salas de aula, e diversas salas de natureza mais específica, tais como:

- 2 salas de Educação Visual e Tecnológica;
- 1 sala de música;
- 3 laboratórios;
- e 1 sala de informática.

Não existem salas de apoio ou salas devolutas. Os espaços de apoio à pesquisa consistem numa biblioteca e num centro de recursos, existindo um total de 125 computadores em toda a escola, dos quais 75 não têm acesso à Internet. A destacar, em termos de ocupação dos tempos livres, a existência de uma ludoteca.

Os professores dispõem de um espaço próprio, a saber, um gabinete.

Para a prática de desporto existe um pavilhão gimnodesportivo. O espaço exterior é aberto, amplo, sendo composto por diversas zonas verdes.

As refeições são servidas na escola, que dispõe, para o efeito de um cantina e cozinha.

Não foram referidos problemas ou potencialidades por parte desta entidade.

JI de Ourique

Trata-se de um JI que funciona em edifício pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Ourique. O JI de Ourique é composto por 2 salas de actividades, e à excepção de um atelier de expressão plástica, não dispõe de outras salas. O seu estado de conservação geral é razoável.

Não existe gabinete de educadores, centro de recursos, biblioteca ou ludoteca, não tendo sido referida a existência de computadores.

Não existem instalações de desporto; o espaço exterior vedado e amplo.

Quanto ao serviço de refeições, este é assegurado e servido no próprio JI.

Os problemas e necessidades assinalados pelo Agrupamento foram os seguintes:

- Este Jardim-de-infância funciona em edifício propriedade de Santa Casa da Misericórdia de Ourique;
- Neste momento está em obras que visam equipá-lo com pavimento adequado e com área coberta destinada apenas ao verão;
- Ao nível do material duradouro, há necessidade de apetrechamento com alguns equipamentos de apoio, dado que o que existe em boas condições é insuficiente;
- Há necessidade de computadores com ligação à Internet que possibilitaria uma mais valia para o trabalho pedagógico;

- O material de desgaste é pobre, com pouca variedade; será importante e de grande utilidade a existência de uma biblioteca em boas condições, já que os livros existentes são muito antigos e se encontram em mau estado de conservação devido aos sucessivos anos de manuseamento;
- Necessidade de ter também ao dispor das crianças mais jogos de construção variados, carros, garagem e equipamento para a casinha de bonecas;
- Também seria de grande utilidade a existência de baldes e pás para as crianças brincarem no exterior;
- A verba atribuída pelo Ministério é considerada insuficiente e apenas faz face a algumas necessidades de material de desgaste.

Não foram referidas potencialidades.

EB1 de Ourique

A EB1 de Ourique é um edifício de tipo Plano dos Centenários, cujo estado geral de conservação é precário e considerado pelo Agrupamento como estando abaixo da média. È composto por 5 salas de aula, não existindo quaisquer outras salas de carácter mais específico. Existe uma biblioteca escolar, que não integra a valência de centro de recursos. Para os docentes existe uma sala própria. Os recursos informáticos consistem num computador com acesso à Internet.

A escola dispõe de instalações de desporto, em concreto, um polidesportivo descoberto com pavimento grosso. O espaço exterior é composto por dois pátios abertos, uma caixa de areia e árvores.

As refeições são servidas na escola.

Os problemas sentidos têm a ver, sobretudo, com as seguintes necessidades:

- Nas salas de aula – instalação eléctrica, substituição do soalho, janelas e portas;
- Substituição de mesas, cadeiras, armários e secretárias;
- Renovação de material de desgaste e material didáctico.

Não foram referidas potencialidades.

EB1 com JI de Aldeia de Palheiros

A EB1/JI de Aldeia de Palheiros, localizada na freguesia de Ourique, é um edifício do tipo Plano dos Centenários, encontrando-se num estado de conservação razoável. O estabelecimento integra 3 salas de aula e 1 sala devoluta, não existindo salas temáticas. A EB1/JI não tem biblioteca, centro de recursos ou gabinete de professores. Os recursos informáticos consistem num computador com Internet.

As instalações de desporto consistem num polidesportivo descoberto localizado no espaço exterior da escola. Este é, ainda composto por um espaço de terra batida e de algumas árvores.

As refeições são servidas na escola.

Os problemas identificados foram os seguintes:

- O edifício precisa de obras de conservação:
- Remodelação total dos sanitários.

- Apetrechar o espaço denominado de cantina com condições adequadas de higiene e segurança.
- Proceder à mudança das janelas por estas se encontrarem danificadas e sem segurança.
- Colocar portões nas várias entradas da escola.
- Fazer um mini parque infantil.
- Equipar as salas com computador, armários para arrumações, substituir mesas e cadeiras dos alunos, colocar uma estante para livros.

Não foram referidas potencialidades.

JI de Santa Luzia

Trata-se de um edifício construído de raiz, em razoável estado de conservação. O JI apresenta um horário extracurricular, o qual funciona do seguinte modo: 3ª e 4ª feira – 15h16h; às 5ª feiras – 15h/16h45.

O JI é composto por uma sala de actividades, não existindo outras salas ou espaços de natureza mais específica. Possui apenas um computador, em mau estado, e que não garante acesso à Internet. Não existe serviço de refeições.

O espaço exterior é constituído por dois tanques de areia e um espaço em cimento.

Quanto aos problemas sentidos, foram mencionados:

- O espaço exterior deste Jardim-de-infância é muito perigoso, devido ao facto do pavimento se encontrar desnivelado, com arestas salientes;
- As duas caixas de areia ocupam quase todo o espaço exterior e quando chove ficam cheias de água, não permitindo a sua utilização pelas crianças;
- No interior do edifício, na sala de actividades, o pavimento de tacos encontra-se muito deteriorado;
- A sala tem pouca luz natural sendo necessário recorrer à luz artificial durante todo o ano;
- A porta que dá acesso ao espaço exterior está estragada, sendo que os buracos estão tapados com plástico autocolante.

Não foram referidas potencialidades.

EB1 de Santa Luzia

Trata-se de um estabelecimento em razoável estado de conservação, composto por uma sala de aulas e uma sala devoluta. Não existem salas de carácter específico, sendo de assinalar a inexistência de biblioteca, de ludoteca e de gabinete de professores. Em relação aos recursos informáticos, existe um computador com acesso à Internet.

Não existe serviço de refeições.

O espaço exterior é composto por um pátio coberto, por um espaço descoberto com árvores e por um polidesportivo descoberto, no qual decorrem as actividades de desporto.

Os problemas sentidos estão relacionados com o facto de, no ano em questão, a turma ser composta por um total de 18 alunos, dos 4 anos de escolaridade, para a qual existiu apenas um professor.

Como potencialidade, foi destacado o interesse de alguns alunos pelas actividades escolares.

EB1 de Conceição

A EB1 de Conceição é um edifício de Plano de Centenários, composto por apenas uma sala de aulas e não integrando na sua estrutura quaisquer outros espaços de natureza específica.

Quanto a recursos informáticos existe apenas um computador, sem acesso à Internet. O espaço exterior ao edifício é constituído por uma parte ajardinada e por um campo de jogos em terra batida, no qual decorrem as actividades desportivas.

Em 2005/06, as refeições eram servidas na escola.

Não foram assinalados problemas ou potencialidades em relação à EB1 de Conceição.

EB1/JI de Panóias

A EB1/JI de Panóias pertence à tipologia Plano dos Centenários. É composta por 3 salas de aula e uma sala devoluta. Não dispõe de outras salas destinadas a actividades específicas, nem de biblioteca, centro de recursos ou ludoteca Não existe gabinete de professores, e também não foi indicada a existência de computadores. O espaço exterior e composto por um parque infantil com caixa de areia e restante em terra batida, não havendo indicação de instalações de desporto cobertas ou descobertas.

O serviço de refeições é assegurado na escola.
Quanto aos problemas sentidos, foram referidos os seguintes:

- Janelas em mau estado de conservação;
- Refeitório com poucas condições, espaço de recreio em más condições;
- Casas de banho com poucas condições;
- Falta de mobiliário: armários; mesas; cadeiras; secretárias;
- Inexistência de computador;
- Falta de material didáctico e de desgaste;
- Falta de audiovisuais, material de desporto, livros.

Não foram referidas potencialidades.

EB1 de Santana da Serra

Trata-se de um edifício do Plano dos Centenários, considerados em razoável estado de conservação. É constituído por uma sala de aula, não dispondo, à semelhança dos restantes, salas de carácter específico, de apoio ou devolutas. Não existe biblioteca, gabinete de professores ou centro de recursos. Os recursos informáticos consistem num computador com acesso à Internet.

As crianças têm acesso ao serviço de refeições na própria escola.

Quanto ao espaço exterior, existe uma parte ajardinada e outra em terra batida e não existem instalações de desporto.

As refeições são servidas na própria escola.
Os problemas sentidos revelaram:

- Janelas em mau estado.
- Aquecimento deficiente.
- Casas de banho em número reduzido e não adequadas à idade das crianças.
- Estores das janelas em mau estado.
- Falta de material: didáctico, de informática, de desporto e de livros na biblioteca.
- Fotocopiadora avariada.
- Existência de apenas um computador que nem sempre funciona.
- Mobiliário em mau estado: mesas, cadeiras, armários, estantes, secretárias.

Não foram referidas potencialidades.

JI de Santana da Serra

Este JI é de tipo Plano dos Centenários, encontrando-se em razoável estado de conservação. É composto por uma sala de actividades, não existindo salas temáticas. O JI dispõe de serviço de refeições, as quais são servidas no próprio estabelecimento. Em relação aos recursos informáticos, existe apenas um computador, sem acesso à Internet.

O espaço exterior é composto por um espaço ajardinado e um espaço de terra batida, não existindo instalações de desporto.

Quanto aos problemas, foram referidos:

- Inexistência de casa de banho apropriada com sanitários adequados a esta faixa etária, com água quente e ligação directa à sala;
- Necessidade de uma sala com janelas que se abram e com persianas;
- Portas que não deixem entrar o frio;
- Refeitório no próprio edifício;
- Computador/impressora com ligação à Internet.

Não foram referidas potencialidades.

EB1 de Garvão

Trata-se do edifício de Plano dos Centenários, em razoável estado de conservação. As aulas decorrem em duas salas, não existindo salas de apoio, devolutas ou específicas. Não existe biblioteca, centro de recursos ou gabinete de professores. Os recursos informáticos consistem num computador, com acesso à

Internet. O espaço exterior é composto por um logradouro, com pavimento irregular e áspero, com algumas árvores. Não existem instalações de desporto.

Os problemas sentidos focaram os seguintes aspectos:

- Portas das casas de banho em mau estado;
- Falta de cantina;
- Exterior mal pavimentado; infiltrações no telhado;
- Material informático insuficiente.

As potencialidades destacaram a existência de espaço exterior e de um pavilhão, anteriormente destinado ao Ensino Básico Mediatizado.

JI de Garvão

O JI de Garvão é composto por uma sala de actividades e por uma sala de apoio, não existindo salas temáticas ou específicas. Não existe biblioteca, centro de recursos ou gabinete de educadores. Não existem recursos informáticos; não existe serviço de refeições.

O espaço exterior é amplo e contém algumas árvores e o chão é composto por gravilha.

Quanto aos problemas, o Agrupamento destacou:

- Mobiliário completamente desadequado e bastante envelhecido;
- Falta de um lavatório na sala;
- Rede que veda a escola bastante ferrugenta e envelhecida;
- Caixa de areia sem condições de higiene;
- Troncos de árvore cortados e os cepos deixados no pátio;
- Casas de banho no exterior. Embora a passagem da escola até às mesmas seja coberta o espaço fica muito molhado quando chove;
- Falta de água quente e de um espaço para dar banho às crianças;
- Muitas escadas, pouca acessibilidade para crianças com deficiência;
- Espaço reservado na via pública para que os pais estacionarem os carros sem se arriscarem a uma coima;
- Canteiros que necessitam de ser "revolvidos" para poderem ser arranjados (tirar as raízes de plantas antigas).

Para um bom funcionamento do Jardim-de-infância, o Agrupamento entende como necessário:

Mobiliário:

- Biblioteca (armário).
- Estante para jogos, caixas.

- Quadro magnético (possa também ser usado com marcadores apagáveis).
- Móveis para arrumação de jogos de construção e lego.
- Estante para material acessível às crianças.
- Móvel com portas para guardar material diverso (tintas, material de desperdício,…)
- Um armário para guardar material de limpeza e detergentes.
- Um armário para arrumar arquivo morto.
- Duas mesas rectangulares e 4 mesas semi-circulares.
- Secretária com gavetas para educadora.
- Cadeiras para adulto e para crianças.
- Cabides para os casacos.
- Cavalete de pintura.

Material:

- Um computador, scanner e impressora (mesa para o mesmo).
- Um termoacumulador.
- Material de ginástica (varas, pinças, vigas, cordas, ringues, bolas, arcos e encaixes para os mesmos…)
- Material de jardim e horta (carro de mão, pás, enxadas, ancinhos, regador, sachos) em metal e apropriados para a utilização das crianças.
- Um leitor de DVD.
- Uma máquina fotográfica digital.
- Jogos de enfiamento e legos.
- Carros plásticos ou de madeira.
- Garagem de madeira.

Jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia de Ourique	Tipologia	Estado geral de conservação	Salas Gerais			Salas Temáticas				Recursos específicos								
			Aula	Apoio	Devolutas	EVT	Música	Laboratório	Informática	Biblioteca	Instalações de desporto	Espaço exterior	Serviço de refeições	ATL/Ludoteca	Computador		Centro de Recursos	Gabinete Professores
															C/Net	S/Net		
	Raiz	Bom	____	0	0	0	0	0	0	0	Não	Sim	Sim	0	0	1	0	1

Tabela 27. Infra-estruturas e recursos existentes no JI da Santa Casa da Misericórdia, no ano lectivo de 2005/06.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.
Legenda: __ informações não disponibilizadas.

JI da Santa Casa da Misericórdia de Ourique

Trata-se de um estabelecimento construído de raiz, localizado na freguesia de Ourique e que se encontra num estado geral de conservação bom. A destacar a existência de um gabinete de educadores.

O espaço exterior é composto por relva, piso sintético e estruturas de lazer, concreto, baloiços.

De acordo com esta entidade, há procura do JI por parte dos pais e encarregados de educação o que coloca a necessidade de criação de uma nova sala para as crianças em idade pré-escolar. No entanto, embora exista espaço suficiente para tal, este encontra-se ocupado com uma turma da educação pré-escolar oficial.

2.3.2. História recente dos estabelecimentos

No que respeita as intervenções realizadas no parque escolar entre 1999 e 2005, ocorreram as seguintes intervenções, que apresentamos segundo edifício e tipo de intervenção:

- EB1 de Ourique, colocação de uma vedação no muro e efectuou a pintura no edifício.
- EB1 de Santa Luzia, construção de uma cozinha.
- EB1 de Aldeia de Palheiros, uma vedação nova e a recuperação do telhado do edifício.
- EB1 de Santana da Serra, colocação de um chão novo.
- EB1 de Garvão, colocação de um chão novo.
- EB1 de Panóias, pintura no edifício.
- EB1 de Conceição, um recinto para jogos.
- Jardim-de-infância de Ourique, colocação de uma vedação.

2.4. População discente

Neste ponto é feita a análise da evolução dos alunos que frequentam as diversas modalidades de educação no concelho, no período retrospectivo de 1999/00 a 2005/06. Os dados aqui mencionados foram obtidos junto da DREA, até ao ano lectivo de 2004/05 e pelas entidades a que se reportam para o ano lectivo de 2005/06. Os indicadores referem-se ao sector público de particular, cooperativo e de solidariedade social.

2.4.1. Número total de alunos, por ciclo de ensino regular

Vejamos o número total de alunos que frequentou cada um dos ciclos/modalidades, na tabela abaixo e nos gráficos que se seguem.

Modalidade de ensino/educação		Ano lectivo						
		1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Educação pré-escolar		103	94	120	137	114	86	108
Ensino Básico	1º CEB	217	203	192	193	194	199	188
	2º CEB	116	111	111	117	99	87	86
	3º CEB	179	168	166	178	172	179	168
Ensino Secundário		113	109	127	101	82	100	99
Total		**728**	**685**	**716**	**726**	**661**	**651**	**649**

Tabela 28. Evolução do número total de alunos, por modalidade de educação, entre 1999/00 e 2005/06.
Fonte: DREA, 2006; Agrupamento de escolas de Ourique, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.

Síntese

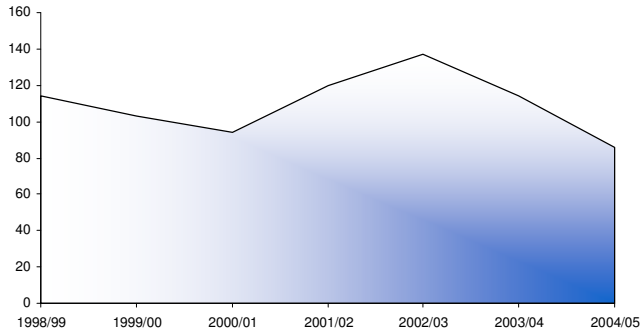
- Em termos globais, a tendência de decréscimo é evidente, ocorrendo, sobretudo a partir do ano de 2003/04. Relativamente ao ano inicial de análise, em 2005/06 existem menos 79 alunos.
- Quando analisamos cada um dos níveis de ensino isoladamente, concluímos que este decréscimo é explicado sobretudo pela diminuição de alunos dos 1º e 2º CEB.
- O ensino secundário e a educação pré-escolar apresentam as maiores oscilações entre os anos, sendo o 3º CEB o nível de ensino que apresenta maior estabilidade em termos do número de alunos.

A análise gráfica poderá ajudar a visualizar a evolução em cada ciclo.

Educação pré-escolar

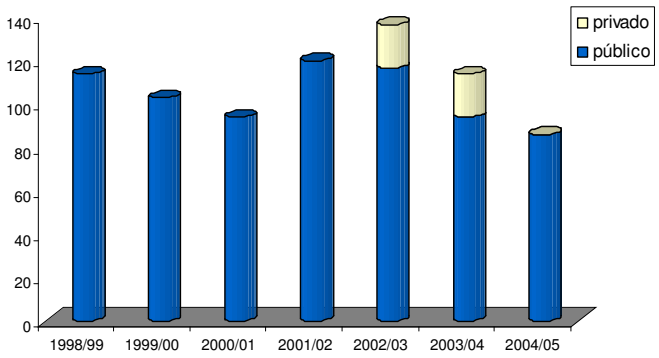
A diminuição do nº de crianças matriculadas, ao longo dos 7 anos em análise é de 24,6% correspondendo a 28 crianças. Entre 2001 e 2003 há um aumento do nº de matrículas.

Gráfico 19. Evolução das crianças matriculadas no ensino pré-escolar



Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

Gráfico 20. Evolução do ensino pré-escolar no concelho de Ourique segundo a natureza das instituições.

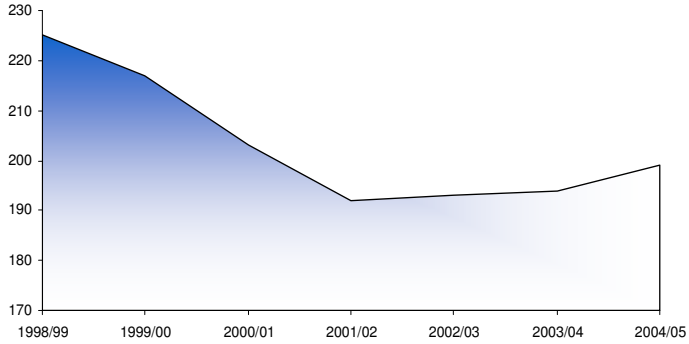


Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

Como se observa no gráfico, a oferta do sector privado é recente e pouco significativa no conjunto da oferta global.

Ensino básico

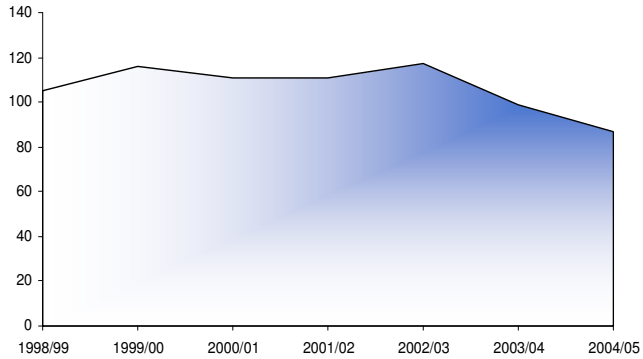
Gráfico 21. Evolução das matrículas no 1º ciclo



Fonte: DREA: alunos matriculados por escola e grau de ensino

A evolução do nº de alunos no 1º ciclo apresenta uma tendência decrescente traduzindo-se na redução de 11,6% de alunos matriculados, em 7 anos.

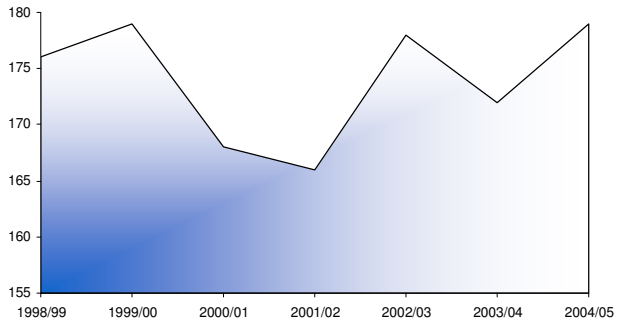
Gráfico 22. Evolução das matrículas no 2º ciclo



Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

A variação do número de matriculados no 2º ciclo é negativa e representa uma diminuição de 17,1%.

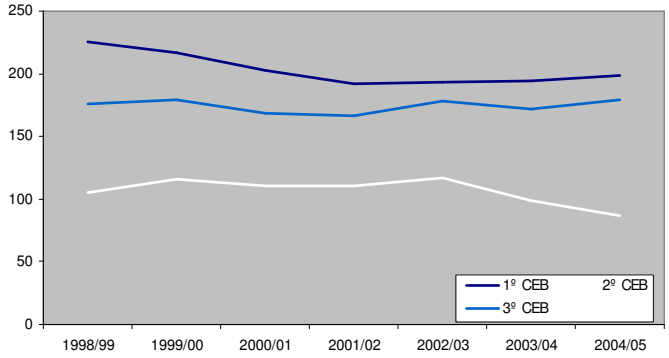
Gráfico 23. Evolução das crianças matriculadas no 3º ciclo



Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

O 3º ciclo apresenta uma evolução muito irregular. No computo geral ganha alunos nestes 7 anos, aumentando em 1,7% a sua população escolar.

Gráfico 24. Evolução da população escolar no ensino básico

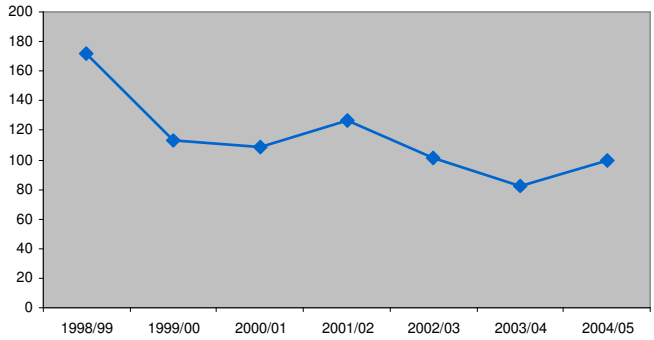


Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

O 1º ciclo detém um peso maior no total da população escolar do ensino básico, como se pode observar no gráfico.

Ensino secundário

Gráfico 25. Evolução das matrículas no ensino profissional



Fonte: DREA: Alunos matriculados por escola e grau de ensino.

As gerações de alunos matriculados no ensino secundário evidenciam uma curva globalmente descendente. O nº de alunos matriculados no ensino secundário diminuiu 41,8% no período em questão.

2.4.2. Taxas de cobertura e níveis de escolarização

A *taxa de cobertura* diz respeito ao nº de alunos matriculados e a *taxa de escolarização* ao nº de matriculados com idade esperada para frequentar um determinado ciclo de estudos relativamente à população recenseada em idade de o fazer. Frequentemente os dois indicadores são usados indistintamente.

Ciclo de estudos	Alunos Matriculados	População recenseada em 2001	Taxa de cobertura	**Taxa real de escolarização**
Pré-escolar	94	128	73,4	73,4
1º Ciclo **2º Ciclo** **3º Ciclo**	203 111 168	178 109 138	114 101,8 121,7	108,4 77,9 75,4
Ensino Secundário	127	183	69,4	39,8

Tabela 29. Taxa de cobertura e taxa real de escolarização por nível de ensino em 2001.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Na comparação entre o número total de alunos matriculados em 2001 e a população residente no concelho de Ourique, com idade para frequentar o ensino básico (até aos 14 anos), é possível constatar que a taxa média de cobertura é de 104%[31].

2.4.3. Evolução da frequência, por estabelecimento

Neste ponto apresenta-se uma evolução da frequência escolar, em cada um dos estabelecimentos, entre os anos de 1999/00 e de 2005/06.

Estabelecimento, segundo freguesia		**Ano lectivo**						
		1999/00	**2000/01**	**2001/02**	**2002/03**	**2003/04**	**2004/05**	**2005/06**
Ourique								
JI SCMO		0	0	0	0	20	20	20
JI Ourique		44	40	56	60	33	32	37
JI de Ald. Palheiros		11	11	0	0	0	0	0
EB1 de Ourique		96	89	88	83	89	99	96
EB1 de Ald. Palheiros		9	14	0	0	0	0	0
EB1 Aldeia Nova da Favela		3	2	2	*	0	0	0
EB1 de Grandaços		3	5	2	4	*	0	0
EB1 de Saraiva		7	4	3	*	0	0	0
Palheiros	JI	0	0	8	7	8	10	13
	EB1	0	0	18	19	23	17	14
EB2.3/S de Ourique	2ºCEB	97	89	92	102	92	87	86
	3ºCEB	179	168	166	178	172	179	168
	Secundário	113	109	127	101	82	100	99
Total		**562**	**531**	**562**	**554**	**519**	**544**	**533**
Santana da Serra								
JI de Santana da Serra		14	14	0	0	0	0	0
EB1 de Santana da Serra		21	17	0	0	0	0	0

[31] Tendo em conta a população residente por idades exactas (informação disponível nos Censos 2001) e o número de alunos matriculados por grau de ensino pode ser calculado um indicador da cobertura do dispositivo instalado. A mesma fonte regista um **abandono** da escola na população com idades entre os 10 e os 15 anos, sem concluir o 9º ano de 2,9. Valor que sobe para 23,8% na população com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. **A saída da escola** sem completar o ensino secundário (população com idades entre 18 e 24 anos) atinge 48.6% destas gerações.

EB Rio Torto		4	2	2	5	*	0	0
Santana da Serra	JI	0	0	14	10	17	12	9
	EB1	0	0	15	21	17	20	17
EB1 de Várzea dos Fitos		4	5	5	5	*	0	0
EBM de Santana da Serra		11	9	5	*	0	0	0
Total		**54**	**47**	**41**	**41**	**34**	**32**	**26**
Panóias								
JI de Panóias		10	10	0	0	0	0	0
EB1 de Panóias		28	22	0	0	0	0	0
Panóias	JI	0	0	11	13	14	11	10
	EB1	0	0	18	19	21	19	19
Total		**38**	**32**	**29**	**32**	**35**	**30**	**29**
Garvão								
JI de Garvão		14	8	14	14	14	13	14
EB1 de Garvão		32	27	25	21	25	21	21
EBM de Garvão		8	13	14	15	7	*	0
Total		**54**	**48**	**53**	**50**	**46**	**34**	**35**
Santa Luzia								
JI de Santana da Luzia		10	11	17	13	8	8	5
EB1 de Santana Luzia		5	7	7	10	13	20	18
Total		**15**	**18**	**24**	**23**	**21**	**28**	**23**
Conceição								
EB1 Conceição		5	9	7	6	6	3	3
Total		**5**	**9**	**7**	**6**	**6**	**3**	**3**

Tabela 30. Evolução da população escolar por estabelecimento, entre 1999/00 e 2005/06.
Fonte: DREA, 2006; Agrupamento de escolas de Ourique, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.

Síntese

Analisando a frequência específica de cada um dos estabelecimentos do concelho, constatam-se evoluções distintas entre as diversas freguesias, embora o padrão global seja de perda.

Santa Luzia

- Embora com algumas oscilações, Santa Luzia é uma das freguesias com indicadores globais mais positivos, demonstrando, mesmo, uma tendência de aumento (15 alunos em 1999/00; 23 alunos em 2005/06).
- Pela análise das frequências da educação pré-escolar e do 1ºCEB, parece existir uma continuidade do percurso, isto é, as crianças que frequentam a educação pré-escolar na freguesia iniciam aí a escolaridade obrigatória, dado que os anos de quebra na educação pré-escolar correspondem a anos de um aumento no 1ºCEB.

Ourique[32]

- Em termos totais da freguesia, os dois últimos anos lectivos evidenciam alguma recuperação, embora ligeira.
- Decréscimo na educação pré-escolar pública, para em cerca de um terço; este decréscimo coincide com a abertura da oferta privada.
- Depois de alguma quebra nos anos intermédios, a EB1 de Ourique evidencia ligeira recuperação da frequência (96 alunos em 2005/06).

[32] Referem-se aqui apenas as conclusões relativas à educação pré-escolar e 1ºCEB, dado que as conclusões para o 2º, 3ºCEB e ensino secundário já foram descritas nos comentários à tabela da evolução do número total de alunos.

- A destacar a EB1/JI de Aldeia de Palheiros, com sinais de aumento nas crianças da educação pré-escolar, e estabilidade no 1ºCEB.

Santana da Serra

- A segunda maior freguesia do concelho apresenta uma tendência de quebra, iniciada a partir do ano de 2003/04. Esta quebra acontece sobretudo devido ao decréscimo registado no 1ºCEB, o qual conduziu ao encerramento de 2 EB1, sendo também influenciado pela extinção da EBM.
- O ano de 2005/06 regista a frequência mais baixa de sempre, ao nível da freguesia: 26 alunos.

Garvão

- A nível geral, a freguesia regista um decréscimo, explicado pela extinção de EBM, e por uma diminuição do número de alunos no 1ºCEB.
- A destacar a estabilidade da frequência na educação pré-escolar (apenas exceptuando o ano de 2000/01).

Panóias

- Panóias regista um decréscimo entre 1999/00 e 2000/01, a partir do qual parece existir bastante estabilidade na frequência, que ronda os 19 alunos no 1ºCEB e os 11 na educação pré-escolar.

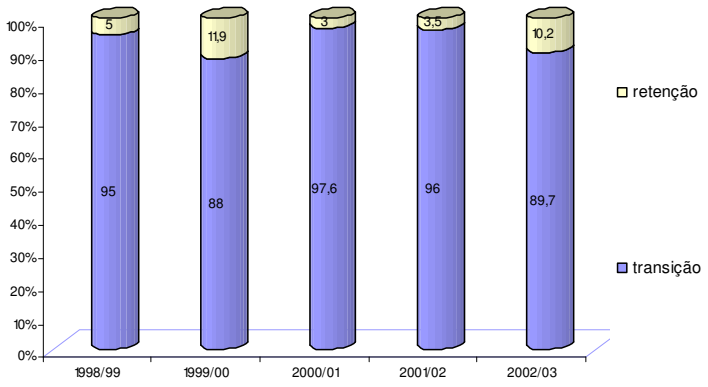
Conceição

- Trata-se da freguesia com o cenário escolar mais deprimido, cujos valores de frequência da única oferta existente se situam, desde o início do intervalo, abaixo ou muito abaixo dos 10 alunos. No ano lectivo de 2006/07, esta EB1 já não se encontra em funcionamento, fazendo parte da lista das escolas a encerrar no Alentejo, emitida pela DREA em 2006.

2.4.4. Retenção e transição escolares

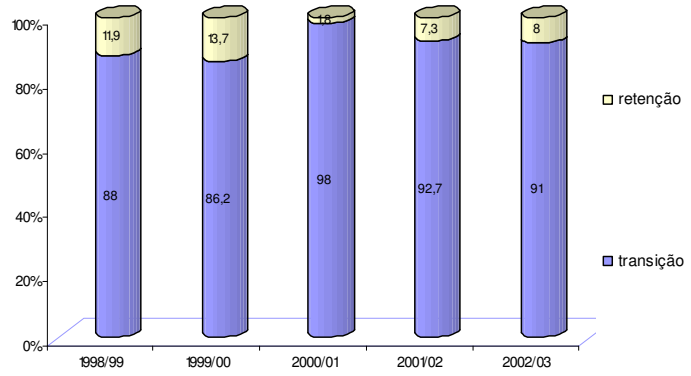
Apresenta-se a evolução das taxas de retenção e transição escolares, segundo níveis de ensino. Os dados oficiais mais recentes, recolhidos pelo Ministério da Educação datam de 2002/03.

Gráfico 26. Evolução da retenção e transição no 1º ciclo



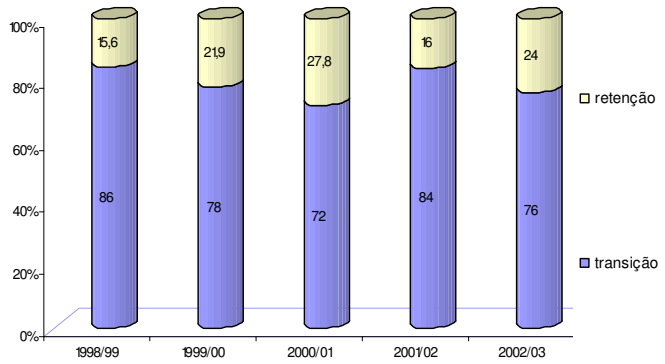
Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003

Gráfico 27. Evolução da retenção e transição ao longo do 2º ciclo



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003

Gráfico 28. Evolução da retenção e transição ao longo do 3º ciclo

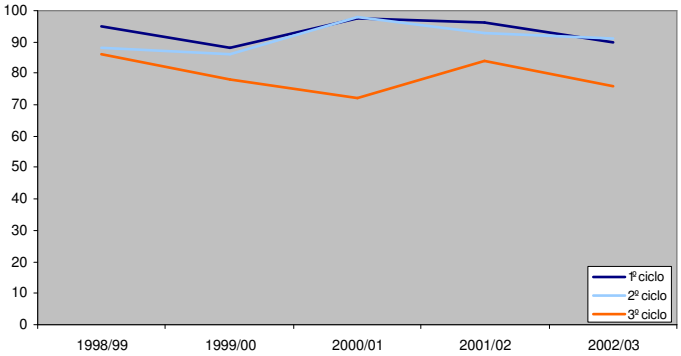


Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003.

Síntese

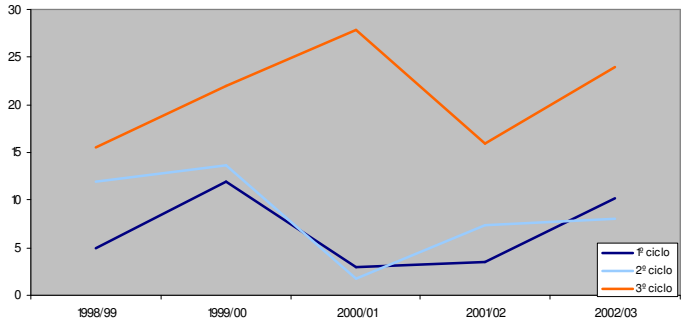
- A taxa média de retenção no 1º ciclo, ao longo dos 5 anos em estudo situa-se nos 6,7%, subindo para 8,5% no 2º ciclo e para 21% no 3º ciclo.
- Quanto ao indicador de sucesso escolar – a taxa de transição para o ano seguinte - o valor médio mais baixo regista-se no 3º ciclo: 79,2%. Segue-se o 2º ciclo com 91,2% e, finalmente, a taxa de conclusão média mais elevada regista-se no 1º ciclo atingindo os 93,3%.

Gráfico 29. Comparação das taxas de conclusão nos diferentes ciclos do ensino básico



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003

Gráfico 30. Comparação das taxas de retenção nos diferentes ciclos do ensino básico

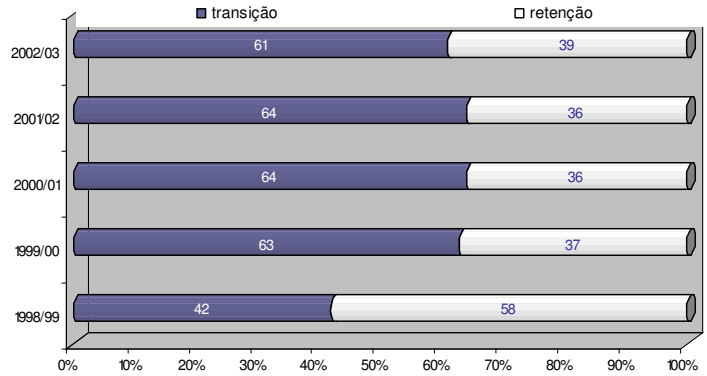


Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003

O 1º ciclo apresenta a taxa de retenção mais baixa. Anote-se a oscilação no comportamento da taxa de retenção dos diferentes ciclos com tendência para subir nos últimos anos o que evidencia perda de qualidade na escolarização do ensino básico.

Ensino secundário

Gráfico 31.Taxa de conclusão média no ensino secundário



Fonte: DREA: transição e retenção escolares, 1998 a 2003

A conclusão é mais baixa no ensino secundário comparativamente ao ensino básico. Porém é também mais estável.

2.4.4.1. Análise dos níveis de sucesso no 1º CEB, por estabelecimento

Após termos apresentado as taxas de conclusão do concelho, em cada ciclo de ensino, faz-se, neste sub-capítulo, uma abordagem mais fina dos resultados obtidos em cada um dos estabelecimentos no concelho onde é leccionado o 1º CEB.

Esta leitura torna-se particularmente relevante para o reordenamento da rede escolar à luz dos critérios que, recentemente, foram apresentados pela equipa do Ministério da Educação para a decisão do encerramento de escolas do 1º ciclo do ensino básico. Estes, para além do número de alunos em cada escola, remetem-nos para os índices de sucesso obtidos (cf. «Acordo relativo a Cartas Educativas e Rede escolar do 1º CEB», DREA, 2006, em anexo). Feito este enquadramento, clarificamos que serão tratadas

apenas as EB1 e EB1/JI do concelho, uma vez que é aí que se jogam os aspectos mais urgentes do reordenamento, estando a especificação dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, devidamente apresentada.

Os dados disponíveis desagregados por distrito e por escola tratam apenas uma parte do intervalo que até aqui tem sido utilizado, em concreto, os anos lectivos de 1999/00 a 2002/03. A opção por usar o intervalo comum permite uma leitura comparativa entre as médias encontradas para o país, para o distrito e para o concelho.

Destacamos que, na análise destes dados, se deve ter em conta a especificidade de cada um dos espaços regionais em comparação. Estes apresentam realidades médias distintas, como seja a do país – com cerca de meio milhão de alunos matriculados no 1º ciclo, com a média alcançada numa das zonas menos densamente povoadas e com fortes níveis de envelhecimento da população – com menos de 30 000 alunos no BAAL e menos de 200 no concelho, no último ano lectivo descrito. Deste modo, ao analisarmos os valores encontrados para o concelho em escolas onde o número absoluto de alunos é muito baixo, a situação de um ou dois casos de falta de aproveitamento revela-se proporcionalmente muito elevada.

Zona	Anos lectivos			
	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Portugal	91,1%	91,2%	91,5%	92,4%
Baixo Alentejo e Alentejo Litoral *	90,7%	91,7%	90,7%	90,7%
Ourique (conc.)	94%	97%	96%	90%

Tabela 31. Taxas de aproveitamento no 1º ciclo do ensino básico entre 1999/2000 e 2002/2003.
Fonte: GIASE, 2006; DREA, 2004.
Nota: * dados calculados pela equipa a partir das fontes indicadas.

Síntese

- Os valores de aproveitamento encontrados para o concelho de Ourique oscilam ao longo do intervalo considerado, sendo observada no último ano em análise a taxa de aproveitamento mais baixa, situando-se nos 90%, apresentando os anos lectivos anteriores com valores compreendidos entre 84% e os 97%.
- Numa análise comparativa encontramos, para o concelho, valores mais elevados entre 1999/00 a 2001/02 do que os registados na região do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (BAAL) e no país, e valores idênticos à média da região do BAAL e inferiores ao encontrados para o país, no último ano em análise.

Apresenta-se o número de matrículas, aproveitamento e taxas de aproveitamento nas escolas do 1ºciclo no concelho na tabela abaixo.

Escola	Indicador	Ano lectivo			
		1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003
EB1 de Aldeia Nova da Favela	Matrículas	3	2	2	1
	Aproveitamento	3	2	2	1
	Tx. Aproveitamento	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
EB1 de Grandaços	Matrículas	4	3	4	4
	Aproveitamento	2	3	3	4
	Tx. Aproveitamento	**50%**	**100%**	**75%**	**100%**
EB1 nº1 de Ourique	Matrículas	97	102	86	77
	Aproveitamento	95	100	84	76
	Tx. Aproveitamento	**98%**	**98%**	**98%**	**99%**
EB1 nº2 de Saraiva	Matrículas	4	4	2	2
	Aproveitamento	3	4	2	2
	Tx. Aproveitamento	**75%**	**100%**	**100%**	**100%**
EB1 de Conceição	Matrículas	6	9	8	5
	Aproveitamento	5	6	8	4
	Tx. Aproveitamento	**90%**	**67%**	**100%**	**80%**
EB1 de Garvão	Matrículas	30	28	25	21
	Aproveitamento	27	26	24	15
	Tx. Aproveitamento	**90%**	**93%**	**96%**	**71%**
EB1 de Rio Torto	Matrículas	2	2	3	5
	Aproveitamento	2	2	3	5
	Tx. Aproveitamento	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
EB1 de Várzea dos Fitos	Matrículas	4	5	5	5
	Aproveitamento	1	5	5	5
	Tx. Aproveitamento	**25%**	**100%**	**100%**	**100%**
EB1 de Santa Luzia	Matrículas	6	7	7	10
	Aproveitamento	6	7	6	9
	Tx. Aproveitamento	**100%**	**100%**	**86%**	**90%**
EB1 de Aldeia de Palheiros	Matrículas	10	13	20	19
	Aproveitamento	8	13	19	13
	Tx. Aproveitamento	**80%**	**100%**	**95%**	**68%**
EB1 de Panoias	Matrículas	25	20	20	18
	Aproveitamento	27	20	19	15
	Tx. Aproveitamento	**93%**	**100%**	**95%**	**83%**
EB1 de Santana da Serra	Matrículas	23	17	15	19
	Aproveitamento	25	17	15	18
	Tx. Aproveitamento	**96%**	**100%**	**100%**	**95%**
Total 1ºciclo	**Tx. Aproveitamento**	**94%**	**97%**	**96%**	**90%**

Tabela 32. Aproveitamento escolar no 1ºCEB, por escola, entre os anos lectivos de 1999/2000 e de 2002/2003.
Fonte: DREA, 2004; GIASE, 2006.

Síntese

- As oscilações ocorridas ao longo do intervalo, revelam a existência de um total compreendido entre três e quatro escolas que se situam com níveis de aproveitamento inferiores à média. Na generalidade destes casos, tratam-se de ocorrências pontuais (por exemplo o caso da EB1 de

Várzea de Fitos que no ano lectivo 1999/00 apresentava uma taxa de aproveitamento de 25% passando para 100% nos restantes anos) sendo, no entanto, de ressalvar a situação que caracteriza duas escolas onde em praticamente todos os anos lectivos (excepção para 2001/02) se registaram valores inferiores à média, nomeadamente: EB1 de Conceição e EB1 de Garvão.

- No último ano, quatro escolas obtiveram níveis de aproveitamento inferiores à média do 1°ciclo, observando-se nas restantes escolas taxas de aproveitamento superiores ou idênticas às observadas para a região do BAAL e para o país. De salientar que no ano em questão, cinco das 12 escolas do município apresentavam níveis de aproveitamento de 100%, tendo este total decrescido comparativamente a anos lectivos anteriores (9 escolas em 2000/01 e 6 escolas no total em 2001/02).

2.4.5. Abandono escolar, saída precoce e saída antecipada

No período entre 1998/99 e 2001/02, que constituem os dados oficiais mais actualizados, foram registados pela DREA apenas cinco casos de abandono escolar, todos ocorridos na EB2.3 com Secundário de Ourique – dois dos casos aconteceram no ano lectivo de 1999/00, um no 2º ciclo, outro no 3º ciclo, os outros três casos deram-se no ano lectivo de 1998/99, um deles no 2º ciclo, e dois no 3º. A este propósito importa lembrar que o Ministério de Educação apenas considera «abandono» quando se dá a saída escola durante o ensino básico obrigatório; como tal os casos de saída da escola durante o ensino secundário não são contemplados neste estudo.

O Ministério da Educação desenvolveu, e publicou no site oficial, uma análise da situação educativa, a partir dos dados do Censos de 2001. São estatísticas relativas ao «abandono»[33] e às «saída precoce»[34] e «saída antecipada»[35] da escola. Estes são dados de extrema pertinência para a compreensão das necessidades educativas do concelho, especialmente no domínio da educação não regular; no entanto estes são dados apenas válidos para o concelho, não estando disponíveis por freguesia.

De acordo com esta análise do ME, o abandono escolar no concelho de Ourique situa-se em 2,9%, convergente com a taxa registada para o Baixo Alentejo, que é de 3%. Isto significa que no concelho de Ourique continua a haver crianças e adolescentes que não concluíram a escolaridade obrigatória.

Esta taxa sobe exponencialmente quando analisamos o caso daqueles que abandonaram a escola obrigatória, mas há mais tempo; referimo-nos às taxas relativas à saída antecipada, pois os indivíduos que se situam no intervalo etário entre os 18 e os 24 anos já frequentaram a escola no período de alargamento da obrigatoriedade de 6 para 9 anos. Assim, no concelho de Ourique a taxa de saída antecipada é de 23,8%; este valor situa-se um pouco abaixo do registado para o Baixo Alentejo: 25,1%.

Já a taxa relativa à saída precoce é de 48,6% no concelho, desenhando um cenário um pouco pior do que o do Baixo Alentejo, que se situa nos 45,5%.

---

[33] Abandono: "total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário" (in site do Ministério da Educação, Janeiro de 2004).
[34] Saída precoce: "total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário" (in site do Ministério da Educação, Janeiro de 2004).
[35] Saída antecipada: "total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário" (in site do Ministério da Educação, Janeiro de 2004).

2.4.6. Evolução da frequência nas modalidades de educação de adultos

Importa atender à frequência de acções e modalidades destinadas a adultos, de modo a perceber qual a expressão destas no concelho. A análise centrar-se-á sobre as 3 modalidades principais: Ensino Recorrente (ER), Educação Extra-escolar (EE) e Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

2.4.6.1. Ensino Recorrente

Nível de ensino[36]	Ano lectivo						
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
3ºCEB	31	29	18	12	11	7	10
Ensino secundário	66	63	30	58	65	46	44
Total	**97**	**92**	**48**	**70**	**76**	**53**	**54**

Tabela 33. Evolução da frequência no Ensino Recorrente, por nível de ensino, entre 1999/00 e 2005/06.
Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Ourique, 2006; Câmara Municipal de Ourique, 2004.

Síntese

- O número de adultos que frequentam os cursos de ensino recorrente tem vindo a diminuir, totalizando cerca de metade dos inscritos, em comparação com o ano lectivo de 1999/00.
- Numa análise mais específica, constata-se que a maior quebra acontece nos cursos de 3ºCEB. Em ambos os ciclos, as maiores quebras verificam-se a partir do ano de 2001/02.

2.4.6.2. Educação Extra-escolar

Não dispomos de dados em relação a este indicador.

Dada a extinção da Coordenação Concelhia, o Agrupamento Vertical de Ourique está a trabalhar nas questões da educação de adultos, com o objectivo de se constituir uma nova equipa do mesmo género.

2.4.6.3. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Segundo informação do IEFP Ourique, estão a decorrer cursos pelo RVCC de Aljustrel, para obtenção do 6º e 9º ano. Irá igualmente decorrer um curso organizado pela ESDIME para obtenção do 12º ano de escolaridade. Os cursos de RVCC para o 6º e 9º ano estão a decorrer na Junta de Freguesia de Ourique. O curso para obtenção do 12º ano ira decorrer nos Bombeiros Voluntários de Ourique (sem previsão de data de início).

2.5. Pessoal docente

Neste ponto é feita a análise da evolução pessoal docente que tem exercido funções no concelho, entre os anos lectivos de 1999/00 e de 2005/06. Os dados foram recolhidos juntos das entidades a que se reportam.

[36]Não dispomos dos dados relativos ao 1º e 2ºCEB.

2.5.1. Número total de docentes, por ciclo de ensino

Vejamos quantos docentes têm exercido funções no concelho, em cada um dos ciclos/modalidades de educação regular.

Modalidade de educação/ensino	Ano lectivo					
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Educação pré-escolar	10	9	11	12	15	15
1ºCEB	39	21	19	21	20	22
2º, 3º CEB e ensino secundário	65	67	60	61	55	59
Total	**114**	**97**	**90**	**94**	**90**	**96**

Tabela 34. Evolução do número total de docentes em funções no concelho, entre os anos de 2000/01 e de 2005/06.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Ourique, 2006; Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006; Câmara Municipal de Ourique, 2006.

Síntese

- Como podemos constatar da leitura e análise da tabela, o número total de docentes que tem leccionado nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho tem vindo a decrescer nos anos em análise.
- A maior parte dos professores lecciona nos 2º, 3º CEB e no ensino secundário. Incluem-se aqui os cerca de 4 docentes que, em cada ano, até ao momento da extinção, leccionaram nas EBM do concelho. Em 2005/06, 61,4% leccionam nestes níveis, 22,9% no 1ºCEB e 15,6% na educação pré-escolar.
- Observando o nível de ensino leccionado, o maior decréscimo constata-se no 1ºCEB, acompanhando a diminuição de alunos que atrás referimos.
- Pelo contrário, regista-se como sinal positivo o aumento do número de educadores, que acontece quer no sector público, quer devido à abertura do JI da SCMO (um educador por ano).

2.5.2. Vínculo profissional e habilitações para a docência

Neste ponto pretende-se fazer a caracterização dos docentes, partindo da sua situação contratual e/ou modalidade de colocação e das suas habilitações para o exercício da profissão. Os dados encontram-se organizados segundo entidade, de modo a facilitar a leitura.

Agrupamento de Escolas de Ourique

Modalidade de educação/ensino	Ano lectivo					
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Educação Pré-escolar						
Vínculo						
Quadro Geral	0	4	6	11	11	13
Quadro de Vinculação	9	5	4	0	0	0
Contrato	1	0	0	0	3	1

Habilitações						
Bacharelato	4	6	4	4	1	0
Licenciatura	6	3	6	7	13	14
Total	**10**	**9**	**10**	**11**	**14**	**14**
1ºCEB						
Vínculo						
Quadro Geral	9	4	0	16	20	20
Quadro de Vinculação	26	16	14	2	0	0
Contrato	4	1	5	3	0	2
Habilitações						
Bacharelato	16	8	11	8	1	2
Licenciatura	23	13	8	12	19	20
Mestrado	0	0	0	1	0	0
Total	**39**	**21**	**19**	**21**	**20**	**22**
2º e 3ºCEB e Ensino Secundário						
Vínculo						
Quadro Geral	18	17	20	17	19	26
Quadro de Vinculação	11	20	19	25	23	21
Contrato	36	23	21	19	13	12
Habilitações						
Bacharelato	4	4	5	3	1	1
Licenciatura	61	63	54	58	54	57
Outro	0	0	1	0	0	1
Total	**65**	**67**	**60**	**61**	**55**	**59**
Total Global	**114**	**97**	**89**	**93**	**89**	**95**

Tabela 35. Evolução do vínculo profissional e habilitações dos docentes em funções no Agrupamento de Escolas de Ourique entre os anos de 2000/01 e de 2005/06.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Ourique, 2006.

Síntese

- O número total de docentes do agrupamento tem vindo a decrescer desde o ano de 2000/01, variando entre os 114 (2000/01) e os 89 docentes (2002/03 e 2004/05). O 1º CEB é o nível de educação onde mais oscilações se observam no que respeita ao número total de docentes. Na actualidade, o corpo docente do agrupamento é composto por 95 docentes, dos quais 14 educadores, 22 professores dão aulas ao 1ºCEB, e um total de 59 aos restantes níveis de ensino.

- Quanto ao seu vínculo de colocação, o número de docentes colocados no Quadro Geral e no Quadro de Vinculação é, normalmente, superior ao número de docentes contratados. A partir de 2003/04 parece haver um aumento de estabilidade no corpo docente, com um maior número de docentes colocados no Quadro Geral. Contudo, importa notar que o número de professores em situação de instabilidade nos 2º/3ºCEB e Ensino Secundário é, ainda, bastante elevado: 12 contratados em 59 docentes, em 2005/06.

- No que diz respeito às habilitações para a docência, o cenário dá mostras de uma evolução bastante positiva. Se, com excepção dos docentes de ensino pós-básico, o número de docentes que possuía apenas bacharelato como habilitação igualava ou mesmo suplantava o número de docentes com habilitações mais elevadas, a partir de meados do intervalo, esta situação inverte-se. Assim, em 2005/06, quase todos os docentes eram licenciados.

JI da Santa Casa da Misericórdia de Ourique

Modalidade de educação/ensino	Ano lectivo			
	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Contrato	1	1	1	1
Licenciatura	**1**	**1**	**1**	**1**
Total	**1**	**1**	**1**	**1**

Tabela 36. Evolução do vínculo profissional e habilitações dos educadores em funções no JI da SCMO entre os anos de 2002/03 e de 2005/06.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.

Síntese

- Desde a sua abertura, o JI da Santa Casa da Misericórdia tem sido assegurado por uma educadora, licenciada em educação de infância, colocada a contrato.

2.6. Pessoal não docente

Neste ponto faz-se a análise do pessoal não docente em função nos estabelecimentos do concelho, através da descrição das funções exercidas, da sua situação contratual e das suas habilitações literárias. O intervalo de análise segue o período 2000/01 a 2005/06, e os dados foram obtidos junto das entidades a que se reportam.

2.6.1. Funções exercidas

Vejamos qual a distribuição dos funcionários, de acordo com as suas áreas de função, em cada uma das entidades.

Agrupamento de escolas de Ourique

Funções exercidas	Ano lectivo					
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Auxiliar de acção educativa	24	24	24	23	23	23
Administração escolar	8	10	11	11	11	11
Cozinha	5	5	5	4	4	4
Guarda-nocturno	2	2	2	2	2	2
Total	**39**	**41**	**42**	**40**	**40**	**40**

Tabela 37. Evolução das funções do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Ourique, entre os anos de 2000/01 e de 2005/06.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Ourique, 2006.

Síntese

- O quadro de pessoal não docente do agrupamento revela estabilidade, quanto ao número de profissionais e respectiva distribuição segundo as funções exercidas. Em 2005/06 era composto por 40 profissionais, dos quais a maior parte auxiliares de acção educativa (23) e administrativos (11), repartindo-se os restantes pela cozinha (4) e pela vigilância nocturna (2).
- De assinalar, no entanto, o acréscimo de profissionais dos serviços administrativos (mais três profissionais) e o decréscimo nos auxiliares de acção educativa e na cozinha (menos 1 profissional cada).

JI da Santa Casa da Misericórdia de Ourique

Funções exercidas	Ano lectivo			
	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Auxiliar de acção educativa	2	2	2	2
Total	2	2	2	2

Tabela 38. Evolução das funções do pessoal não docente do JI da Santa Casa da Misericórdia de Ourique, entre os anos de 2000/01 e de 2005/06.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Ourique, 2006.

Síntese

- O JI da SCMO tem ao serviço 2 auxiliares de acção educativa, situação que se mantém igual no intervalo observado.

2.6.2. Habilitações literárias e vínculo profissional

Neste ponto apresenta-se uma descrição dos profissionais, quanto às habilitações literárias que possuem e à sua situação contratual, desde o ano de 2000.

Agrupamento de Escolas de Ourique

Vínculo profissional e habilitações literárias, por nível de ensino em que exercem funções		Ano lectivo					
		2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Educação pré-escolar							
Vínculo profissional	Quadro de Escola	5	5	5	5	5	5
Habilitações literárias	1º CEB	4	4	4	4	4	4
	2º CEB	1	1	1	1	1	1
Total		5	5	5	5	5	5
1ºCiclo do Ensino Básico							
Vínculo profissional	Quadro de Escola	2	2	2	2	2	2
Habilitações literárias	1º CEB	2	2	2	2	2	2
Total		2	2	2	2	2	2
2º e 3ºCiclos do Ensino Básico e Ensino Secundário							

Vínculo profissional	Quadro de Escola	26	28	28	26	26	26
	Contratados	6	6	7	7	7	7
Habilitações literárias	1º CEB	19	14	14	12	9	9
	2º CEB	5	3	3	3	7	7
	3º CEB	2	8	8	8	7	7
	Ensino secundário	5	8	8	8	7	7
	Licenciatura	1	1	2	2	3	3
Total		32	34	35	33	33	33
Totais Globais		39	41	2	40	40	40
Quadro de Escola		33	35	35	33	33	33
Contratados		6	6	7	7	7	7
1º CEB		25	20	20	18	15	15
2º CEB		6	4	4	4	8	8
3º CEB		2	8	8	8	7	7
Ensino Secundário		5	8	8	8	7	7
Licenciatura		1	1	2	2	3	3

Tabela 39. Vínculo profissional e habilitações literárias do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Ourique, entre 2000/01 e 2005/06.
Fonte: Agrupamento de Escolas de Ourique, 2006.

Síntese

- Em termos gerais, pode concluir-se por um corpo de profissionais estável, com uma larga maioria de funcionários efectivos, com um perfil de habilitações baixo mas com tendência para melhoria.
- De facto, apenas no caso dos 2º/3ºCEB e do ensino secundário se encontram profissionais contratados, estando os auxiliares de acção educativa da educação pré-escolar e do 1ºCEB colocados no Quadro de Escola, situação que é comum a todos os anos lectivos em análise. De acordo com o agrupamento, é necessária a colocação de, pelo menos, mais cinco auxiliares de acção educativa na escola sede, dadas as características do espaço escolar.
- Relativamente às habilitações, verifica-se que os auxiliares de acção educativa destes níveis revelam baixas habilitações literárias, em regra o 1ºCEB. Em 2005/06, 15 profissionais tinham o 1ºCEB, 8 concluíram o 2ºCEB, 7 profissionais detêm a escolaridade obrigatória, 7 o ensino secundário e 3 o ensino superior com o grau de licenciado. De registar como bastante positiva a diminuição de profissionais com o 1ºCEB e, por sua vez, o aumento de profissionais com o 2ºe 3ºCEB (de 2 em 2000/01 para 7 em 2005/06, neste último caso), bem como dos profissionais com ensino superior. Estas alterações, num quadro dominantemente estável, revelam a procura de elevação da escolaridade por parte de alguns dos elementos do pessoal não docente do Agrupamento.
- Importa referir que, de acordo com o Agrupamento, existem diversos profissionais que são colocados temporariamente, em medidas do Centro de Emprego, que embora não estando aqui contabilizados (dada a variabilidade da sua situação contratual), fazem uma diferença apreciável na gestão diária da vigilância dos espaços. Existe, pois, ao nível da sede, necessidade de colocação de maior número de auxiliares de acção educativa a tempo inteiro.

- Quanto à questão das habilitações literárias, de acordo com o Agrupamento, existe necessidade de desenvolver a formação dos profissionais, dada as baixas habilitações de alguns e a necessidade de actualização face às exigências actuais.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores relativos aos auxiliares que, estando em funções no agrupamento, são colocados pela CMO, com as respectivas habilitações e modalidade de colocação, segundo a distribuição dos profissionais por escola.

Pessoal não docente da CMO

Estabelecimento de Ensino	Ano lectivo						
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
EB 1 de Ourique	3 AAE	3 AAE	3 AAE	3 AAE	3 AAE	2 AAE	2 AAE
	4ª Classe	4ª Classe	4ª Classe	4ª Classe	4ª Classe	4ª Classe	4ª Classe
EB 1 de Santana da Serra	4 AAE	4 AAE	4 AAE	4 AAE	4 AAE	3 AAE	3 AAE
	1 c/ 4ª Classe 3 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 3 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 3 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 3 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 3 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 2 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 2 c/ 6ª Classe
EB 1 de Aldeia de Palheiros	2 AAE	2 AAE	2 AAE	2 AAE	2 AAE	2 AAE	2 AAE
	1 c/ 4ª Classe 1 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 1 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 1 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 1 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 1 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 1 c/ 6ª Classe	1 c/ 4ª Classe 1 c/ 6ª Classe
EB 1 Garvão	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE
	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe
EB 1 de Panóias	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE
	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe
JI de Garvão	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE	1 AAE
	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe	1 c/ 4ª Classe
JI de Ourique	2 AAE	2 AAE	2 AAE	2 AAE	2 AAE 1 Aux. S. Gerais	2 AAE 1 Aux. S. Gerais	2 AAE 1 Aux. S. Gerais
	1 c/ 6ª Classe	1 c/ 6ª Classe	1 c/ 6ª Classe	1 c/ 6ª Classe	3 c/ 6ª Classe	3 c/ 6ª Classe	3 c/ 6ª Classe
EB 2,3 + S de Ourique	---	---	---	---	---	1 AAE	1 AAE
	---	---	---	---	---	1 c/ 6ª Classe	1 c/ 6ª Classe
Total	14	14	14	14	17	17	17

Tabela 40. Distribuição do pessoal não docente colocado pela CMO, de segundo habilitações e estabelecimento, entre 1999/00 e 2006/07.
Fonte: CMO, 2006.
Legenda: AAE – Auxiliar de Acção Educativa; Aux. S. Gerais – Auxiliar de Serviços Gerais.

Síntese

- Quase todos os profissionais colocados pela CMO são auxiliares de acção educativa.
- A média de profissionais é distinta, variando entre 1 e 3 auxiliares.
- À semelhança dos profissionais descritos anteriormente, verifica-se que se caracterizam por um baixo nível de habilitações, em regra o 1°ciclo do EB e, em alguns casos, o 2°ciclo do EB.

3. Descrição da acção educativa da Câmara Municipal de Ourique

Neste capítulo é feita uma descrição da acção da Câmara Municipal de Ourique, em matéria de educação, partindo, em concreto, das competências estabelecidas legalmente. Nos últimos anos, verificou-se um processo de sucessiva desconcentração e transferência das competências no domínio educativo para o plano de actuação local, tal como já comentado na Parte I deste documento. Estas atribuições referem-se, com particular destaque, à educação pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, e incidem quer sobre a manutenção do edificado, quer sobre o apetrechamento de material destinado à prática pedagógica.

As áreas de intervenção educativa, em torno das quais a Câmara Municipal de Ourique congrega a sua actuação situam-se, maioritariamente, na educação de Infância e no 1º ciclo do ensino básico. Assinala-se a acção nos seguintes domínios:

- Transportes escolares;
- Auxílios económicos e acção social escolar;
- Apetrechamento de materiais;
- Intervenção nos equipamentos;
- Promoção de projectos e iniciativas de carácter pedagógico.

3.1. Transportes escolares

O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, definiu como competência dos municípios a organização, financiamento e controle do funcionamento dos transportes escolares.
A comparticipação nos transportes escolares acontece sempre que os alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular ou cooperativo) residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, bem como nos casos em que os alunos tenham sido matriculados compulsivamente em escolas situadas fora da área da sua residência.

Os alunos abrangidos pelos limites da escolaridade obrigatória, isto é, que ainda não tenham atingido os 15 anos, têm direito a transporte gratuito. A partir desta idade, este serviço é comparticipado em 50% pela autarquia. De acordo com a Portaria 181/86, de 6 de Maio, os alunos do ensino secundário têm uma comparticipação de 50% do valor total do passe, com base no critério da distância casa/escola.

Alunos transportados no ano de 2005/06

Em relação aos transportes escolares no ano 2005, os indicadores constam da tabela seguinte.

Nível de ensino	Nº de alunos transportados
1.º Ciclo	42 alunos
2.º Ciclo	69 alunos
3.º Ciclo	131 alunos
Ensino Secundário de Ourique	46 alunos
Total	289 alunos

Tabela 41. Número de alunos transportados no concelho de Ourique no ano de 2005/06, segundo nível de ensino frequentado.
Fonte: CMO, 2006.

Circuitos de transporte escolar

Estes transportes são efectuados em três tipos de circuitos:

- Rodoviária / Transporte Colectivo;
- Viatura Municipal de transporte ligeiro;
- Viatura de Aluguer ligeira.

Tempo médio de deslocação

O tempo médio dispendido nas deslocações do transporte escolar:

1. Circuito especial de Santana Serra:

- 620 km / dia (Viatura de Aluguer);
- Total de horas dispendidas por dia - 12 H 30 min. (2 viaturas).

Km por circuito	Circuitos efectuados	Total km	Tempo dispendido
20 km	4 x	80 km	2 horas
10 km	6 x	60 km	1 hora
20 km	6 x	120 km	2 horas
10 km	6 x	60 km	1 h 30 min.
40 km	6 x	240 km	4 h 30 min.
10 km	6 x	60 km	1 h 30 min.

2. Circuito especial de Panóias:

- 100 km / dia (Viatura de Aluguer);
- Total de horas dispendidas por dia – 2 H 10 min.

Km por circuito	Circuitos efectuados	Total km	Tempo dispendido
5 km	8 x	40 km	a) 1 hora
9,5 km	4 x	38 km	40 min.
5,5 km	4 x	22 km	30 min.

Nota: a) Percurso efectuado 2 vezes, a primeira vez com alunos do 1.º Ciclo e uma segunda vez com os restantes alunos.

3. Transporte colectivo – Rodoviária do Alentejo

Localidade	**Distância em km**	**Tempo dispendido em min.**
Aldeia de Palheiros	5	5
Santana da Serra	18	18
Garvão	13	13
Rio Torto	26	26
Chada	9	9
Panóias	20	20
Grandaços	5	5
Estação de Ourique	12	12
Conceição	17	17

Santa Luzia	20	20
Portela do Lobo	13	13
Alcarias	12	12
Favela	6	6
Monte da Ribeira	30	30

4. Viatura Municipal ligeira

O transporte com viaturas municipais, é efectuado em 3 turnos.

O primeiro turno corresponde ao turno da manha (das 8 às 9 Horas) com 7 circuitos:

1º Circuito – 25 km com 1 viatura;

2º Circuito – 24 km com 2 viaturas;

3º Circuito – 16 km com 1 viatura;

4º Circuito – 5 km com 1 viatura;

5º Circuito – 38 km com 1 viatura;

6º Circuito – 38 km com 1 viatura;

7º Circuito – 29 km com 1 viatura.

O segundo turno corresponde ao turno da tarde, sendo este efectuado a partir das 16H00 para os dois primeiros circuitos e os restantes circuitos são transportados a partir das 17H30.

1º Circuito – 19 km com 1 viatura;

2º Circuito – 16 km com 1 viatura;

3º Circuito – 15 km com 1 viatura;

4º Circuito – 14 km com 1 viatura;

5 º Circuito – 38 km com 1 viatura.

O terceiro turno assegurava o transporte para alunos do ensino recorrente em que existiam os seguintes circuitos:

1º Circuito – 86 km;

2º Circuito – 54 km.

Valores globais de despesa

Os valores globais de despesas com os seguintes transportes referente ao ano 2005/06:

Transporte Colectivo Rodoviário	73.506,87 €
Circuito especial de Santana da Serra	54.137,16 €
Circuito especial de Panóias	6.345,54 €
Total	133.989,57 €

3.2. Acção social escolar

Trata-se de conjunto de ajudas económicas, que se destinam, maioritariamente, aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico das escolas da rede pública provenientes de agregados familiares com uma situação socio-económica desfavorecida, e pretendem ser um apoio às despesas advindas da frequência das aulas. Segundo o Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, os auxílios económicos têm as seguintes modalidades:

- Subsídio de refeição (Escalão A - pagamento da refeição a 100%; Escalão B - pagamento da refeição a 50%).
- Subsídio para livros e material escolar (Escalão A - pagamento dos manuais escolares a 100%; Escalão B - pagamento dos manuais escolares a 50%).
- Subsídio de alojamento em residência familiar. Trata-se de uma alternativa ao transporte escolar, sempre que a organização deste não seja possível ou aconselhável por razões financeiras, técnicas ou pedagógicas, em que o aluno é colocado em residências de famílias. O valor mensal do subsídio é estabelecido anualmente pelo Ministério da educação e é variável em função do rendimento *per capita*.

Nos auxílios económicos incluem-se, ainda, os subsídios atribuídos aos estabelecimentos, como forma de apoio à realização das actividades lectivas.

Os valores e modalidades da acção social escolar praticadas no concelho de Ourique, concentraram-se no seguinte:

Tipo de despesa	Montante/Ano lectivo
Subsídios de refeições escolares	16.018,18 € (Ano 2004/05)
Subsídios de refeições escolares	7.369,15€ (Ano 2005/06)
Comparticipações em manuais escolares	1.405,17 € (Ano 2004/05)
Comparticipações em manuais escolares	1.603,32 € (Ano 2005/06)
Apoio às famílias	3.575,00 € (Ano 2004/05)
Apoio às famílias	1.300,00 € (Ano 2005/06)

Tabela 42. Tipo de despesa e respectivos montantes, nos anos de 2004/05 e de 200/06.
Fonte: CMO, 2006.

3.3. Projectos e iniciativas de carácter educativo promovidos pela CMO

3.3.1. Programa de generalização da língua inglesa

Trata-se de um programa criado pelo Ministério da Educação em 2005, com o objectivo de proporcionar a todos os alunos dos 3º e 4º anos do 1ºCEB o acesso à aprendizagem da língua inglesa em contexto escolar.

No concelho, o Programa de Generalização do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1º CEB no ano lectivo de 2005/2006, teve 92 alunos e 2 professores de Ensino Básico com vertente de Português – Inglês (2005/06).

No que respeita ao ano lectivo 2006/07 a Câmara Municipal de Ourique, o n.º de alunos é de 183 em 9 turmas e são leccionadas as seguintes disciplinas: Ensino de Inglês; Educação Musical; Educação Física e Desportiva e Educação Ambiental. As dificuldades encontradas são na contratação de Professores com Habilitações conforme o Despacho n.º 12591 de 16 de Junho de 2006. Importa salientar que funciona também o ensino de inglês para os alunos do 1º e 2º ano do 1º Ciclo de Ensino Básico.

O Programa de Generalização de Inglês nos 3º e 4º anos do CEB, teve um custo total de 8995,78 € com o pagamento aos professores contratados (2005/2006).

3.4. Perspectivas para a educação

3.4.1. Intervenção nos estabelecimentos

Existem os seguintes projectos na Câmara Municipal denominados:

- Recuperação, Reconversão e Construção de Edifícios e Espaços Exteriores da EB1 de Ourique.
- Recuperação, Reconversão e Construção de Edifícios e Espaços Exteriores da EB1 de Garvão.
- Recuperação, Reconversão e Construção de Edifícios da EB1 e Jardins-de-infância de Panóias.
- Recuperação, Reconversão e Construção de Edifícios da EB1 e Jardins-de-infância de Santana da Serra.
- Esta prevista a construção de uma cantina escolar na EB1 de Garvão e a reabertura da cantina escolar da EB1 de Santa Luzia.

4. Diagnóstico

Este capítulo apresenta uma síntese das características da rede educativa de Ourique evidenciadas ao longo dos capítulos anteriores. O diagnóstico será feito, destacando as potencialidades e os problemas detectados, quer em termos genéricos, para o concelho, quer na especificidade de cada nível de ensino.

Remetemos o leitor para a Parte IV deste documento, onde se apresentam as propostas definidas para responder ao quadro de necessidades desenhado a partir do confronto entre as potencialidades, os problemas e as características de evolução da situação educativa no concelho de Ourique e do país, e relativas às várias modalidades de educação existentes.

4.1. Potencialidades

4.1.1. De carácter geral

- Com excepção do ensino superior, o concelho dispõe de todas as modalidades de ensino tendo, também, de oferta ao nível de educação de adultos.
- A rede escolar está relativamente distribuída pelas freguesias, não existindo oferta de pré-escolar na freguesia de Conceição.
- Esta sofreu, também, uma evolução recente, nomeadamente, a reconversão de tipologias ao nível da educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino.
- Existência de projectos de requalificação dos estabelecimentos escolares.
- Relativa proximidade entre os estabelecimentos de diversos níveis de ensino, na sede de concelho.
- Evolução das habilitações do pessoal docente, com uma maioria de docentes licenciados na actualidade.
- A rede de transportes escolares é adaptada às necessidades, com percursos, circuitos e transportes diferenciados, previstos para a adequação ao contexto de cada aluno.
- Implicação da CMO na acção social escolar, visível na comparticipação nos auxílios económicos.

4.1.2. Desagregadas por área de intervenção

4.1.2.1.População escolar

Educação pré-escolar e 1º CEB

- Existência de oferta de carácter público e privado.
- Todas as escolas funcionam em regime normal;
- Desconcentração razoável do parque escolar, em termos de equipamentos;

- Relativa estabilização do número de alunos na maior parte das escolas, embora com indicadores de diminuição. Em 2005/06, apenas a EB1 de Conceição apresentava uma frequência inferior a 10 alunos.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

- Diminuição do número de professores contratados e aumento do número de professores pertencentes ao quadro de escola nos últimos anos na EB2.3;
- Espaço exterior amplo da EB2.3/S.

Educação de Adultos

- Existência de oferta de cursos de ensino recorrente e no intervalo observado.
- Existência de RVCC promovido por entidades de outros concelhos e previsão de funcionamento de novas sessões para o ano de 2006/07.

4.2. Problemas

4.2.1. De carácter geral

- Decréscimo populacional, sobretudo acentuado no grupo dos 0 aos 14 anos.
- Os valores de analfabetismo permanecem, ainda, bastante superiores aos encontrados na média do país. De entre a população escolarizada, predominava em 2001 o peso das habilitações baixas, com grande parte da população detendo apenas o 1º CEB.
- Existência de um número importante de profissionais não docentes que com baixas habilitações literárias.
- Cobertura desigual das freguesias em termos de equipamentos culturais e desportivos.

4.2.2. Desagregados por área de intervenção

Educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico

- Inexistência de oferta educativa na freguesia de Conceição.
- Carências a nível de transportes escolares.
- Existência de carências graves ao nível dos materiais pedagógicos e dos recursos informáticos.
- Estado de conservação do parque escolar de 1º CEB e de educação pré-escolar, com boa parte dos estabelecimentos escolares, com carências graves do ponto de vista das infra-estruturas existentes e com necessidade de outros espaços e equipamentos, a saber:

JI de Ourique

- Jardim-de-infância a funcionar em edifício propriedade de Santa Casa da Misericórdia de Ourique;

- Ao nível do material duradouro, há necessidade de apetrechamento com alguns equipamentos de apoio, dado que o que existe em boas condições é insuficiente;
- Necessidade de:
  - computadores com ligação à Internet;
  - jogos de construção variados, carros, garagem e equipamento para a casinha de bonecas;
  - baldes e pás para as crianças brincarem no exterior.
- O material de desgaste é pobre, com pouca variedade; será importante e de grande utilidade a existência de uma biblioteca em boas condições, já que os livros existentes são muito antigos e se encontram em mau estado de conservação devido aos sucessivos anos de manuseamento;
- A verba atribuída pelo Ministério é insuficiente e apenas faz face a algumas necessidades de material de desgaste.

EB1 de Ourique

- Défices nas salas de aula – instalação eléctrica, substituição do soalho, janelas e portas;
- Necessidade de substituição de mesas, cadeiras, armários e secretárias;
- Necessidade de renovação de material de desgaste e material didáctico.

EB1 com JI de Aldeia de Palheiros

- O edifício precisa de obras de conservação:
  - Remodelação total dos sanitários.
  - Apetrechar o espaço denominado de cantina com condições adequadas de higiene e segurança.
  - Proceder à mudança das janelas por estas se encontrarem danificadas e sem segurança.
  - Colocar portões nas várias entradas da escola.
  - Fazer um mini parque infantil.
- Necessidade de equipar as salas com computador, armários para arrumações, substituir mesas e cadeiras dos alunos, colocar uma estante para livros.

JI de Santa Luzia

- O espaço exterior deste Jardim-de-infância é muito perigoso, devido ao facto do pavimento se encontrar desnivelado, com arestas salientes;
- As duas caixas de areia ocupam quase todo o espaço exterior e quando chove ficam cheias de água, não permitindo a sua utilização pelas crianças;
- No interior do edifício, na sala de actividades, o pavimento de tacos encontra-se muito deteriorado;
- A sala tem pouca luz natural sendo necessário recorrer à luz artificial durante todo o ano;

- A porta que dá acesso ao espaço exterior está estragada, sendo que os buracos estão tapados com plástico autocolante.

EB1/JI de Panóias

- Janelas em mau estado de conservação;
- Refeitório com poucas condições, espaço de recreio em más condições;
- Casas de banho com poucas condições;
- Falta de mobiliário: armários; mesas; cadeiras; secretárias;
- Inexistência de computador;
- Falta de material didáctico e de desgaste;
- Falta de audiovisuais, material de desporto, livros.

EB1 de Santana da Serra

- Janelas em mau estado.
- Aquecimento deficiente.
- Casas de banho em número reduzido e não adequadas à idade das crianças.
- Estores das janelas em mau estado.
- Falta de material: didáctico, de informática, de desporto e de livros na biblioteca.
- Fotocopiadora avariada.
- Existência de apenas um computador que nem sempre funciona.
- Mobiliário em mau estado: mesas, cadeiras, armários, estantes, secretárias.

JI de Santana da Serra

- Inexistência de casa de banho apropriada com sanitários adequados a esta faixa etária, com água quente e ligação directa à sala;
- Necessidade de uma sala com janelas que se abram e com persianas;
- Portas que não deixem entrar o frio;
- Refeitório no próprio edifício;
- Computador/impressora com ligação à Internet.

EB1 de Garvão

- Portas das casas de banho em mau estado;
- Falta de cantina;
- Exterior mal pavimentado; infiltrações no telhado;

- Material informático insuficiente.

JI de Garvão

- Mobiliário completamente desadequado e bastante envelhecido;
- Falta de um lavatório na sala;
- Rede que veda a escola bastante ferrugenta e envelhecida;
- Caixa de areia sem condições de higiene;
- Troncos de árvore cortados e os cepos deixados no pátio;
- Casas de banho no exterior. Embora a passagem da escola até às mesmas seja coberta o espaço fica muito molhado quando chove;
- Falta de água quente e de um espaço para dar banho às crianças;
- Muitas escadas, pouca acessibilidade para crianças com deficiência;
- Espaço reservado na via pública para que os pais estacionarem os carros sem se arriscarem a uma coima;
- Canteiros que necessitam de ser "revolvidos" para poderem ser arranjados (tirar as raízes de plantas antigas).

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

- Escassez de pessoal auxiliar a tempo inteiro e em situação contratual estável na sede de agrupamento.
- Diminuição no número de alunos nos 2º CEB.
- Pouca diversidade ao nível das oportunidades de formação de carácter secundário, não existindo alternativas ao nível do ensino secundário profissional no concelho.

Educação de adultos

- Irregularidade da frequência nas modalidades de educação de adultos.
- Diminuição da frequência dos cursos de ensino recorrente.
- Extinção da Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente, Educação Extra-escolar e Formação de adultos;
- Inexistência de Centro RVCC no concelho.

PARTE III.

CENÁRIOS E PROJECÇÕES

1. Enquadramento dos estudos prospectivos no exercício de planeamento educativo a nível local

Esta parte tem por objectivo projectar as características da rede educativa para os próximos cinco anos. Se até aqui a preocupação foi em caracterizar os processos de evolução e de mudança, agora chegou o momento de clarificar a direcção tendencial.

A abordagem prospectiva que apresentamos será feita a partir de um conjunto de indicadores e de propostas, tendo como base a noção de imprevisibilidade, balizada por desejável continuidade. Assim, esta parte é composta por:

- um capítulo que resume duas abordagens prospectivas à educação em Portugal – uma de teor político, em termos da metas a alcançar e outra ancorada num estudo prospectivo de planeamento educacional do sistema português;
- um capítulo que enquadra as prioridades de Ourique em termos de alguns elementos que integram o diagnóstico social do concelho e das grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do concelho, onde são enquadrados pela autarquia os contributos da escolarização para o desenvolvimento local;
- um capítulo que apresenta as projecções da população de Ourique, em termos da grande tendência pesada para o desenvolvimento da educação – as questões demográficas – e em termos das expectativas de procura e de conclusão dos diferentes níveis de ensino instalados no concelho, que se reflectem nos indicadores sobre os níveis de escolarização da população do concelho;
- um capítulo com indicadores, de maior especificidade, relativos à procura esperada para cada escola existente no concelho, pela população em idade certa de frequentar cada nível de ensino.

As expectativas sobre o comportamento destes elementos – condicionantes e políticos – estarão na base da proposta de reordenamento da rede educativa de Ourique que se apresenta na última parte deste documento.

2. Prospectivas para a Educação em Portugal

"Explorar futuros possíveis é (...) a maneira mais fecunda
de a inteligência humana influenciar os deuses."
(Carneiro, 2000: 32)

O exercício de prospectiva e planeamento da rede educativa concelhia, aqui em decurso, exige contemplar e integrar os pressupostos usados na prospecção do Sistema Educativo Português. Os estudos prospectivos assentam "numa atitude consciente, voluntária e activa de determinação" (Caraça, 2000: 83).

O planeamento educativo deve ser conduzido de forma sistémica e integradora dos diferentes níveis de ensino, modalidades e contextos de educação, no entanto são necessárias algumas referências parcelares, de forma a orientar os esforços de mudança e a definição das necessidades educativas mais prementes nos diferentes territórios a considerar.

Com este objectivo apontam-se, a seguir, dois tipos de dados, que permitem a extracção de indicadores distintos:

- metas assumidas pelo Ministério da Educação relativas aos níveis de escolarização da população e taxas de cobertura escolar a alcançar em todo o país;
- os cenários educativos traçados para Portugal e as projecções daí emergentes, com o horizonte temporal de 2000 – 2020, no estudo desenvolvido sob a direcção e coordenação de Roberto Carneiro, no final da década de 1990, apoiado pelo PRODEP e publicado em 2000 pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação: O Futuro da Educação em Portugal, tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.

2.1. Metas assumidas pelo Ministério da Educação

A educação pré-escolar sofreu um grande incremento na segunda metade da década de 1990, que culminou no processo de alargamento da rede pública do pré-escolar e na publicação das orientações curriculares para este nível de educação.

Assim, propunha-se o Ministério da Educação que, até ao fim do século XX, frequentassem o pré-escolar 90% das crianças com cinco anos, 75% das crianças com quatro anos e 60% das crianças com três anos (Decreto-Lei nº. 147/97). Os objectivos então traçados eram também de natureza qualitativa, acrescentando-se que as salas de JI deveriam ser frequentadas por no mínimo 20 crianças e no máximo 25. Interessa destacar que se considerava a educação itinerante e a animação comunitária como opções a serem tomadas nas zonas de baixa densidade populacional.

O ensino básico regular é de frequência obrigatória para todos, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº. 46 de 1986) e com regulamentação de 1989. Como tal, a principal meta a considerar é, necessariamente, a de que 100% das crianças e adolescentes entre os 6 e os 15 anos estejam a frequentar a escola. Aliás em "1999/00 Portugal atingiu os 100% de escolarização até aos 15 de idade, em virtude de uma medida de 1986" (Oliveira Martins, 2000: 23).

Em matéria de finalidades para o ensino básico, o XVII Governo estabeleceu o alargamento do funcionamento das escolas do 1.º CEB, para a implementação de actividades curriculares, de forma a que todos os alunos tenham um acesso igual a este tipo de oportunidades. Destaca-se, dentro desta lógica de expansão das oportunidades educativas o Programa de generalização da Língua Inglesa,

destinado aos alunos dos 3º e 4º anos do Ensino Básico, cuja implementação foi prevista para entrar em vigor no ano lectivo de 2005/06.

O XVII Governo criou, no ano de 2005, o Programa de generalização das refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico. Trata-se de uma medida do Ministério da Educação que tem como principal objectivo suprir um vazio legal quanto às atribuições dos municípios no fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1º CEB e define o modelo de financiamento necessário para tal.

Sobre o ensino secundário e as modalidades de ensino recorrente e educação extra-escolar não são conhecidas metas claras e objectivas. É apontada a necessidade de aumentar progressivamente a frequência do ensino secundário, bem como de diversificar a oferta existente e de articular o funcionamento de escolas regulares e profissionais existentes nos diversos territórios educativos, fortalecendo os percursos de escolarização do ensino secundário. De facto, nos últimos períodos de governação, tem sido várias vezes feita, por diferentes protagonistas políticos, a apologia da escolarização até aos 18 anos de idade.

Relativamente ao ensino recorrente são defendidos dois objectivos: a diminuição, até à extinção, do analfabetismo e da iliteracia e a progressiva escolarização da população activa no sentido de se alcançar níveis de escolarização mais compatíveis com a dinâmica das sociedades europeias.

No que se refere à educação extra-escolar não são explicitadas metas ou opções de percurso.

Importa referir, em todos os ciclos e com implicações particularmente evidentes para os docentes, o Programa de promoção de projectos educativos na área da cultura. Trata-se de uma iniciativa conjunta entre os Ministérios da Educação e da Cultura, que pretende a difusão e incremento da cultura, junto das escolas e através de orientação educativa por parte das entidades que promovem as acções culturais.

Este programa parte da consciência das potencialidades educativas contidas nos espaços de cultura bem como da necessidade de rentabilizar os recursos do Sistema Educativo português, em concreto, os docentes não colocados ou com horário incompleto, poderão exercer funções em espaços do Ministério da Cultura e pretende contribuir para a meta da qualificação e rentabilização do Sistema Educativo.

2.2. Cenários e projecções para a Educação em Portugal: 2000-2020

Este sub capítulo pretende sintetizar o olhar prospectivo sobre o Sistema Educativo Português, desenvolvido pelo estudo acima referenciado e apresentado por Roberto Carneiro da seguinte forma:

"O presente estudo prospectivo representa uma profunda interpelação ao sistema educativo que nos legou a modernidade industrial. Que educação e que formação poderemos aspirar a ter no final dos próximos 20 anos? Qual o perfil educativo que melhor poderá servir o Portugal do século XXI? Como garantir um *quantum* de mudança efectiva, sem que o país se volte a atrasar, com respeito por uma cultura multissecular de nação?" (2000: 33).

A necessidade de grande rigor metodológico e de forte triangulação de dados e de fontes para o pensamento sobre futuros possíveis resultou na constituição de equipas de trabalho pluridisciplinares, de forma a caracterizar a situação educativa portuguesa, quantitativamente e qualitativamente, a analisar e identificar as tendências dominantes e os principais factores de ruptura e de desenvolvimento, no sentido de fundamentar e construir cenários possíveis para o futuro da educação em Portugal.

O objectivo da apresentação das principais conclusões deste trabalho é balizar o exercício de prospectiva delimitado pelas fronteiras concelhias. Interessa portanto apresentar em traços gerais:

- o paradigma de desenvolvimento deste estudo – a Sociedade Educativa como horizonte para 2020;
- uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o horizonte do futuro da educação em Portugal, um desenvolvido de acordo com o cenário de referência, o outro a partir de um cenário voluntarista;
- algumas estratégias orientadoras de mudança educativa com impacto ou replicação ao nível de decisão local.

2.2.1. O paradigma: a Sociedade Educativa como horizonte

O desenho de futuros possíveis para a educação necessita de uma moldura conceptual dentro da qual possa ser concretizado.

O estudo que este subcapítulo referencia conclui pela mobilização da educação em Portugal na direcção da Sociedade Educativa – como a meta a ser alcançada em 2020. A apologia desta epifania resultou da análise de pólos de discussão centrais à compreensão da sociedade portuguesa, especialmente na sua dimensão educacional, mas que se estendem a todos os domínios da dinâmica social e a todos os actores. Os temas centrais que se constituíram como pólos de discussão para o enquadramento compreensivo da construção dos cenários educativos foram: a relação que os portugueses mantêm com o saber; o papel da Educação nos percursos para a excelência, o sucesso e a competitividade; a conceptualização das instituições educativas como lugares de civilização; o reforço das relações de alteridade na constante construção da identidade portuguesa; a consolidação de sistemas de avaliação extensíveis aos vários domínios e dimensões da Educação, no sentido da construção de mudança com sentido.

A meta educativa proposta à sociedade portuguesa aponta para a organização de um sistema de educação enquadrado pela complexidade; é uma meta relativa à sociedade e não apenas da exclusiva responsabilidade do poder central, pela devolução de poderes e competências à sociedade civil, no sentido da emergência de "comunidades activas e motores de uma nova ordem educativa. Comunidades que lideram a oferta da aprendizagem desde a Educação pré-escolar à pós-graduação universitária, respeitando a diversidade natural de níveis de escolaridade, mas apostando na organização dos vizinhos para fazer brotar soluções e serviços de proximidade (...)". Estes princípios apelam a "um acréscimo notório de inteligência política, a uma lúcida estratégia de construção do futuro (e de desconstrução de vícios do passado), a uma mobilização dos actores sociais para a dinamização de comunidades educadoras, à emergência de novas lideranças e agentes de mudança locais, a uma prática de realização de compromissos sociais, e a rigorosas medidas de avaliação das iniciativas" (Carneiro, 2000:54).

Assim enquadrada, a Sociedade Educativa caracteriza-se pela existência de:

"escolas e centros de formação em rede;
centros **locais** e primazia comunitária;
multiplicidade de propósitos;
prioridade à aprendizagem permanente;
diversos grupos-alvo;

partenariados alargados entre escolas, centros de formação, empresas e unidades de investigação;
competências básicas para a formação ao longo da vida;
mobilidade" (*idem, ibidem*: 53).

e também por:

"um reforço dos contratos de gestão;
um reforço das redes sociais e educacionais e de informação;
uma ligação de todas as instituições e centros educativos e de formação à Internet;
uma forte relação entre Educação e desenvolvimento;
centros de aprendizagens polivalentes" (Oliveira Martins,2000: 13-24).

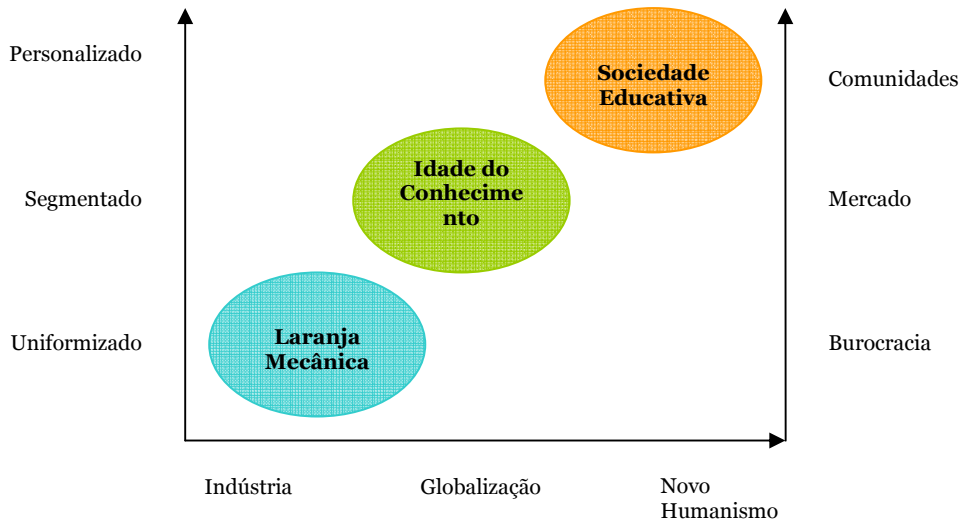
Torna-se, assim, claro que «o futuro da educação em Portugal» implica fortemente as comunidades locais e a assunção dos poderes pelas mesmas, num quadro de orientação, financiamento e avaliação pelo poder central. Desta forma se intensifica a compreensão da construção da Carta Educativa como um dos elementos potenciais do percurso para a Sociedade Educativa.

Este paradigma de funcionamento social é de uma extrema exigência para todos os sectores sociais – como tal é referido pelos autores deste trabalho como uma abordagem «voluntarista» ao futuro da Educação. Daqui se constata que a ausência de um compromisso social radical e persistente – referido genericamente como «New Deal» – compromete em absoluto a chegada a uma sociedade educativa, uma vez que esta nunca será o fruto natural da relação espontânea das forças coexistentes.

Até aqui, o olhar tem repousado no horizonte de 2020, que marca o princípio do porvir considerado para o estudo do futuro da Educação em Portugal. No entanto, este estudo foi realizado a partir de uma matriz temporal tripla: o passado, o presente e o futuro.

Esta matriz temporal contribui para a compreensão do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais. A imagem que a seguir se apresenta sintetiza estes estádios de desenvolvimento – sob uma forma unívoca, uma vez que a partir de cada estádio se passa ao seguinte ou se estagna.

Figura 5. Paradigmas de Evolução dos Sistemas Educativos Ocidentais.



Fonte: Adaptado de Carneiro, R. (2000: 48).

A Sociedade Educativa aparece como o estádio de desenvolvimento futuro mais apurado, em que a educação se sustenta sobre comunidades aprendentes e o sistema se caracteriza pela especificidade e pelo espaço reservado à diversidade de processos de aprendizagem, com um nível de personalização progressivo. Esta imagem que temos vindo a caracterizar funciona aqui como a utopia necessária à abordagem do futuro: "o sonho desta nova sociedade será realizar a unidade e continuidade do aprender: em cada indivíduo, em cada comunidade, em cada nação" (Carneiro, 2000: 48).

Esta utopia situa-se no campo dos possíveis por ser dada como congruente com as tendências de evolução identificadas no presente – e sintetizadas na designada Idade do Conhecimento. Esta remete para a ideia de globalização na educação, a par de uma lógica de distribuição segmentada e com configurações de mercado. A Idade do Conhecimento sintetiza um estádio emergente dos sistemas educativos, e como tal ainda não completamente alcançado – é uma abordagem do futuro presente e que orienta a leitura e as opções de hoje, por caracterizar a fase actual do desenvolvimento do nosso sistema educativo na transição entre a Laranja Mecânica e a plena Idade do Conhecimento. A Idade do Conhecimento é também a idade dos saberes. É determinada pelo incremento, a um ritmo extremamente acelerado, da oferta de informação, conhecimento e formação e pela disseminação deste «novo conhecimento» através da facilidade introduzida pelas «novas tecnologias» e suportada por todo o enquadramento da «nova economia». De acordo com Roberto Carneiro, desta idade dos conhecimentos e dos saberes passaremos a idade da unidade dos saberes, com respeito pela diversidade dos conhecimentos e da sua ancoragem: é a Sociedade Educativa.

A Laranja Mecânica sintetiza o passado dos sistemas educativos ocidentais; no caso da construção de futuros aqui em análise, este paradigma constitui uma espécie de presente passado, por em Portugal nos encontrarmos em diversos aspectos na transição acima referida. A Laranja Mecânica refere sistemas educativos ancorados no modelo industrial, concretizado em sistemas de oferta uniformes e rotinizados, conduzidos de acordo com uma lógica tecno-burocrática-corporativa, que se concretiza na escola como instituição moderna, ao lado de prisões e hospícios.

Estas três dimensões temporais – passado, presente e futuro - revestem-se de particular importância para o exercício lógico e compreensivo de prospectiva, aqui em desenvolvimento.

Da nossa leitura desta prospectiva da Educação em Portugal retemos que no futuro próximo – que é o que delimita a Carta Educativa – é necessário definir as estratégias que asseguram a entrada de todas as comunidades regionais e locais portuguesas na Idade do Conhecimento – especialmente as da nossa área de intervenção que corresponde a uma das áreas de maior depressão do país: assim a nossa utopia de «referência» para a construção dos cenários educativos concelhios será a idade do conhecimento, o que nos parece ser a opção conceptual mais consistente com a abordagem nacional.

2.2.2. Uma leitura quantitativa: dois conjuntos de projecções para o futuro da educação em Portugal

A matriz das três dimensões temporais será apenas parcialmente utilizada neste subcapítulo de apresentação de dados quantitativos - uma vez que os cenários sintetizam um olhar prospectivo e não retrospectivo, o passado é a dimensão temporal que aqui não será analisada, embora constatada como referência a jusante.

As projecções que a seguir se apresentam foram concebidas pela equipa técnica do DAPP, no âmbito do estudo coordenado por Roberto Carneiro, que aqui vem sendo relatado.

Esta componente quantitativa do estudo tomou como referências medidas e princípios de política educativa e as tendências de desenvolvimento demográfico. No que é relativo a questões de política educativa, os documentos de referência foram os grandes objectivos globais assumidos pelo Governo (no final da década de 1990), o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP).

Da interpretação destes documentos de enquadramento das políticas públicas, a equipa destacou como princípios estruturantes do desenvolvimento do Sistema Educativo Português:

- a expansão da educação pré-escolar;
- a consolidação do ensino básico;
- a generalização de frequência do ensino secundário;
- a expansão e diversificação da formação inicial de jovens;
- o reordenamento do ensino superior com a reafirmação do politécnico;
- a elevação da capacidade e qualidade formativas do sistema de ensino;
- a promoção de aprendizagens ao longo da vida.

A demografia é assumida como «a grande tendência pesada do Sistema Educativo». Neste sentido, a fonte considerada foram as projecções demográficas desenvolvidas pelo INE, para um horizonte temporal equivalente ao do estudo aqui em análise. Foram destacadas as seguintes conclusões prioritárias para as projecções da procura escolar:

- "o número de jovens com idade compreendida entre os 3 e os 14 anos continuará em evolução decrescente, passando de 14,1% em 1995, para 12,9% em 2020;
- a forte quebra do número de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 22, que passará de 12,9% em 1995, para 9,3% em 2020" (São Pedro *et al*, 2000: 184).

Estas projecções demográficas, as linhas orientadoras da política educativa acima referidas e as tendências de evolução do sistema educativo português detectadas no estudo de sintetizado no subcapítulo anterior – que concluem pela transição do paradigma «Laranja Mecânica» para o da «Idade do Conhecimento» – permitiram a concepção de dois cenários para o desenvolvimento das projecções quantitativas:

- o <u>cenário 1</u>, considerado de <u>referência</u>, assenta na tendência pesada e configura o futuro da situação educativa portuguesa, se tudo continuasse a evoluir como aconteceu até ao momento das projecções;
- o <u>cenário 2</u>, considerado «<u>voluntarista</u>», configura um futuro da situação educativa portuguesa assente na mudança e em políticas e práticas educativas mais consistentes e esforçadas – que permitiriam a entrada na plena «Idade do Conhecimento» e a transição progressiva no sentido da «Sociedade Educativa».

Feito este enquadramento apresentam-se dois conjuntos de projecções – um em cada cenário – das seguintes dimensões de estudo:

- <u>procura escolar</u>: relativas apenas à frequência em idade própria e operacionalizada nas taxas de

habilitações literárias conseguidas e introduzindo alguns dados sobre os índices de frequência dos diferentes níveis de ensino;

- oferta escolar: operacionalizada em dois conjuntos de projecções para 2010 relativas aos docentes, assumindo-se que a reestruturação do parque escolar está em marcha e que este é quantitativamente suficiente para a procura;
- necessidades de aprendizagem ao longo da vida: operacionalizadas em termos do número de indivíduos da população activa que não concluíram o ensino básico, ou o secundário ou o superior e que se considera desejável que venham a concluir.

Procura escolar: as habilitações literárias em 2020, conseguidas na frequência do ensino regular

Na tabela que se segue, sintetizamos as previsões da procura escolar em idade própria, com base nos índices das habilitações literárias que serão alcançadas em 2020, de acordo com cada um dos cenários acima referenciados.

Habilitações literárias	2020 Cenário 1	2020 Cenário 2
Ensino básico	12,00%	3,00%
Ensino secundário	48,00%	45,00%
Ensino superior	40,00%	52,00%

Tabela 43. Habilitações literárias previstas para 2020.
Fonte: São Pedro, *et al*., 2000.

Qualquer um dos cenários equacionados tem como pressuposto que 100% da população frequentará a escola a partir dos 6 anos de idade e que não a abandonará sem ter concluído o 9º ano de escolaridade – como já acima demos nota, isto foi parcialmente alcançado no final da década de 1990, uma vez que então se verificou 100% de escolarização até aos 15 anos de idade. Desta forma, um primeiro aspecto a destacar é que, em ambos os cenários, deixarão de se verificar saídas da escola antes da conclusão do que em 2004/2005 é o ensino básico obrigatório.

Ainda relativo aos pressupostos comuns aos dois cenários para o desenvolvimento destas projecções quantitativas, um segundo aspecto a destacar é que até 2020 as saídas da escola só ocorrerão no final do nível de estudos iniciado; ou seja, todos os que iniciarem o ensino secundário e o ensino superior concluirão com sucesso esses níveis de ensino – em 2004/2005 estávamos ainda muito longe destes indicadores.

Se o rumo da educação em Portugal não sofrer grandes alterações – isto é, de acordo com o cenário 1 – de entre esses 100% que entram na escola básica, 12% terminarão o seu percurso escolar, em idade certa, com a obtenção do diploma do actual ensino básico e 88% prosseguirão estudos, ou seja, entrarão no ensino secundário regular ou no seu equivalente de pendor mais profissionalizante De entre estes, 48% interromperão o percurso escolar e tentarão a entrada no mercado de trabalho com o diploma de conclusão do ensino secundário. Prevê-se ainda que 40% da população que terminou o ensino secundário com sucesso frequentará e concluirá com sucesso o ensino superior.

O cenário 2 exige a implementação de medidas e opções com forte impacto no rumo da educação e da escolarização em Portugal. Se estas medidas forem tomadas, verificar-se-á que de entre os 100% da população que terminar o ensino básico regular, apenas 3% interromperá aí o seu percurso escolar e 97% prosseguirá estudos de nível secundário. De entre estes, 45% interromperão o percurso escolar com a conclusão com sucesso do ensino secundário ou seu equivalente. Daqui resulta que 52% da população com o diploma do ensino secundário prosseguirá e concluirá estudos de nível superior politécnico ou universitário.

Para uma leitura mais completa destes dados prospectivos, apresentamos a seguir os esquemas desenvolvidos pela equipa do DAPP para uma rápida compreensão dos percursos de escolarização que permitirão alcançar aquelas habilitações literárias.

Os dados aqui apresentados constituem uma breve síntese da leitura prospectiva quantitativa da situação da educação em Portugal, pelo que recomendamos a consulta da fonte aqui utilizada e amplamente referenciada.

Oferta escolar: os recursos humanos, nomeadamente os docentes para os vários níveis de ensino em 2010.

Mais dificultada é a síntese das previsões relativas às características dos recursos humanos necessários para garantir os percursos de escolarização acima referidos, uma vez que os dados desenvolvidos pela equipa do DAPP são marcadamente mais complexos. Estes dados são mais dependentes da acção de um conjunto de variáveis, de que são exemplo: a abertura e encerramento de cursos de formação de professores dos diferentes níveis de ensino, a eventual diversificação das funções dos docentes, a manutenção da possibilidade da profissionalização em serviço, o intervalo etário de entrada na reforma, a entrada de outros técnicos na escola, a emergência de iniciativas de cariz educacional, de modo não escolar, e que abrem possíveis para a necessidade e possibilidade da entrada de outros técnicos, entre outras. As características do desenvolvimento dos sistemas educativos ocidentais propõem mudanças que introduzem uma dimensão de porvir nas equações relativas ao futuro, o que claramente dificulta as previsões relativas às características dos recursos humanos.

Estas dificuldades resultaram em opções metodológicas, de que destacamos o facto de as projecções serem na sua maioria relativas ao ano de 2010 e na dificuldade de encontrar diferenças entre as projecções relativas a cada um dos cenários.

Feitas as advertências, passamos a referir algumas das conclusões alcançadas para a estrutura de educação formal hoje em vigor, relativas aos recursos humanos. Estas conclusões foram alcançadas na dependência directa da procura escolar atrás sinteticamente referidas e, também, das alterações enunciadas no final da década de 1990 relativas ao perfil dos docentes, à entrada de outros técnicos no sistema educativo e à gestão dos recursos humanos.

Relativamente aos educadores de infância, prevê-se um aumento acentuado da procura: de 11 508 contratados em 2000/01 para 16 199 em 2010/2011 (DAPP, 2000: 215). Na sequência das quebras de natalidade, as projecções indicam uma redução para cerca de 14 700 educadores em 2020 (DAPP, 2000: 215).

Prevê-se a estabilização da relação entre procura e oferta de docentes do 1º ciclo do ensino básico em 2010/2011, havendo, no entanto, uma quebra entre 2005/06 e 2010/11 de 30 320 necessários para 29 595 (DAPP, 2000: 217). Para a década de 2011-2020, as projecções concebidas indicam a baixa da procura

de docentes para 27 000, paralelamente a um progressivo rejuvenescimento do corpo docente deste ciclo de ensino (DAPP, 2000: 217).

No que se refere ao 2º ciclo do ensino básico, as projecções remetem para conclusões distintas, dependendo das áreas de ensino, bem como da década em análise para o intervalo em estudo. Assim, para 2000/2010, prevê-se o excesso de docentes nas áreas de Línguas, Matemática/Ciências da Natureza e Educação Física e falta de docentes nas áreas da Música e das Artes Visuais (DAPP, 2000: 222).

O desenvolvimento das projecções, sem diferenciação significativa entre os dois cenários, permite previsões mais genéricas para a década seguinte (2011/2020) apontando para uma tendência geral decrescente da procura do número de docentes (DAPP, 2000: 222).

Os números relativos à procura de docentes para o 3º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário apresentam alguma convergência com o ciclo anterior; deste modo, prevê-se para a década de 2000/2010, o excesso de docentes nas áreas de Línguas, Biologia, Geologia, História e Matemática – embora com índices distintos para cada um dos grupos – assim como a carência nas áreas das Artes, Música, Informática e Educação Física. Genericamente, prevê-se uma tendência geral estacionária do conjunto das duas décadas, relativamente à procura de professores – novamente sem diferenciação significativa entre os dois cenários. Relativamente às evidências de excedentes, o estudo propõe estratégias de mobilidade vertical, para os docentes do 2º ciclo do ensino básico, e para todos os docentes o exercício de outras funções distintas da docência, embora dentro do sistema educativo.

Aprendizagem ao longo da vida: quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação.

A terceira dimensão considerada para as projecções quantitativas da situação da educação em Portugal evidencia claramente a ênfase colocada na educação permanente para todos. Deste modo, foram equacionadas as necessidades de formação de todos os que já estão no mercado de trabalho, independentemente do estatuto e da faixa etária em que se encontram.

De forma a possibilitar cálculos transversais e genéricos, a referência foi a formação que permita a equivalência aos diferentes níveis de ensino, no sentido de uma maior convergência com a União Europeia (cenário 1) e, mais optimisticamente, do percurso mais rápido no sentido da Sociedade Educativa (cenário 2). Com efeito, em ambos os cenários cabe o formato mais tradicional da frequência do ensino recorrente, mas as opções mais fortemente apoiadas neste estudo vão para a formação profissional dos diferentes níveis europeus e para o mais recente modelo de certificação e validação de competências adquiridas. Com efeito, no que se refere a esta dimensão, ambos os cenários apresentados assentam numa perspectiva voluntarista, uma vez que se considera insuficiente e inadequada a manutenção das medidas e estratégias educacionais para a aprendizagem ao longo da vida propostas pelo sistema educativo português até ao final da década de 1990. Daqui decorre que, para qualquer dos dois cenários apresentados, se proponha um esforço redobrado no primeiro quinquénio do período em estudo e se delimite este período ao horizonte de 2015, clarificando assim a urgência de medidas para estas modalidades de formação e educação. Apesar da exigência que estes cenários pressupõem, as ambições foram limitadas à formação até ao nível do ensino secundário. A tabela que a seguir se apresenta sintetiza, em valores absolutos por correspondência estrita com a fonte utilizada, a quantidade de indivíduos da população activa com necessidades diferenciadas de formação.

Níveis de formação	Cenário 1 (2015)	Cenário 2 (2015)
6º ano de escolaridade	767 000	1 822 000*
9º ano de escolaridade	537 000	1 715 000
Ensino secundário	1 201 000	1 658 000
Total	2 505 000	5 195 000

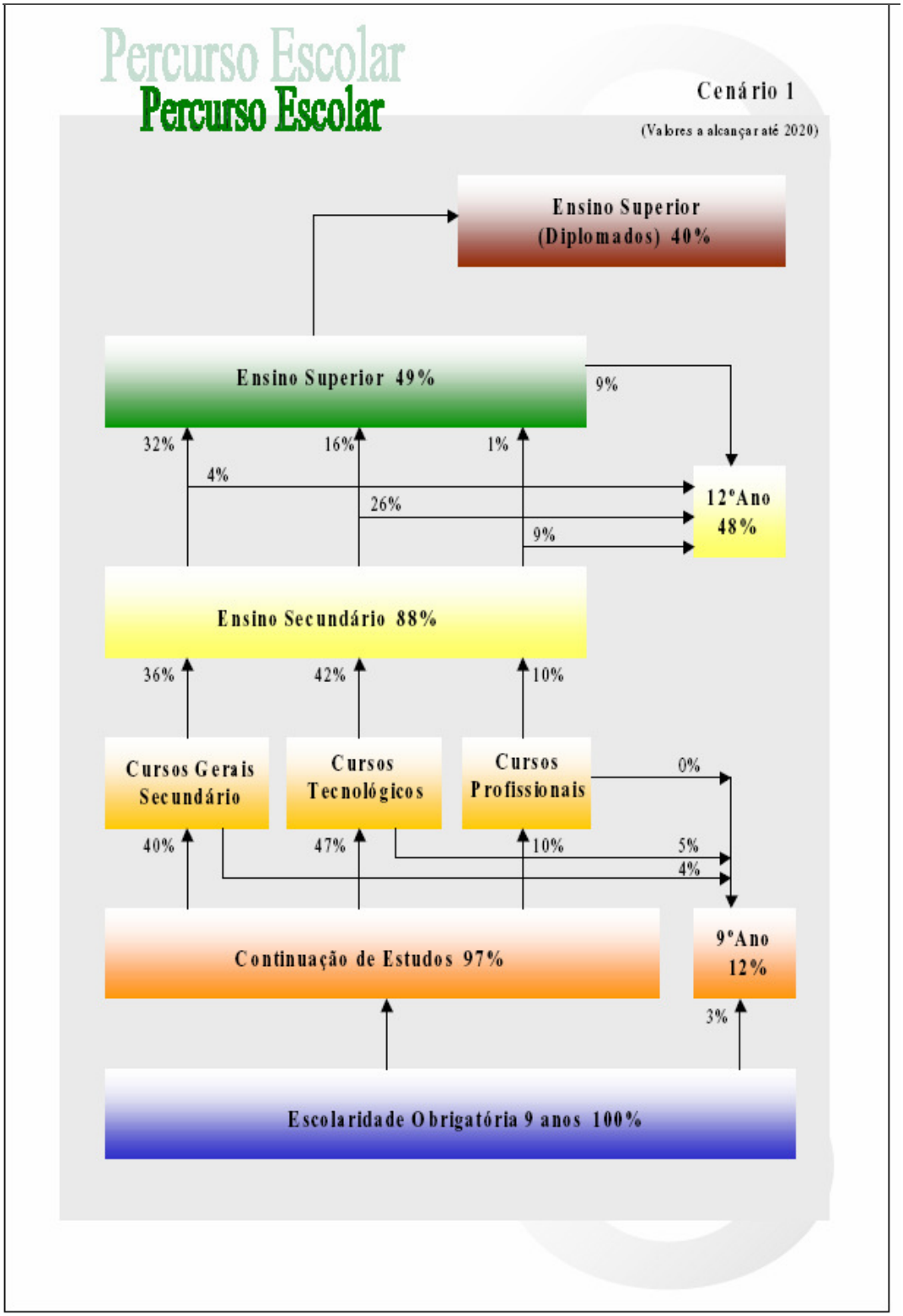
Tabela 44. Quantidade de indivíduos da população activa com necessidades de formação, em cada um dos cenários.
Fonte: São Pedro, *et al.,* 2000.
Legenda: * até 2005.

Os níveis de formação considerados para as projecções acima apresentadas exigem um primeiro destaque primordial: a muito baixa escolarização da população activa portuguesa patente especialmente nos números para a formação de nível inferior no ensino básico em qualquer um dos cenários – aqui cabem todos os indivíduos analfabetos, os que não concluíram qualquer nível de ensino e os que não concluíram com sucesso 6 anos de escolaridade. Um segundo destaque para os totais implicados que reforçam a constatação das imensas necessidades de escolarização da população portuguesa e que exercem forte pressão sobre toda a sociedade portuguesa no sentido de corrigir esta situação.

O cenário 1 (ver Quadro Global 1) exprime a quantidade de indivíduos que deveriam ter formação equivalente aos três níveis de ensino considerados para que em 2015 Portugal alcance as taxas de escolarização que os outros países da União Europeia apresentam no final da década de 1990.

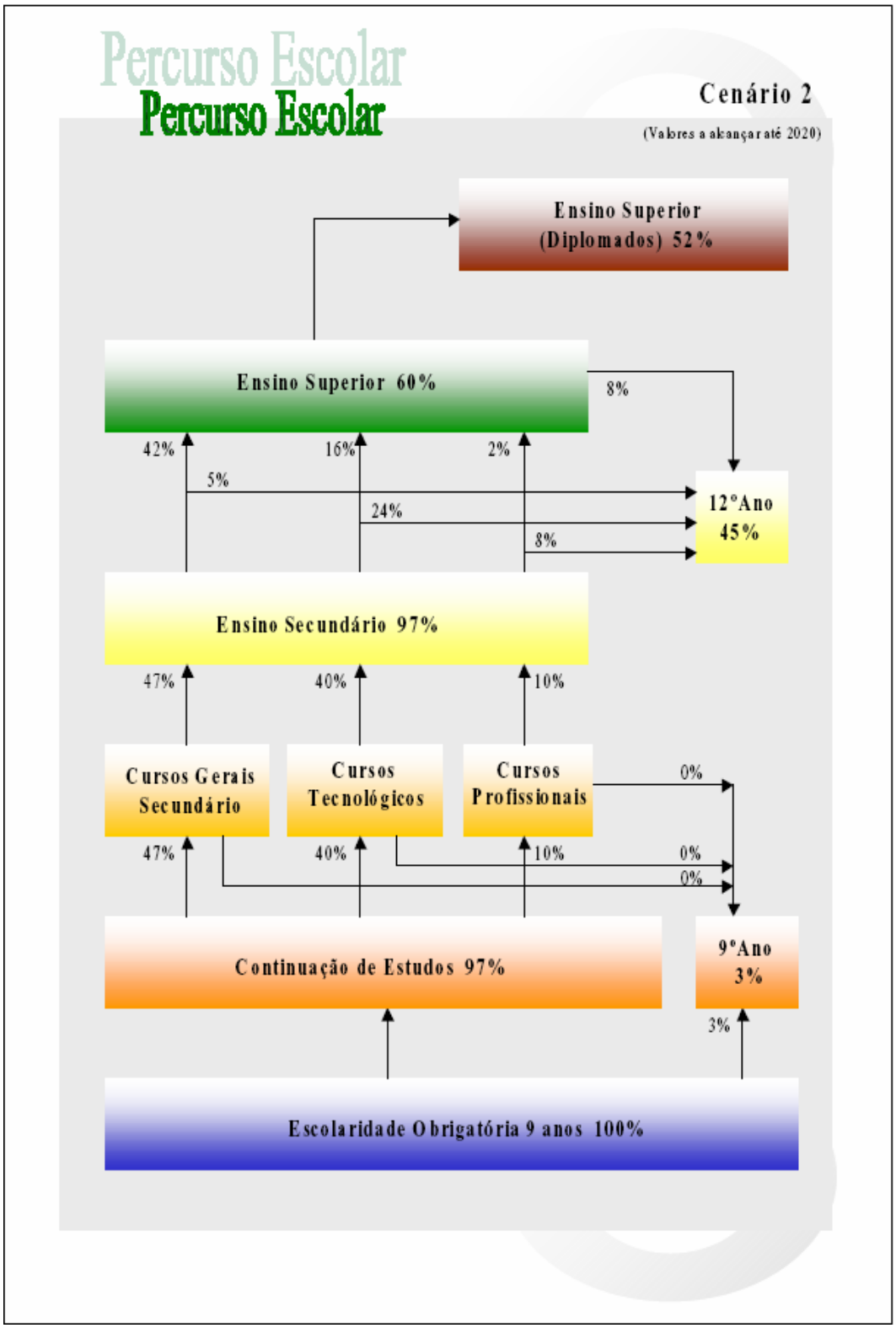
O cenário 2 (ver Quadro Global 2) exprime a quantidade de indivíduos a serem formados para que em 2015 Portugal encontre a convergência plena com os níveis de escolarização da população activa da União Europeia.

Quadro Global 1. Cenário 1 de evolução das habilitações escolares, em 2020.



Fonte: Carneiro, R. (2000: 180).

Quadro Global 2. Cenário 2 de evolução das habilitações escolares, em 2020.



Fonte: Carneiro, R. (2000: 181).

2.2.3. Objectivos e formas de actuação regionais nos diferentes níveis de educação

- assegurar a manutenção de cobertura e frequência de 100% ao longo da escolaridade obrigatória;
- promover a continuidade do alargamento do acesso à educação de infância;
- promover meios de acesso/investimento na educação pós básica, no sentido da generalização da frequência do ensino secundário;
- potenciar e formar redes de sustentação da educação no concelho;
- reforçar oportunidades de aceder aos conhecimentos básicos essenciais: línguas, matemática e novas tecnologias;
- desenvolver ofertas de educação para adultos;
- desenvolver a oferta ou acesso de validação e certificação de competências;
- promover e estimular formação a distância;
- promover a relação/interligação da educação e formação profissional;
- colaborar na promoção de literacia digital, incrementando, desenvolvendo ou tornando acessíveis procedimentos de certificação.

3. Cenários prospectivos da evolução demográfica e escolar da população de Ourique

O presente capítulo apresenta conclusões de estudos prospectivos elaborados por diferentes fontes e com diferentes objectivos. Assim, no que se refere aos dados de projecção demográfica, temos como fonte a Estudalentejo – colaboradora das Cartas Educativas do Distrito de Beja. Já no que se refere aos estudos prospectivos da população de cada escola do município de Ourique, introduzimos as conclusões dos trabalhos elaborados pela DREA – parceira das Cartas Educativas do Distrito de Beja. Os dois estudos têm como referência a evolução que o município teve em cada um dos indicadores analisados; desta forma, remete-se o leitor para os capítulos relativos à caracterização socio-económica e escolar, no sentido de dar coerência às projecções que a seguir se apresentam, uma vez que uma projecção é, por definição, um conjunto de hipóteses condicionais da evolução baseado num apurado conhecimento do passado e na capacidade de prospectiva acerca da forma como este influenciará o futuro.

3.1. Uma hipótese de evolução da população de Ourique

A projecção da população para 2010, tendo em conta a evolução da mortalidade, da natalidade e da migração ao longo das últimas décadas, permite situar o contexto em que será necessário tomar decisões.

	População 2001			População 2012		
Idades	**H**	**M**	**HM**	**H**	**M**	**HM**
Total	3133	3065	6198	3358	3260	6618
85+	67	119	186	118	222	340
80	117	139	256	174	212	386
75	202	214	416	278	273	552
70	235	235	470	282	259	542
65	288	269	557	290	303	593
60	216	232	448	292	273	565
55	184	203	387	302	292	595
50	179	169	348	256	258	515
45	183	169	352	299	270	569
40	181	158	339	281	237	518
35	218	172	390	234	206	439
30	197	166	363	150	173	322
25	191	160	351	107	72	178
20	161	188	**349**	40	24	**65**
15	167	163	**330**	72	35	**106**
10	129	118	**247**	75	48	**122**
5	114	102	**216**	59	70	**129**
0	104	89	**193**	49	33	**82**

Tabela 45. Estimativas da população para o município de Ourique.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Até 2012, e face aos dados de 2001, o cenário demográfico para o município de Ourique prevê:

- a diminuição do número de crianças entre os 0 e os 4 anos (-57,5%);
- a diminuição do número de crianças com idades entre 5 e 9 anos (-40,3%);
- perda da população de -50,6% de efectivos com idades compreendidas entre os 10 – 14 anos e de 67,9% nas idades de 15-19 anos.

3.2. Cenários da procura educativa: um modelo de fluxos por grau de ensino

A dimensão condicional de um exercício de projecção deriva da previsão do comportamento de uma variável ao longo do período estipulado. As projecções realizadas no campo da educação assentam frequentemente na conjugação de índices de transição/retenção verificados ao longo de ciclos de estudos e aplicados à população escolar até se atingir a população final de efectivos escolares[37].

Pressupõe-se que:

Os alunos matriculados num dado ano provêm de um ano curricular anterior, no ano lectivo transacto e de outros, em menor número, serem repetentes do mesmo ano curricular. No ano lectivo seguinte, os alunos podem vir a repetir o ano curricular, transitar para o ano curricular posterior ou abandonar a escola.

Condições de cenarização:

A natureza e objectivos deste trabalho não permitem a alienação relativamente ao contexto actual do quadro educativo e todo o peso da sua evolução. Por essa razão é necessário perspectivar o desenvolvimento da oferta educativa no município de Ourique tendo em conta as tendências actuais e a sua manutenção nos próximos 5 anos.

Em presença deste **cenário**, a que pode chamar-se de **«tendências pesadas»** do município, podem perspectivar-se as consequências da manutenção das tendências identificadas.

3.2.1. As expectativas de evolução da população escolar

Educação Pré-escolar

Em 2001 a cobertura da educação pré-escolar era de 73%. O número de crianças matriculadas diminuiu a um ritmo anual de 1,2%. Prevê-se que esta tendência se mantenha (se a referencia for 2001), dada a forte retracção no nascimento de novas crianças que se perspectiva. Há uma ligeira recuperação entre 2006 e 2012, na ordem dos 5,6%, não se traduzindo no entanto em valores mais elevados do que os registados em 2001.

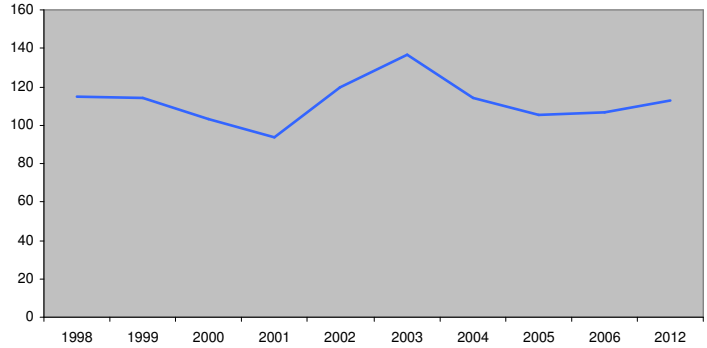
[37] O método consiste em estimar primeiro o volume da população por idades, ou grupos de idades, no final do período estipulado. Seguidamente, através da aplicação sucessiva do quociente de sobrevivência (progressão nos estudos) aos efectivos estimados, obtém-se a população escolar no final de cada ciclo de estudos. Na concepção do modelo está, em primeiro lugar a escolha de hipóteses de trabalho e a definição de pressupostos. O modelo de fluxos tem por objectivo fornecer um esquema que, tratando os dados disponíveis (alunos matriculados, alunos que transitam e alunos que ficam retidos no mesmo ano de escolaridade), permita descrever o fluxo de alunos através dos vários ciclos de estudos.

	Crianças matriculadas no ensino pré-escolar	***Variação relativamente a 2001 (%)***
2001	120	
2006	107	-10,8
2012	113	-5,8

Tabela 46. Estimativa do nº de Crianças matriculadas no pré-escolar.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

O gráfico abaixo ajuda a identificar esta tendência.

Gráfico 32 Evolução do número de crianças matriculadas na educação pré-escolar



Fonte: DREA: alunos matriculados entre 1998 e 2005. Projecções da população escolar, 2012.

Ensino Básico

Se as tendências diagnosticadas se mantiverem, sem alterações de fundo, o cenário de escolarização no ensino básico terá as seguintes características:

	1º Ciclo	**2º Ciclo**	**3º Ciclo**
2001	97,6	98	72
2006	92,7	92	81
2012	96	95	87

T**abela 47.** Níveis de conclusão previstos.
Fonte: DREA; Estudalentejo, 2006.

Os níveis de conclusão previstos mostram que as taxas de conclusão estabilizaram acima dos 90% no 1º e 2º ciclos enquanto o 3º ciclo perpetua uma tendência de apresentar os piores níveis de desempenho.

	1º Ciclo	Variação em relação a 2001	**2ºCiclo**	Variação em relação a 2001	**3º Ciclo**	Variação em relação a 2001
2001	192		111		166	
2006	183	-4,7	81	-27	165	-0,6
2012	162	-15,6	71	-36	163	-1,8

Tabela 48. Número da população escolar esperada.
Fonte: DREA; Estudalentejo: Projecções da População Escolar de Ourique.

Num cenário demográfico fortemente recessivo, que se caracteriza pela diminuição do efectivo populacional em todos os grupos etários jovens, é expectável que também os níveis de frequência de todos os ciclos de ensino básico acompanhem a tendência. A retenção/insucesso escolares podem originar algum empolamento do efectivo escolar em alguns ciclos e idades.

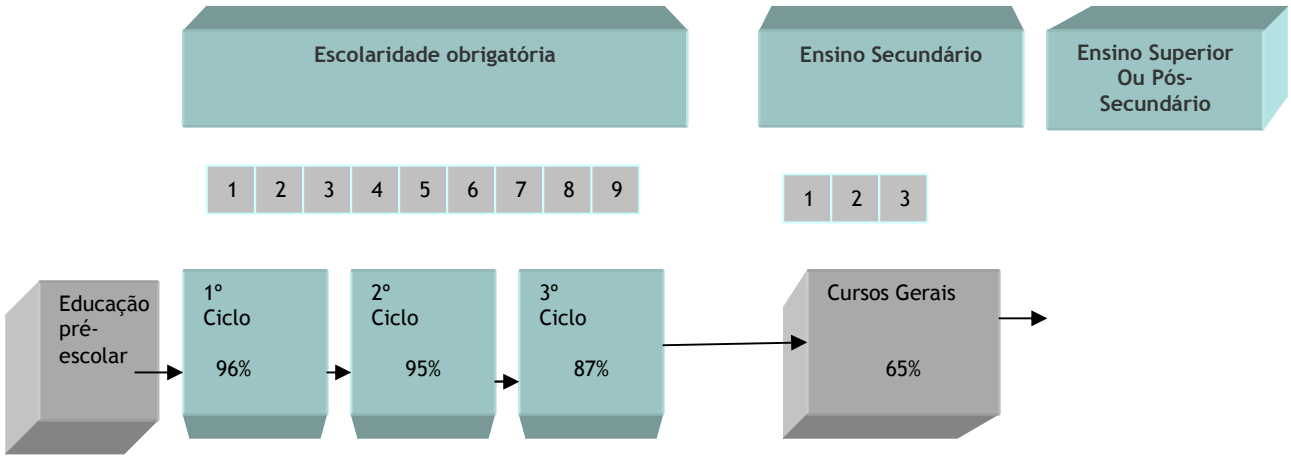
Ensino secundário

	Conclusão	Retenção
2001	64	36
2006	62	38
2012	65	35

Tabela 49. Níveis de conclusão e de retenção previstos no ensino secundário geral.
Fonte: DREA; Estudalentejo: Projecções da População Escolar de Ourique.

A taxa de conclusão do ensino secundário (tabela acima) continuará a ser, juntamente com a projectada para o 3º ciclo, mais baixa do que a dos outros níveis de ensino, embora revele até 2012 tendência para uma ligeira melhoria e ganho no sucesso escolar alcançado.

Figura 6. Cenário de escolarização no município de Ourique.



Fonte: Estudalentejo, 2006.

3.2.2. A especificidade da evolução da população por escolas do município

O cálculo da evolução prospectiva do número de alunos em cada Escola dos Ensinos Básico e Secundário e nos Jardim-de-infância de Ourique **foi feito pela DREA, em referência ao período entre 2006/2007 a 2011/2012.**

Os valores apresentados foram calculados a partir da relação estabelecida entre dois indicadores chave: taxa de cobertura em cada ano de cada ciclo de ensino e população esperada com idade de frequentar cada ano escolar. O primeiro indicador foi encontrado a partir da média observada entre 2000/2001 e 2003/2004, já a população esperada em cada ano tem por referência a população observada no recenseamento geral da população de 2001.

Em anexo encontram-se na íntegra os valores da população esperada em cada uma das Escolas dos Ensinos Básico e Secundário e Jardins de Infância do município, que a seguir comentaremos de forma mais sintética, iluminando os resultados que nos parecem mais pertinentes para a concepção de propostas de reordenamento da rede de escolas de Ourique. Salienta-se que a análise se centra na comparação directa dos valores projectados oficiais para 2006/2007 e 2011/2012. Os valores apresentados expressam as tendências de evolução calculadas em 2004, sendo natural a existência de diferenças face aos valores reais constatados no ano lectivo de 2005/2006. Foram detectadas algumas

divergências importantes entre algumas conclusões dos cenários de evolução demográfica geral, por idades, e a evolução esperada em cada nível, elaborada pela DREA.

Tendência de evolução prevista para a Educação de Infância

A tendência de evolução da população a frequentar os estabelecimentos com valência de pré-escolar entre 2006/07 e 2011/12 é de ligeiro aumento dos totais.

A expectativa para os Jardins-de-infância é de crescimento (nos casos de Ourique e Garvão) e de manutenção do nº de crianças, comparativamente a 2006/07.

A análise dos valores individuais de frequência projectados para cada estabelecimento permite também concluir que em 2011/2012, e em todo o período em análise, todos os equipamentos terão um volume global de matrículas superior, ou igual a 10 crianças. Os níveis globais de frequência previstos variam de forma significativa de acordo com o estabelecimento e respectiva localização do mesmo. Assim, e tendo por base os valores projectados para o ano de 2011/2012, prevê-se que os números globais sejam os seguintes:

Nº de crianças, por estabelecimento
EB1/JI de Aldeia de Palheiros – 10 crianças
EB1/JI de Panóias – 13 crianças
EB1/JI de Santana de Serra – 14 crianças
JI de Garvão – 15 crianças
JI de Ourique – 40 crianças
JI de Santa Luzia – 11 crianças
JI SC Misericórdia – 22 crianças

Tabela 50. Valores previstos de frequência em 2010/2011 nos Estabelecimentos com Educação de Infância.
Fonte: DREA, 2005.

Analisando a estrutura da população escolar por idades verifica-se que o nº de efectivos com 3 anos diminui 12% em relação a 2006 (mas cresce o mesmo se a referência for 2001). Na idade dos 4 anos a diminuição é de 8,9% quer em relação a 2001 quer a 2006. E na idade dos 5 anos a diminuição do efectivo escolar é menor quando comparada com 2001 (-4%) do que com 2006 (-45%).

As taxas de escolarização bruta média por idade prevêem uma cobertura de 91,6% aos 3 anos, de 95,7% aos 4 anos e de 113,4% aos 5.

Tendência de evolução prevista para o 1º Ciclo do Ensino Básico

No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico, os dados prospectivos da DREA identificam um aumento da frequência – em termos municipais, prevê-se que de um total de 184 inscritos em 2006/07 pode passar-se para 210 em 2011/2012.

- Na apreciação por escola, conclui-se que todos os estabelecimentos aumentam o nº de alunos entre 2006 e 2012.

Na análise por idade verifica-se que:

O nº de crianças com 6 anos aumenta 15,7%, com 7 anos aumenta 30,9%, com 8 anos aumenta 1,7% e com 9 anos aumenta 15% em relação a 2006.

Importa notar a discrepância entre estes dois conjuntos de projecções, aspecto que estará relacionado o facto de a base e partida e a metodologia empregue no exercício ser diferente (num caso, análise da população escolar só; no outro, análise da evolução demográfica geral).

A taxa de escolarização bruta média por idades indica que aos 6 anos a cobertura será de 109,4%, aos 7 de 121,5%, aos 8 de 106,7% e aos 9 de 105%. Anote-se que a taxa de escolarização bruta inclui os alunos retidos.

Tendência de evolução prevista para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

As perspectivas de evolução da frequência dos 2º e 3º ciclos do ensino básico evidenciam tendências distintas. Assim:

- no 2º ciclo prevê-se uma diminuição global de 16,7% do número de alunos: de 90 em 2006/07 passar-se-á para 75 em 2011/12.
- no 3º ciclo a previsão é de ligeiro acréscimo, correspondente a 4,8%: 147 alunos em 2006/2007 e 154 em 2011/12.

A idade dos 10 anos perde 19,5% do seu efectivo e a idade de 11 anos perde 12%, em relação a 2006.

Nas idades esperadas para frequentar o 3º ciclo regista-se perda de efectivos na idade dos 12 anos (-2,1%), aumento na idade dos 13 (+19%) e diminuição na idade dos 14 (-6,4%).

As taxas de escolarização bruta média por idade prevêem um nível de cobertura de 103, 4% e 108,8%.

A oscilação esperada na frequência destes ciclos de ensino permite sustentar a hipótese de que existem outros factores para além dos demográficos que influenciam a evolução esperada nos níveis de frequência, o que mediante a adopção de medidas de planeamento educacional e social poderá garantir uma pequena inversão e mesmo controlo dos cenários apresentados. Relembrando que estes são dados que reflectem a tendência pesada do sistema educativo de Ourique entre 1999 e a actualidade, destaca-se a possibilidade de intervir no sentido de melhorar a estrutura geral das habilitações esperadas para a população do município – apresentada em 3.3.

Tendência de evolução prevista para o Ensino Secundário

A perspectiva de evolução da frequência do ensino secundário é de diminuição; assim, se não houver qualquer intervenção o ensino secundário perderá 24,7% da sua população entre 2006/07 e 2011/12. Em termos absolutos, o ensino secundário passará de 105 alunos em 2006/07 para 79 em 2011/12.

Todas as idades esperadas para frequentar o ensino secundário perdem efectivos: 15 anos (-11,9%), 16 anos (-7,7%) e 17 anos (-33,3%)

As taxas de escolarização brutas média por idade atingem os 92,2% para os 15 anos, 61,3% para os 16 anos e os 47,3% para os 17 anos. São as taxas de escolarização mais baixas do sistema.

Síntese

- O concelho de Ourique perde, em 2012, 0,2% da sua população escolar em relação a 2006 e 9,3% em relação ao início da década (2001).
- A educação pré-escolar ganha 5% na sua população e o 1º ciclo 14,1% enquanto o 2º ciclo perde 16,7%. O 3º ciclo ganha 4,8% e o ensino secundário perde 24,7% do efectivo escolar entre na segunda metade da década (entre 2006 e 2012).

3.3. Expectativas para a estrutura geral de habilitações da população

Num cenário em que as tendências diagnosticadas se mantêm, as hipóteses de evolução são as seguintes:

- Redução do analfabetismo ao mesmo ritmo anual i. é, à taxa de – 1,4% ao ano.
- Diminuição do nº de pessoas que possuem apenas o ensino básico à taxa de – 0,086% ao ano.
- Crescimento do número de habitantes com o ensino secundário ao ritmo de 6,5% ao ano.
- Crescimento do número de habitantes com o ensino médio e superior ao ritmo de 12% ao ano.

	2006	2012
Taxa de analfabetismo	24,4	22,4
Taxa de escolarização no ensino básico	57,2	57
Taxa de escolarização no ensino secundário	13,4	19
Taxa de escolarização no ensino médio e superior	7,8	17

Tabela 51. Cenarização da evolução das habilitações da população.
Fonte: Estudalentejo, 2006.

Este cenário, sendo perspectivado de acordo com a tendência manifestada pela análise retrospectiva dos indicadores do município, evidencia a necessidade de intervir ao nível da dinâmica educativa do município, de modo a contrariar esta expectativa – particularmente grave no que se refere à taxa de analfabetismo, que seria superior no município em 2012 à do país em 2001, bem como ao nível da baixa frequência da escolarização pós-obrigatória.

4. As tendências de evolução da educação: Ourique face ao País

O conteúdo desta Parte III da Carta Educativa de Ourique proporciona exercícios sintéticos de comparação que a tornarão mais directamente ligada aos propósitos do planeamento local da educação.

O exercício que apresentamos compreende a comparação das tendências de evolução apresentadas para o País e para Ourique ao nível da frequência dos diferentes níveis de ensino e da estrutura geral das habilitações da população. Esta síntese deverá ser lida ao nível das tendências detectadas e não tanto dos valores expressos, uma vez que os indicadores prospectivos disponíveis para o país se referem a 2020, enquanto que as projecções desenvolvidas para o município têm o limite de 2012.

4.1. A evolução da escolarização no País e em Ourique

Destacamos as seguintes situações:

- as taxas de analfabetismo em Ourique são superiores às do país (26,2% média do município, para 9% de média do país). Assinala-se que em 2001 existiam situações de analfabetismo em quase todas as faixas etárias, embora com diferente expressão;
- no município a expansão da educação pré-escolar está a concretizar-se mais lentamente do que as metas assumidas para o país, sendo a taxa de cobertura de cerca de 73%;
- a escolarização básica obrigatória ainda não está assegurada na totalidade em Ourique, estando mais próxima dos 100% no país do que no município;
- a nível nacional propõe-se um aumento generalizado da frequência do ensino secundário, mas esta tendência ainda não se verifica de modo significativo em Ourique como se pode constatar nas taxas de escolarização da população em 1991 e 2001 (neste último, apenas 9,6% da população com o ensino secundário), na quebra do número de alunos a frequentar este nível de ensino, nas saídas anteriores à conclusão e mesmo nas previsões para 2012;

Relativamente às projecções apresentadas para o país e para o município, a comparação que se segue estabelece-se entre os cenários de tendência pesada – o «Cenário 1» para o país e o único apresentado para o município. Havendo uma diferença de uma década, devemos comparar apenas as tendências e ritmos de evolução e não os valores, tal como acima sublinhámos. Uma leitura atenta permite-nos evidenciar divergências entre estas previsões:

- de um modo geral, os indicadores que caracterizam a estrutura geral das habilitações da população de Ourique e a sua evolução nos últimos anos estão distantes dos valores encontrados para o país;
- em Ourique prevê-se uma taxa de analfabetismo de 22,4% em 2012, o que significa que daqui a cinco anos a taxa de analfabetismo do município manter-se-á bastante mais elevada do que a do país em 2001 (9%);
- relativamente ao ensino básico, as previsões para Ourique em 2012 remetem para 57% da população com este nível de ensino, sendo que, tanto no país como no município, se espera

uma diminuição do número de pessoas com apenas este nível de ensino, ao nível do país ela será mais forte, prevendo-se que, em 2020, somente 12% da população portuguesa terá o ensino básico, com vantagem para o prosseguimento de estudos;

- no que se refere à população habilitada com o ensino secundário, encontram-se diferentes tendências de crescimento para o município e para o país. A do município decorre a um ritmo inferior, prevendo-se que 19% da população de Ourique terá concluído o ensino secundário em 2012 e 48% da população do país o terá feito em 2020;

- prevê-se um crescimento da população com o ensino superior para ambos os territórios, sendo que em Ourique 17% da população pode vir a deter este grau de ensino em 2012, enquanto que 40% o terão no país em 2020.

PARTE IV.

PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR DO CONCELHO DE OURIQUE

1. Pressupostos de reordenamento da rede educativa em 2006

As propostas apresentadas para a rede educativa de Ourique foram equacionadas tomando como referência os problemas e potencialidades apurados a partir do Diagnóstico. Paralelamente, servem-nos de guia as opções mais enfatizadas no estudo prospectivo sobre a situação educativa do país, bem como os estudos prospectivos elaborados especificamente para o concelho pela DREA e pela empresa Estudalentejo, em 2006. São tidas em conta, também, as características estruturantes do Sistema Educativo Português e as medidas implementadas pela actual equipa do Ministério da Educação.

1.1. Prioridades para a educação

A análise da situação educativa do concelho, no que respeita à sua evolução recente e realidade actual, bem como a consciência dos desfasamentos identificados entre os ritmos de desenvolvimento do concelho e do país, e os estudos prospectivos – nomeadamente as projecções dos índices de escolarização – permitiram a identificação de um conjunto de carências transversais à situação educativa do concelho de Ourique, com base nos quais se definiram 5 prioridades de actuação na educação:

- ⇒ Requalificar o parque escolar;
- ⇒ Assegurar o transporte escolar;
- ⇒ Apostar na dotação de espaços específicos nas EB1 e JI;
- ⇒ Suprir necessidades no domínio dos equipamentos e materiais pedagógicos dos estabelecimentos;
- ⇒ Assegurar a cobertura total em termos de acesso aos equipamentos informáticos;
- ⇒ Elevar qualificações e competências nos adultos do concelho.

Estas **prioridades** desdobram-se em objectivos de natureza mais específica que se apresentam a seguir.

1.2. Objectivos educativos para o concelho de Ourique

- ⇒ Continuar a apostar no desenvolvimento da educação pré-escolar, numa vertente de qualificação de espaços e recursos, concretizando a cobertura a 100%;
- ⇒ Garantir o cumprimento, a 100%, da escolaridade obrigatória de 9 anos;
- ⇒ Requalificar o parque escolar de 1ºCEB e JIs, na dupla vertente da reabilitação dos edifícios existentes e da expansão dos mesmos, em concreto, através da criação de espaços destinados a actividades específicas/extracurriculares (expressões,...), e ao prolongamento de horário,

bibliotecas e gabinetes de trabalho para docentes, nos casos em que tais infra-estruturas ainda não existem.

- ⇒ Apostar na melhoria dos espaços de recreio nas escolas de 1º CEB e nos JIs.
- ⇒ Garantir o fornecimento de refeições a todos os alunos da educação pré-escolar e do 1º CEB que necessitem deste serviço e criar/qualificar espaços destinados ao serviço de refeições nas escolas do 1º CEB e JIs;
- ⇒ Dotar os estabelecimentos de 1ºCEB e de educação pré-escolar com materiais e recursos pedagógicos, didácticos, desportivos e outros, necessários à vivência plena das actividades escolares;
- ⇒ Garantir o acesso às novas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC), em todas as EB1 e JIs do concelho;
- ⇒ Reforçar a oferta de escolarização de segunda oportunidade para as faixas etárias mais jovens, indiciadas pelas taxas de «saídas» da escola e pelos níveis de analfabetismo verificados a partir dos 15 anos, através do alargamento de outras ofertas educativas e da oferta de cursos de ensino básico e secundário recorrente;
- ⇒ Corrigir os níveis de saída precoce e de insucesso escolar;
- ⇒ Apostar na generalização da frequência do ensino pós-básico, dado o iminente alargamento da escolaridade obrigatória para o ensino secundário e o decréscimo dos índices de frequência encontrados neste nível nos últimos anos;
- ⇒ Promover a educação de adultos nas vertentes da alfabetização e da educação ao longo da vida, incluindo o acesso ao reconhecimento, validação e certificação de competências;
- ⇒ Criar um quadro de pessoal não docente estável, afecto à autarquia, destinado a exercer funções nas EB1 e JIs, apostando na contratação de profissionais nas áreas de educação e de animação, tais como, auxiliares de acção educativa e animadores.
- ⇒ Elevar as habilitações do pessoal não docente em funções nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho.

Estes itens definem as áreas de intervenção prioritárias assumidas na Proposta, e materializam-se no conjunto de medidas que a seguir se apresentam.

2. Proposta

Tal como clarificámos na introdução ao documento, a Carta Educativa é um documento de planeamento local de educação que deve definir prioridades de acção, a fim de dar resposta às necessidades/carências da situação educativa. Neste âmbito, o plano de intervenções explicita:

- ⇒ o reordenamento da rede escolar;
- ⇒ as intervenções necessárias no edificado e no espaço exterior dos estabelecimentos;

⇒ a identificação e justificação das situações que implicam, por um lado, o encerramento e, por outro, a construção de espaços educativos;

⇒ as estratégias de optimização da utilização dos recursos consagrados à educação;

⇒ a definição de estratégias de utilização da Carta Educativa em benefício da promoção do desenvolvimento da educação no Concelho.

Estas características e objectivos da Carta Educativa serão a referência e a estrutura organizadora da proposta para o Concelho de Ourique.

2.1. Reordenamento da rede de escolas do concelho

No ano lectivo de 2006/07

Tendo em consideração o conhecimento actual, a rede escolar pública de Ourique deverá estar estruturada nos seguintes estabelecimentos, organizados e distribuídos do seguinte modo:

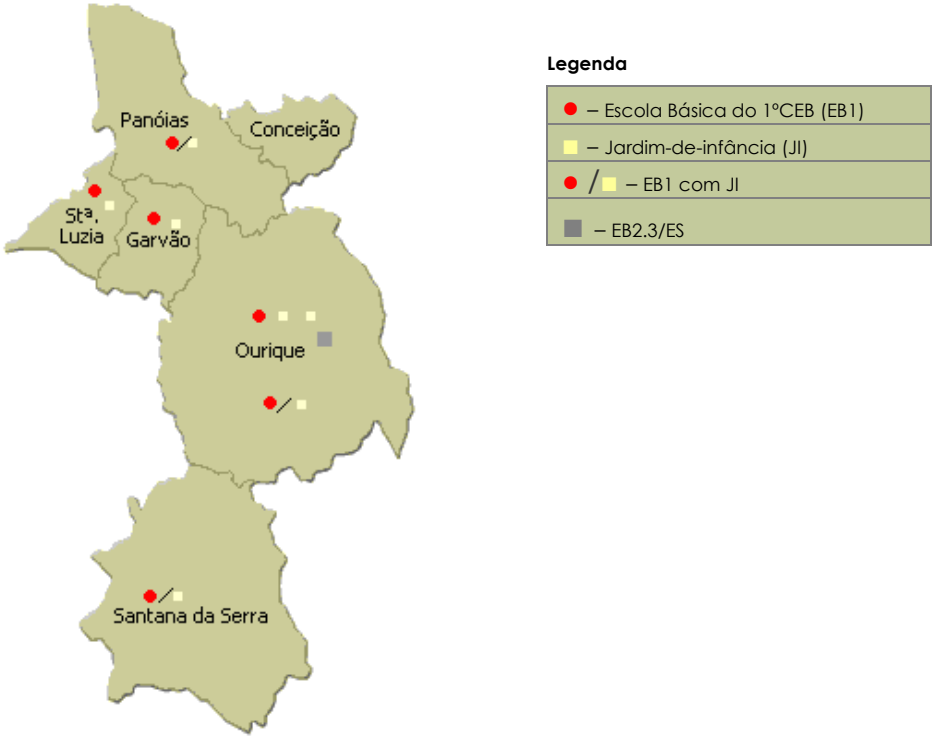
- 6 valências de educação pré-escolar:
  - Santa Luzia;
  - Aldeia de Palheiros;
  - Ourique;
  - Panóias;
  - Garvão;
  - Santana da Serra.
- 6 valências de EB1:
  - Santa Luzia;
  - Aldeia de Palheiros;
  - Ourique;
  - Panóias;
  - Garvão;
  - Santana da Serra.
- 1 valência de 2ºCEB;
- 1 valência de 3ºCEB;
- 1 valência de ensino secundário.

A registar, como diferença em relação a 2005/06 o encerramento da EB1 de Conceição, localizada na freguesia de Conceição, que decorreu, por decisão do Ministério da Educação no final do ano lectivo de 2005/06. Esta decisão implicou a transferência dos alunos para a EB1 de Ourique, e representa a extinção de oferta escolar na freguesia de Conceição.

Entre 2007/08 e 2011/12

Por comparação com o ano lectivo de 2006/07, estima-se manutenção da oferta de educação, nos mesmos moldes, tal como exemplifica o mapa abaixo. Tendo em atenção as projecções de evolução da população escolar (2011/12, DREA), não é de prever no horizonte desta CE a fusão/reconversão de estabelecimentos, encerramentos ou construção de equipamentos de raiz.

Figura 7. Mapa da rede escolar prevista entre 2007/08 e 2011/12.



Fonte: http://veraki.pt, 2006 (adaptado).

2.2. Projectos de intervenção nos estabelecimentos escolares

Apresentam-se as intervenções projectadas para os próximos cinco anos nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1ºCEB do concelho. Estas foram elaboradas pela CMO em 2006, e encontram-se organizadas segundo a ficha-modelo do Ministério da Educação, já remetidas à DREA em Maio de 2006, para efeitos de candidatura aos apoios do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a vigorar entre 20007/2013.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Designação:

EB1 / Jardim - de - Infância de Santana da Serra

Descrição:

Construída nos anos 40/50 do tipo "Centenário", com duas salas de aula, a escola serve actualmente uma população de 32 alunos, 20 dos quais frequentando o 1.º Ciclo e 12 o Jardim - de - Infância, oriundos da freguesia de Santana da Serra. Localizada em zona urbana possui, no entanto acessibilidade que consideramos muito deficiente, uma vez que esta se processa através de um caminho de largura muito reduzida, sem passeios, com uma inclinação considerada e pouco iluminado.
O recinto da escola encontra-se murado e possui área total de 2.111,12 m ², no qual está implantado o edifício escolar. Possui várias árvores de pequeno e médio porte, caixas de areia em mau estado e canteiros com vegetação quase inexistente.
Tem projecto de arquitectura para recuperação, reconversão e construção de edifícios e espaços exteriores da EB1 e Jardim – de - Infância que propõe uma remodelação integral de todo o recinto escolar, que passa por:

- Recuperação e remodelação do edifício escolar, criando novos espaços para instalações sanitárias;
- Construção de um edifício para cantina e espaço polivalente;
- Criação de um campo de jogos, de um espaço de jogo e recreio e novos espaços verdes;
- Instalação de mobiliário urbano e iluminação adequados;
- Instalação de vedações.

Estratégias em que se insere:

Com as melhorias previstas, a autarquia pretende dotar a escola das condições necessárias à normal vivência do espaço escolar, por parte de crianças e adultos.

Articulações:

Câmara Municipal de Ourique / DREA

Prioridade:

Prioridade 1

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Ourique

Investimento previsto:

354 245,89€

Informações Complementares:

Projecto aprovado, candidatado ao Eixo III do Por Alentejo 2000/2006.

Justifica-se a requalificação destes edifícios, dado que nos mesmos nunca foram efectuadas quaisquer obras de restauração, pelo que se encontram desadequados às necessidades actuais da população escolar e visivelmente degradados.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Designação:

EB1 de Garvão

Descrição:

Construída nos anos 40/50 do tipo "Centenário", com duas salas de aula, a escola serve actualmente uma população de 20 alunos, oriundos da freguesia de Garvão. Localizada em zona urbana possui, no entanto acessibilidade que consideramos muito deficiente, uma vez que esta se processa através de um caminho de largura muito reduzida, sem passeios, com uma inclinação considerada e pouco iluminado.

O recinto escolar encontra-se murado e possui área total de 2.489,86 m ², no qual estão implantados o edifício escolar e um edifício pré-fabricado onde se realizam aulas com o 2.º ciclo. Possui algumas árvores de pequeno e médio porte e canteiros com vegetação quase inexistente.

Tem projecto de arquitectura para recuperação, reconversão e construção de edifícios e espaços exteriores da EB1 de Garvão que propõe uma remodelação integral de todo o recinto escolar, que passa por:

- Recuperação e remodelação do edifício escolar, criando novos espaços para instalações sanitárias;
- Demolição do edifício pré-fabricado;
- Construção de um edifício para cantina e espaço polivalente;
- Criação de um campo de jogos, de um espaço de jogo e recreio e novos espaços verdes;
- Instalação de mobiliário urbano e iluminação adequados;
- Instalação de vedações.

Estratégias em que se insere:

Com as melhorias previstas, a autarquia pretende dotar a escola das condições necessárias à normal vivência do espaço escolar, por parte de crianças e adultos.

Articulações:

Câmara Municipal de Ourique / DREA

Prioridade:

Prioridade 1

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Ourique

Investimento previsto:

335.411,39€

Informações Complementares:

Projecto aprovado, candidatado ao Eixo III do Por Alentejo 2000/2006.
O investimento justifica-se dado que o estabelecimento necessita de requalificação, pois terá influência em toda a freguesia de Garvão, na medida em que acolherá todos os alunos oriundos da mesma.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Designação:

EB1 / Jardim – de - Infância de Panóias

Descrição:

Construída nos anos 40/50 do tipo "Centenário", com quatro salas de aula, a escola serve actualmente uma população de 29 alunos, 19 dos quais frequentando o 1.º ciclo e 10 o jardim - de - infância, oriundos da freguesia de Panóias. Localizada em zona urbana, possui boas acessibilidades. O recinto escolar encontra-se murado e possui área total de 2.740,23 m ², no qual está implantado o edifício escolar. Possui algumas árvores de pequeno e médio porte, uma caixa de areia com um "escorrega" em muito mau estado e completamente desactualizado, um pequeno edifício/forno que serve de apoio às aulas didácticas e de trabalhos manuais e alguns canteiros com vegetação quase inexistente.

Tem Projecto de Arquitectura para Recuperação, Reconversão e Construção de Edifícios e Espaços Exteriores da Escola EB1 e Jardim – de – Infância de Panóias, que propõe uma remodelação integral de todo o recinto escolar, que passa por:

- Recuperação e remodelação do edifício escolar, criando novos espaços para instalações sanitárias;
- Construção de um edifício para cantina e espaço polivalente;
- Criação de um campo de jogos, de um espaço de jogo e recreio e novos espaços verdes;
- Instalação de mobiliário urbano e iluminação adequados;
- Instalação de vedações.

Estratégias em que se insere:

Com as melhorias previstas, a autarquia pretende dotar a escola das condições necessárias à normal vivência do espaço escolar, por parte de crianças e adultos.

Articulações:

Câmara Municipal de Ourique / DREA

Prioridade:

Prioridade 1

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Ourique

Investimento previsto:

439.969,55€

Informações Complementares:

Projecto aprovado, candidatado ao Eixo III do Por Alentejo 2000/2006.
O investimento justifica-se dado que os estabelecimentos em causa necessitam, de requalificação para satisfazerem a população escolar que acolhem oriunda de toda a freguesia.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Designação:

EB1 de Ourique

Descrição:

Construída nos anos 40/50 do tipo "Centenário", com dois pisos e seis salas de aula, a escola serve actualmente uma população de 98 alunos do 1.º ciclo, oriundos da freguesia de Ourique. Localizada em zona urbana possui, no entanto acessibilidade que consideramos razoáveis, com passadeiras de peões em frente às entradas do recinto e com passeios de largura aceitável.

O recinto escolar encontra-se murado e vedado, possui área total de 2.699,14 m ², no qual está implantado o edifício escolar e o edifício da cantina. Possui várias árvores de variado porte, circulações internas precárias, uma caixa de areia em mau estado, um campo de jogos muito rudimentar e com pavimento desadequado, canteiros com alguma vegetação mas com desníveis consideráveis e com uma iluminação exterior quase inexistente.

Tem Projecto de Arquitectura para Recuperação, Reconversão e Construção de Edifícios e Espaços Exteriores da EB1 de Ourique, que propõe uma remodelação integral de todo o recinto escolar, que passa por:

- Recuperação e remodelação do edifício escolar, criando novos espaços para instalações sanitárias e uma sala destinada a professores;
- Recuperação e remodelação do edifício da cantina e ludoteca;
- Criação de um novo campo de jogos, de um espaço de jogo e recreio e novos espaços verdes;
- Instalação de mobiliário urbano e iluminação adequados;
- Instalação de vedações.

Estratégias em que se insere:

Com as melhorias previstas, a autarquia pretende dotar a escola das condições necessárias à normal vivência do espaço escolar, por parte de crianças e adultos.

Articulações:

Câmara Municipal de Ourique / DREA

Prioridade:

Prioridade 1

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Ourique

Investimento previsto:

524.251,21€

Informações Complementares:

Trata-se de um edifício que necessita de ser recuperado, de substituição de caixilharia com sistema de obscurecimento do tipo black-out, pavimentos e criação de acessibilidades para as pessoas com mobilidade condicionada e aquecimento nas salas de aula através de equipamento eléctrico de parede.

O Edifício inicial possui instalações que encontram desadequadas às necessidades actuais da população escolar e visivelmente degradadas.

A intervenção de requalificação justifica-se plenamente, na medida em que se trata de um estabelecimento que acolhe alunos de toda a freguesia.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Designação:

EB1 de Santa Luzia

Descrição:

Construída nos anos 40/50 do tipo "Centenário", com um piso e duas salas de aula, a escola serve actualmente uma população de 20 alunos do 1.º ciclo, oriundos da freguesia de Santa Luzia. Localizada em zona urbana possui, no entanto, acessibilidades que consideramos razoáveis.

O recinto escolar encontra-se degradado e sem vedação. O edifício funciona sem cantina escolar, sendo as refeições servidas num anexo da escola (pátio escolar) e as instalações sanitárias desadequadas das necessidades da actual população escolar.

Estratégias em que se insere:

Com as melhorias previstas, a autarquia pretende dotar a escola das condições necessárias à normal vivência do espaço escolar, por parte de crianças e adultos.

Articulações:

Câmara Municipal de Ourique / DREA

Prioridade:

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Ourique

Investimento previsto:

335.411,39€

Informações Complementares:

Justifica-se a requalificação e valorização da Escola EB1 de Santa Luzia, porque acolhe alunos de toda a Freguesia.

Trata-se de um edifício antigo que necessita de ser objecto de recuperação e adequação às necessidades dos alunos, dado que se encontra sem quaisquer condições e visivelmente degradado.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Designação:

EB1 de Aldeia de Palheiros

Descrição:

Construída nos anos 40/50 do tipo "Centenário", com dois pisos e três salas de aula, a escola serve actualmente uma população de 30 alunos do 1.º ciclo, oriundos desta localidade e dos aglomerados mais próximos. Localizada em zona urbana, possui no entanto, acessibilidade que consideramos razoáveis.

O edifício encontra-se com instalações sanitárias iniciais, desadequadas às necessidades dos alunos e visivelmente degradado.

O recinto escolar encontra-se murado e vedado.

Estratégias em que se insere:

Com as melhorias previstas, a autarquia pretende dotar a escola das condições necessárias à normal vivência do espaço escolar, por parte de crianças e adultos.

Articulações:

Câmara Municipal de Ourique / DREA

Prioridade:

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Ourique

Investimento previsto:

335.411,39€

Informações Complementares:

Justifica-se a manutenção e valorização da Escola EB1 de Aldeia de Palheiros, porque o estabelecimento terá influência em toda a área desta localidade, ou seja, em parte da freguesia de Ourique, acolhendo alunos dos aglomerados mais próximos desta aldeia.

Trata-se de um edifício antigo que necessita de obras de recuperação e adequação às necessidades da população escolar, dado que se encontra visivelmente degradado e sem cantina escolar, sendo as refeições dos alunos servidas no pátio da escola.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

Designação:

Edifício do Ensino Pré-Escolar de Ourique

Descrição:

Ampliação e requalificação do edifício que actualmente funciona como **ATL,** para funcionar também como **Jardim de Infância**, dado que o mesmo se localiza junto do recinto da **Escola EB1 de Ourique**, na Vila sede de freguesia e concelho de Ourique, o que vai permitir o funcionamento articulado dos estabelecimentos.

O Projecto de Arquitectura encontra-se para aprovação na DREA.

Estratégias em que se insere:

Com as melhorias previstas, a autarquia visa a concretização de uma escola de acolhimento dotada de condições adequadas ao processo do ensino pré-escolar.

Articulações:

Câmara Municipal de Ourique / DREA

Prioridade:

Responsabilidade:

Câmara Municipal de Ourique

Investimento previsto:

95.000,00€

Informações Complementares:

Actualmente o estabelecimento do ATL, acolhe 30 crianças, oriundas da vila Ourique e dos aglomerados mais próximos, enquanto o Jardim de Infância que se encontra em funcionamento num edifício pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Ourique, acolhe diariamente 40 crianças.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURIQUE

FICHA DE INTERVENÇÃO

Identificação:

001/E

Designação:

Obras de conservação/requalificação da Escola Básica 2.3./Secundária de Ourique

Descrição:

Conservação geral da escola, incluindo substituição das coberturas, construção de um páteo coberto para alunos, pinturas, etc…

Estratégias em que se insere:

Manutenção e beneficiação do parque escolar

Articulações:

Prioridade:

1ª

Responsabilidade:

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Investimento previsto:

600.000,00€

Informações Complementares:

2.3. Optimização do funcionamento escolar

Neste ponto sugerem-se medidas que pretendem contribuir para a melhoria da qualidade do funcionamento escolar. Estas, genericamente, dizem respeito à dotação dos recursos sentidos como necessários a partir do diagnóstico, a actividades e/ou projectos destinados aos contextos escolares, contemplando, igualmente, propostas relativas à organização escolar em diversas valências.

2.3.1. Apetrechamento e dotação de recursos

A ausência, escassez ou elevada degradação dos recursos didácticos e pedagógicos foi apontada na quase totalidade dos estabelecimentos de 1ºCEB e de educação pré-escolar, como um dos principais problemas. Tendo em atenção este facto e as exigências da escola a tempo inteiro, nomeadamente, a implementação das actividades extracurriculares definidas pelo Ministério da Educação em 2006, sugere-se a adopção de uma estratégia anual de dotação de recursos. Esta deverá assentar num plano de recolha das necessidades em cada estabelecimento, com a indicação dos recursos e respectiva prioridade para a vivência escolar, a elaborar a anualmente em conjunto com o Agrupamento. Esta planificação permitirá:

- ⇒ Fazer um levantamento organizado dos materiais em falta;
- ⇒ Ter uma base de previsão de custos futuros;
- ⇒ Prioizar a aquisição dos recursos em função da urgência para a prática lectiva;
- ⇒ Perceber qual a duração média dos recursos nos estabelecimentos (dado que boa parte deles é de desgaste rápido).

Este referencial de recolha poderá ser elaborado no início de cada ano lectivo – podendo deste modo ser mais adaptado aos grupos ou no final do ano lectivo, com referência ao ano lectivo seguinte.

Materiais e recursos a prover, de acordo com o indicado pelos estabelecimentos

A curto prazo, indicam-se os recursos em falta em cada uma das escolas/JIs, de acordo com o apontado na Caracterização Educativa.

Jardim de Santa Luzia

- ⇒ Recursos informáticos, estabelecendo a ligação à Internet

EB1 de Santa Luzia

- ⇒ Recursos informáticos.

JI de Ourique

- ⇒ Equipamentos de apoio;
- ⇒ Recursos informáticos, nomeadamente, computadores com ligação à Internet;

⇒ Dotação de uma biblioteca e de livros infantis novos;

⇒ Dotação de jogos de construção variados, carros, garagem, casinha de bonecas,…

⇒ Dotação de material lúdico de exterior, tais como, baldes e pás.

EB1 de Ourique

⇒ Recursos informáticos, assegurando a ligação à Internet;

⇒ Substituição de mobiliário, em concreto, mesas, cadeiras, armários e secretárias;

⇒ Renovação do material de desgaste e do material didáctico.

EB1/JI de Aldeia de Palheiros

⇒ Recursos informáticos, com ligação à Internet;

⇒ Renovação e dotação de mobiliário: aquisição de armários para arrumações e de uma estante para livros, e substituição de mesas e cadeiras dos alunos.

EB1/JI de Panóias

⇒ Dotação de recursos informáticos, inexistentes, com ligação à Internet;

⇒ Dotação de mobiliário: armários, mesas, cadeiras, secretárias;

⇒ Dotação de material didáctico e de desgaste;

⇒ Apetrechamento de recursos audiovisuais, material de desporto, e de livros.

EB1 de Santana da Serra

⇒ Dotação de recursos informáticos, com ligação à Internet;

⇒ Dotação de material de desgaste, de desporto e de livros.

⇒ Substituição de mobiliário: mesas, cadeiras, armários, estantes e secretárias.

JI de Santana da Serra

⇒ Recursos informáticos, com ligação à Internet;

EB1 de Garvão

⇒ Dotação de material informático, com acesso à Internet.

JI de Garvão

⇒ Dotação de material informático com ligação à Internet:

⇒ Mobiliário:

- Biblioteca (armário).

- Estante para jogos, caixas.
- Quadro magnético (possa também ser usado com marcadores apagáveis).
- Móveis para arrumação de jogos de construção e lego.
- Estante para material acessível às crianças.
- Móvel com portas para guardar material diverso (tintas, material de desperdício,…)
- Um armário para guardar material de limpeza e detergentes.
- Um armário para arrumar arquivo morto.
- Duas mesas rectangulares e 4 mesas semi-circulares.
- Secretária com gavetas para educadora.
- Cadeiras para adulto e para crianças.
- Cabides para os casacos.
- Cavalete de pintura.

⇒ Material:

- Um computador, scanner e impressora (mesa para o mesmo).
- Um termoacumulador.
- Material de ginástica (varas, pinças, vigas, cordas, ringues, bolas, arcos e encaixes para os mesmos…)
- Material de jardim e horta (carro de mão, pás, enxadas, ancinhos, regador, sachos) em metal e apropriados para a utilização das crianças.
- Um leitor de DVD.
- Uma máquina fotográfica digital.
- Jogos de enfiamento e legos.
- Carros plásticos ou de madeira.
- Garagem de madeira.

2.3.2. Projectos e iniciativas relativos ao contexto escolar

2.3.2.1. Ensino Básico

1ºCiclo do Ensino Básico

Numa perspectiva de articulação entre ciclos de ensino, dever-se-ão promover iniciativas e projectos que tenham como público-alvo ou participantes os alunos da educação pré-escolar e do 1º Ciclo, por parte da sede de Agrupamento. Como exemplo, sugerem-se feiras e semanas temáticas, divulgação de determinados conteúdos ou disciplinas, bem como visitas de estudo para o contacto mais próximo com as escolas que os acolherão no prosseguimento de estudos.

2.3.2.2. Pais e encarregados de educação

Promoção da aproximação de pais e de encarregados de educação ao contexto escolar.

Tendo em atenção a importância da relação escola-famíla, dever-se-á apostar na aproximação dos pais e encarregados de educação à escola. Esta aproximação poderá contribuir para a eliminação de algumas dificuldades de comunicação e também para um melhor conhecimento do papel da própria escola.

Tempo e procedimentos

Assim, nos próximos cinco anos dever-se-á apostar em:

- Dinamizar o movimento associativo dos pais, através da criação de associações de pais;
- Estas associações de pais poderão promover a realização de periódica de reuniões acerca das vivências e decisões relacionadas com a escola, de modo a envolver os pais e encarregados nos processos de reflexão e decisão;
- Criação de iniciativas de lazer (realização de convívios temáticos, …), de informação e formação, em áreas diagnosticadas como sendo do interesse dos pais;
- Criação de um fórum/escola de pais em todo o concelho. Esta estrutura poderá servir como espaço de partilha para os pais, em relação às dúvidas sentidas, ao processo educativo, às suas práticas. Este poderá funcionar como um espaço de educação informal, devendo ser disseminada no território, para que se limitem as questões da dificuldade de acesso. Para tal, sugere-se a acção concertada com associações locais, associações de pais, escolas e agrupamento.

Para tal, deverá ser feito um levantamento no início de cada ano lectivo e servir de base a um plano de acção, a concertar com o Agrupamento, e o JI da Santa Casa da Misericórdia.

Parcerias

- Agrupamento de escolas e jardins-de-infância;
- JI da Santa Casa da Misericórdia de Ourique;
- Associações de pais e encarregados de educação já existentes;
- Associações de desenvolvimento local;
- Associações locais;
- Estruturas de intervenção na área da educação e psicologia existentes no concelho;
- Juntas de freguesia;
- Outros.

2.3.2.3. População Idosa

Tendo em atenção as elevadas taxas de envelhecimento detectadas no concelho, e as perspectivas de evolução demográfica, a população idosa, numa acção concertada com a Rede Social do Concelho, deverá ser objecto de atenção.

E termos práticos e tendo por base uma perspectiva de desenvolvimento, sugere-se:

- ⇒ o desenvolvimento de acções conjuntas entre a população idosa das comunidades e as escolas/JIs.
- ⇒ Criação de uma «rede de avós». Esta rede de avós tem como objectivo aproximar os idosos em cada comunidade com as crianças das escolas e JIs locais, pretendendo contribuir para a ocupação do tempo livre do idoso e para a valorização pessoal e integração social do mesmo, dada a frequência dos casos de isolamento. Estes novos avós poderão desenvolver acções tão distintas quanto a narração de histórias, a partilha de saberes diversos, o apoio nos trajectos entre casa e escola, entre outras.
- ⇒ Optimização da EB1 de Conceição, actualmente devoluta, para criação de um centro de ocupação de tempos livres e de apoio a idosos, com prestação de serviços (apoio na marcação de consultas, resolução de problemas práticos, ,….). Uma infra-estrutura desta natureza será de grande importância, dada a inexistência de infra-estruturas para apoio à população idosa, de acordo com os dados disponíveis. A rede de avós poderá ser estruturada a partir deste centro;
- ⇒ Desenvolver estratégias de alfabetização da população idosa, dado que é nestes grupos de idade que se registam os maiores níveis de analfabetismo, contribuindo para a ocupação dos seus tempos livres e valorização das suas competências.

2.3.3. Avaliação de projectos e iniciativas

2.3.3.1. Programa de Generalização da Língua Inglesa aos alunos dos 3º e 4º anos do 1º CEB

A implementação desta medida, a decorrer em colaboração com a autarquia, representa alterações importantes nas responsabilidades desta em matéria de educação, dado tratar-se de uma medida que contém em si um alargamento da actuação das Câmaras.

Sendo que este programa já se encontra em vigor no concelho, deixamos as seguintes sugestões:

- **Instituir-se a prática da avaliação do programa**. Assim, a implementação da medida deverá ser avaliada em cada escola, junto de pais, alunos e professores envolvidos (tanto docentes da turma, quanto, docentes de inglês destacados para este efeito), sendo o processo coordenado pela autarquia e agrupamento.

  Esta avaliação deverá incidir nas sugestões de todos os implicados e deverá ter especial atenção:

  - eventuais necessidades de formação específica;

- necessidade de materiais didácticos adaptados ao 1º CEB, a utilizar na prática lectiva.

2.3.3.2. Programa de Generalização da Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico

O Ministério da Educação estabelece os procedimentos a adoptar para a candidatura a este Programa, quer no que se reporta aos protocolos a estabelecer entre as entidades interessadas em fornecer as refeições, quer no dossier onde deverão constar as propostas concretas, a ser entregue à Direcção Regional de Educação do Alentejo. Além destes passos, esta iniciativa contém diversas implicações para a acção das autarquias, mais concretamente, da Câmara Municipal, porque a esta compete a fiscalização, controlo e gestão do fornecimento das refeições (Capítulo I, art. 3º, alínea 4).

Dado que todos os estabelecimentos irão dispor de serviço de refeições, numa perspectiva de qualidade e de melhoria, os serviços deverão ser objecto de avaliação.

Sugestões de avaliação

- Deverão ser recolhidos os pareceres de pais, professores, auxiliares e alunos, em 3 momentos distintos, sensivelmente, no início, meio e final do ano lectivo, quanto aos seguintes indicadores:

  Início: necessidade de dieta alimentar, intolerância a alimentos, horários de refeição, entre outras; sugestões específicas de ementa a adoptar. Será importante a consulta a especialistas da área da nutrição e saúde, aspecto que poderá ser desenvolvido articuladamente com o Centro de Saúde.

  Meio: avaliação da qualidade das refeições, da adequação às necessidades do aluno, acondicionamento, quantidades. Respectiva adaptação em função das falhas eventualmente encontradas.

  Final: sugestões e avaliação global do programa e respectiva devolução da informação à entidade responsável pela confecção das refeições.

2.3.4. Bibliotecas escolares/Centros de recursos

Uma das principais necessidades do parque escolar é a criação de bibliotecas, com valência de centro de recursos, dado que estas infra-estruturas escasseiam nas EB1 e JIs. Como tal, até ao prazo limite dos próximos cinco anos, dever-se-á assegurar que todas as EB1 e JIs têm a sua própria biblioteca, devidamente apetrechada.

Tendo em atenção que, os resultados das investigações na área apontam o contacto o mais precoce possível com o livro e o material escrito, sobretudo, mediado por uma figura de referência (em especial, pais, professores e educadores), como factor determinante para a formação de leitores, sugere-se a instalação de bibliotecas adaptadas/concebidas para as crianças em idade pré-escolar – designadas por bebétecas - e respectivo apetrechamento de materiais (almofadas, livros em tecido, ….).

A criação destas bibliotecas não invalida a articulação sugerida acima, devendo, pelo contrário, ser proporcionado o contacto tão vasto quanto possível com o universo da leitura.

A implementação das Bibliotecas escolares deverá ser articulada com a Biblioteca Municipal e ser objecto de candidatura ao Programa da Rede de Bibliotecas Escolares, do Ministério da Educação.

Articulação entre bibliotecas

Depois de instaladas as bibliotecas, dever-se-á implementar uma estratégia de rotatividade do fundo bibliográfico e de recursos. Esta articulação entre todas as bibliotecas de todos os estabelecimentos e a biblioteca municipal permitirá uma optimização de recursos e verbas dispendidas nestes materiais, proporcionando não só um funcionamento escolar em rede, mas também, o acesso a um maior número de recursos.

Esta articulação deverá acontecer entre as diversas EB1/JI e entre estas e a Biblioteca municipal.

Em termos de gestão prática, deverão ser criadas bases de dados específicas para cada uma das escolas/Jis, ligadas entre si através da rede, para facilitar o intercâmbio dos livros e outros materiais.

2.3.5. Qualificação dos percursos em transporte escolar

Em relação aos transportes escolares, deverá ser assegurado o disposto na Lei nº17-A/2006 de 26 de Maio, onde constam as alterações ao transporte colectivo de crianças.

Critérios

Assim, dever-se-á procurar salvaguardar os seguintes critérios:

- Minimização do tempo de espera, isto é, entre o momento em que os alunos saem de casa até ao momento em que iniciam as aulas.
- Adequação às normas de transporte escolar previstas pelo Ministério da Educação, assegurando um auxiliar para cada 15 alunos, meios de transporte equipados com condições de segurança (cintos, coletes reflectores, sinalização).
- Adequação do circuito às necessidades dos pais e ao horário de funcionamento da escola, salvaguardando a frequência das actividades de prolongamento de horário.

Procedimentos

- Alocação de auxiliares de acção educativa para fazer o acompanhamento das crianças nos percursos de transporte, consoante a legislação.
- Garantir formação em matéria de segurança infantil aos condutores e auxiliares da viatura, quer aos que já efectuam este serviço, quer aos que poderão vir a fazê-lo. Esta formação poderá ser integrada nas iniciativas de educação e formação de adultos, devendo estar previstas actualizações dos conhecimentos dos mesmos (reciclagem). Estes procedimentos poderão ser concertados com o Agrupamento de escolas, e com outras entidades de educação/formação, tais como, respectiva delegação do IEFP, Escolas de Condução, Associações de Desenvolvimento Local, entre outras.

2.3.6. Pessoal não docente

Promover, progressivamente, um quadro de pessoal não docente estável qualificado, afecto à autarquia.

Esta medida é justificada por:

- Importante número de profissionais, em situação de contratações a termo ou outras mais precárias, nomeadamente, no caso do Agrupamento;
- O alargamento das actividades e facilidades proporcionadas, a nível legal, pela escola – como é o caso do serviço de refeições, o objectivo de extensão do horário escolar até às 17h30, e a implementação de novas actividades extracurriculares – representam novas exigências do ponto de vista da utilização do espaço escolar, bem como um maior número de horas vividas no mesmo.
- A diversidade destas medidas levanta também a questão da formação destes profissionais, nomeadamente, para o acompanhamento das acções extracurriculares, sendo de prever a necessidade de profissionais com uma formação específica ao nível da educação/animação.

Assim, sugerimos:

- **Aposta nos profissionais de animação sócio-cultural**, nomeadamente, procurando assegurar estágios e vagas para os alunos que frequentam cursos de formação nesta área na região, assegurando assim, não só uma articulação supra-municipal, mas também, a garantia de fixação de jovens qualificados no concelho.
- **Equacionar as contratações** junto da respectiva delegação do IEFP e das entidades de formação profissional locais, nomeadamente, junto de formandos que tenham frequentado formações específicas na área do apoio à infância (por exemplo, curso de auxiliar de acção educativa).

2.3.7. Cultura digital

2.3.7.1. Internet de banda larga

Instalação do serviço de Internet de banda larga nos computadores que ainda não possuem esta facilidade.

A instalação da Internet irá permitir a ligação em rede entre o Agrupamento, as escolas de todos os níveis e a CMO, entre associações no município, bem como outras escolas e entidades que, pertencendo a outros municípios, têm estreitas ligações com o município de Ourique no plano educativo.

Vantagens

O funcionamento em rede torna-se fundamental, trazendo benefícios do ponto de vista da:

⇒ actualização e partilha de informações;

⇒ acesso a recursos digitais (comunicados, documentos, jogos,…);

⇒ na própria resolução de problemas;

⇒ bem como no acompanhamento que pode ser feito em relação a cada uma das entidades referidas.

Procedimentos

Esta medida deverá, também ser acompanhada das seguintes:

⇒ incentivo à criação e/ou revitalização das páginas Web dos estabelecimentos implicados. Dever-se-á apostar na criação e/ou revitalização das suas páginas Web (no caso do 1ºCEB criadas a partir do programa Internet nas Escolas), por forma a que estas possam funcionar como repositórios de conteúdos e recursos educativos em suporte digital. Esta medida será de especial importância para a actuação docente, permitindo o intercâmbio rápido de experiências, dúvidas, entre outros;

⇒ aquisição de *Web cams*, de forma a permitir a comunicação visual, e a reforçar a ligação entre os alunos do município e outros, podendo ser utilizada como ferramenta pedagógica importante. Este esquema possibilitará a troca de informações e a resolução de problemas em tempo real.

2.3.7.2. Criação de uma página web para a autarquia

Entende-se como prioritária nesta estratégia de articulação e funcionamento em rede a criação de uma página WEB para a Câmara Municipal de Ourique, na qual, além de informação de divulgação do concelho, de informações úteis à comunidade em geral, possam ser acedidas outras informações de natureza mais especifica, de acordo com cada sector.

Como tal, no que diz respeito à educação, sugere-se a criação de uma *Newsletter* digital, para actualização dos projectos e iniciativas dirigidas à escola e à comunidade, de forma a que professores, pais, alunos, profissionais possam aceder a informações relevantes e concorrer a financiamentos ou prémios que revertam positivamente em termos de benefícios materiais e de boas práticas.

Procedimentos

Dever-se-á, sempre que possível, assegurar que a publicação dos concursos ou projectos em causa, sejam feita nestes suportes com uma antecedência de 30 dias. Esta pesquisa deverá ser feita através da Internet, por exemplo, nos endereços electrónicos relativos ao Ministério da Educação, tais como, Direcção Geral do Desenvolvimento e Inovação Curricular ou Direcção Regional de Educação do Alentejo, entre outros, bem como a outros meios de comunicação e divulgação.

Em relação aos financiamentos, chamamos a atenção para o SIQE – Sistema de Incentivos à Qualidade na Educação do Ministério da Educação – no âmbito do qual são apoiados projectos e iniciativas das escolas, de diversa natureza.

Esta actualização deve, também, incidir sobre eventos de interesse para a educação no município, como por exemplo, as iniciativas promovidas pela Biblioteca escolar, pelas associações locais e pelas escolas dos municípios vizinhos.

2.4. Expansão da oferta formativa e educativa

2.4.1. Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico

A curto prazo

- Alargamento do Programa de Generalização do Inglês no Ensino Básico aos alunos dos 1º e 2º anos de todas as escolas do concelho.

A médio prazo

- Iniciação da língua inglesa nas crianças que frequentam a educação pré-escolar.

Procedimentos

Este alargamento – que significará, a médio prazo, que todas as crianças em idade pré-escolar e escolar aprendem uma segunda língua – irá implicar a adopção das seguintes medidas:

- Adaptação do horário do sistema de transportes, de modo a que os alunos que necessitam deste serviço possam beneficiar das aulas.
- Contratação de maior número de docentes para leccionar estas aulas, os quais:
  - Deverão ter uma formação científica e pedagógica de base adequada;
  - Deverá ser dada preferência a docentes colocados no concurso nacional em situação de completamento de horário, dentro do agrupamento.
- Adaptação dos horários, de modo a que possam coexistir turmas de 1º/2º ano e de 3º/4º ano.
- Comparticipação na aquisição de materiais específicos de apoio à disciplina, tais como, jogos e manuais, adaptados às faixas etárias em questão.
- Fornecimento do lanche, dado o número de horas que os alunos irão ter na escola.

2.4.2. Ensino básico e ensino secundário

Aumento do número de cursos e de ofertas de formação, no prazo máximo de 2 anos.

As razões que motivam a intervenção nestes níveis de ensino, nomeadamente, por via do alargamento da oferta formativa e educativa disponível, são as seguintes:

- Indicadores de abandono e de insucesso escolar no 3ºCEB;
- Paralelamente, a necessidade de fixação da população do concelho, que apresenta alguma perda populacional.

- Resposta aos objectivos do ME para o Ensino Secundário regular, no qual se inclui o ensino profissional. O ME prevê a garantia de oferta de vias de estudo adaptadas a todos os alunos, como forma de expandir a frequência do ensino secundário.
- Resposta às metas definidas pelo Ministério da Educação para a concepção e desenvolvimento da oferta ao nível do ensino secundário, designadamente:
  - «esbatimento das assimetrias locais;
  - articulação com empresas ou serviços existentes na região/território;
  - respostas à procura dos jovens e das famílias (…);
  - atender à especificidade local e regional» (ME, 2006, p.10).

Vectores-Chave

⇒ Criação de Grupo de Trabalho específico para o desenvolvimento de oferta formativa ao nível do ensino profissional;

⇒ Criação de uma Bolsa de Ideias e Projectos, em articulação com as empresas e entidades locais.

Implicações destas medidas

- **Será necessária a <u>criação de um grupo de trabalho</u> específico que integre elementos** do Agrupamento de Escolas, da respectiva delegação do centro de emprego, onde estejam representados alunos, professores, técnicos de acompanhamento vocacional, técnicos de emprego, representantes dos empresários da região e outros entendidos como necessários. Este grupo de trabalho deverá, também, numa **lógica supra-municipal**, integrar representantes dos ensinos secundário, profissional e superior da região do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, de outras escolas secundárias e instituições de concelhos próximos.

  Este grupo de trabalho deverá ser criado já em 2007, e a partir dele serão definidas áreas de formação e de formação profissional consideradas de interesse comum, e que possam ser ministradas nos diversos estabelecimentos escolares do concelho e por diversos profissionais. Esta estratégia permitirá apurar necessidades, evitar a sobreposição da oferta formativa, nomeadamente, proporcionada pelos concelhos próximos, bem como rentabilizar recursos humanos e de formação já existentes.

- Este grupo de trabalho deverá proceder a um **levantamento de necessidades junto da população,** designadamente, dos alunos a frequentarem os últimos anos do 3º CEB, de forma a perceber quais as suas expectativas de formação e percurso profissional. Paralelamente, deverão ser auscultados os empresários da região, de modo a se proceder a uma análise dos perfis profissionais desejados e a verificar/confirmar quais as áreas de formação mais úteis, em face das suas necessidades.

- Deverá ser dada a oportunidade de permeabilidade entre cursos, isto é, a possibilidade de se frequentarem disciplinas de outros planos de estudos/cursos, tendo em vista construção do perfil escolar mais adaptado ao aluno e às suas perspectivas de futuro, conforme previsto pelo. O diploma mencionado permite ao aluno alterar o seu percurso formativo e prosseguir estudos noutro curso no ano seguinte.
- Após definida a estratégia relativa à oferta educativa a proporcionar, dever-se-á:
    - Elaborar um plano de implementação das novas ofertas, no qual constem: locais, responsáveis, plano de estudos, prazos de execução, duração, público-alvo, estratégias de divulgação, descrição,…
    - Elaborar um **levantamento dos materiais e equipamentos necessários** às disciplinas e explorar estratégias para a sua aquisição
    - De modo semelhante, **equacionar o número e habilitações dos docentes e não docentes necessários**, em resultado da entrada em funcionamento de novos cursos, dado que este é, frequentemente, um obstáculo ao alagamento da oferta formativa.

- Este grupo deverá, também, **elaborar um plano de sensibilização e divulgação da formação** e para a continuidade dos estudos, destinado aos alunos de todo o concelho, dos diversos ciclos, dadas as questões que acima expusemos.

Objectivos

Este plano tem como objectivos:

⇒ contribuir para uma divulgação eficaz da oferta educativa e formativa que o concelho proporciona, conjugando também as ofertas proporcionadas pelos concelhos envolventes, disponibilizando condições para o acesso a uma maior diversidade de percursos possíveis;

⇒ dar a conhecer as diversas profissões existentes, através, por exemplo, do contacto com boas práticas, contribuindo para a valorização das profissões de igual modo;

⇒ dar a conhecer as empresas da região, demonstrando *in loco* o tipo de trabalho desenvolvido, a partir da frequência de cursos de formação.

Descrição

Este plano poderá ter diversas acções, tais como:

⇒ divulgação da oferta formativa existente no município, nas diversas modalidades, através de semanas/dias temáticos, ateliers,…

⇒ acompanhamento individual dos alunos, através dos serviços de apoio ao aluno das Escolas, nomeadamente, o SPO da EBI/JI e o GAIP e NOVIP da Escola Profissional e de outras estruturas semelhantes, prestando um apoio mais individualizado nas suas dúvidas e questões;

⇒ visitas de terreno a empresas/locais de trabalho, escolas,…

2.4.3. Educação de adultos

Criação de um plano integrado de educação e formação de adultos no município

Uma das prioridades da intervenção municipal nos próximos anos deverá ser a Educação de Adultos, nas suas diferentes modalidades e vertentes. Sintetizamos os indicadores que justificam a necessidade de uma aposta forte na educação de adultos no município:

- ⇒ Em 2001, 26.2% da população era analfabeta, valor que representa cerca de 4 vezes mais em relação aos indicadores médios do país no mesmo ano (9%);
- ⇒ Também de acordo com os indicadores oficiais dos Censos 2001, existiam casos de ausência total de habilitações literárias nos indivíduos com 15 anos, situação que já não expectável e que reforça, em parte, a hipótese a existência de situações de abandono escolar;
- ⇒ Em 2001, apenas 19,9% da população tinha o 3ºCEB,e 2.4% o ensino superior;
- ⇒ Quebra na frequência e diversidade dos cursos de ensino recorrente;
- ⇒ Extinção das Coordenações de Ensino Recorrente, com transferência das responsabilidades e competências das mesmas para a EB2.3/ES de Ourique.

Objectivos

- ⇒ Sensibilizar os adultos do município para a importância de elevarem as suas habilitações escolares, numa perspectiva de valorização pessoal e profissional.
- ⇒ Contribuir para o aumento das habilitações escolares dos adultos do concelho.

Descrição

Este plano poderá ter 2 eixos centrais:

- ⇒ Eixo 1: Comunidade em geral;
- ⇒ Eixo 2: Pessoal não docente.

Eixo 1. Comunidade em geral

1. Criação de um Centro de RVCC no concelho

Nos próximos cinco anos deverá apostar-se na instalação de um Centro de RVCC, que se prevê que, a breve prazo, conceda a equivalência ao ensino secundário. Em 2005/06, não existe no concelho nenhum centro desta natureza, existindo, como acima se apresenta, necessidades que justificam a sua instalação.

Parceiros

Esta instalação deverá ser equacionada em conjunto com os seguintes parceiros:

- Câmara Municipal de Ourique;
- Agrupamento Vertical de escolas e de Jardins-de-infância de Ourique;
- Delegação do Centro de Emprego e de Formação Profissional;
- Industrias/empresas locais;
- Outros considerados importantes.

Sugere-se, ainda, no âmbito dos procedimentos de instalação, o contacto e articulação com os CRVCC existentes há mais tempo e que reunirão experiência em aspectos tais como a divulgação das acções, gestão do processo RVCC, entre outras.

2. Criação de um plano concertado de acções de:

⇒ divulgação da oferta formativa existente no município, nas diversas modalidades;

⇒ divulgação de «boas práticas», por exemplo, recorrendo a exemplos de adultos que criaram o próprio emprego na sequência da conclusão dos seus estudos,…;

⇒ sensibilização para as vantagens e importância da escolarização, com exemplos práticos das consequências/implicações positivas da mesma para a comunidade: emprego, movimento associativo, acesso a serviços, instalação de novos serviços, como exemplo;

⇒ sensibilização dos empregadores, de modo a que estes incentivem os seus empregados à frequência das modalidades;

⇒ exploração das áreas de interesse dos adultos.

Poderá ser vantajosa a criação de um sistema de incentivos que acompanhe a frequência das modalidades de educação de adultos, tais como:

⇒ acesso gratuito ou a preço simbólico a actividades e eventos municipais, para os adultos que decidam inscrever-se e frequentar, contemplando também a sua família nuclear;

⇒ plano de descontos/comparticipação na aquisição dos materiais necessários (tais como, livros, fotocópias, recursos informáticos);

⇒ bolsas de frequência, que possam oferecer uma contrapartida financeira;

⇒ garantia de transporte nocturno, sempre que solicitado;

⇒ equacionar o funcionamento de acções - de alfabetização, de promoção de línguas estrangeiras, de utilização de novas tecnologias, de educação para a saúde, aquisição de competências profissionais, a título de exemplo – na escola em associações culturais e recreativas, sem constrangimento de horário, isto é, em horário diurno (sobretudo para população em idade activa jovem, em situação de desemprego ou precariedade profissional, e população idosa, nas associações), ou em horário pós-laboral para adultos activos.

Parceiros possíveis

- ⇒ Escolas e Agrupamento;
- ⇒ RVCC de Ourique, a criar a breve prazo;
- ⇒ Movimento associativo local.

Estas propostas, que aqui se apresentam em traços muito genéricos que terão, necessariamente, de ser desenvolvidas, não dispensam a atenção que deverá ser dada a grupos definidos, tais como o pessoal não docente, dadas as especificidades do seu trabalho.

Eixo 2. Pessoal não docente

Justificação

A qualificação do quadro de pessoal não docente é justificada pelas seguintes razões:

- Verifica-se a existência de um nível de habilitações literárias que em muitos casos ainda é reduzido, no pessoal não docente das entidades em análise, que, em diversos casos, parece não dar mostras de evolução desde 1999/00 até à actualidade.
- De acordo com o Agrupamento, verifica-se a necessidade de «reciclagem» de competências e conteúdos no pessoal não docente, nomeadamente, nos auxiliares de acção educativa.
- Exigências da «escola a tempo inteiro», a que atrás já aludimos.

Assim, propõe-se:

- Incentivo à escolaridade/formação dos profissionais, no sentido de:
  - Os que ainda não concluíram a escolaridade obrigatória o façam;
  - Frequentarem acções de formação específica na área do apoio à infância, por exemplo, acção educativa, segurança infantil, desenvolvimento infantil;
  - Aquisição de habilitações escolares iguais ou superiores ao 9º ano;

Tempo e procedimentos

Para tal deverá ser feito, no início de cada ano lectivo:

- Uma actualização do nível de habilitações de profissionais não docentes;
- Um levantamento dos interesses e necessidades de formação dos mesmos.

A partir desta análise inicial dever-se-á elaborar um **plano de formação**, a definir em colaboração com o Agrupamento e entidades educativas, e com as entidades de formação profissional mais próximas. Embora podendo conter directrizes e conteúdos comuns, **o plano deverá ser adaptado à realidade de cada um destes contextos específicos.**

Este processo deverá ser articulado pelo CENFOCAL – Centro de Formação de Ourique, Castro Verde e Almodôvar, entidade responsável pela formação de docentes e não docentes nestes concelhos.

2.5. Outras propostas

Neste ponto são apontadas outras sugestões de natureza diversa, que se prevêem importantes para o município.

2.5.1. Relação com outras entidades

Reforço dos protocolos entre a CMO e demais entidades de interesse do município, para a dinamização da oferta de âmbito cultural, desportivo e educativo.

Num município marcado pela interioridade, dever-se-á procurar garantir a realização de iniciativas culturais, desportivas e educativas no espaço local. Estas contribuirão, também, para a consolidação e atractividade da comunidade local[38], devendo, em cada caso, colocar-se a EB2.3/ES como parceiro privilegiado, e para a própria dinamização do movimento associativo local.

Estas medidas poderão passar pela revitalização/fomento da actividade das associações/clubes locais e articulação destes com a Escola e outros, como por exemplo, lares/centros de dia. Como exemplos, sugerimos:

- a cedência de espaços para prática de modalidades desportivas muito específicas (por exemplo, ténis ou natação);
- a realização conjunta de iniciativas de desporto;
- o convívio inter-geracional;
- a transmissão de tradições e costumes, entre outras.

2.5.2. Acessibilidade e mobilidade

Promoção da inclusão e acessibilidade no concelho.

Tendo em atenção a necessidade transversal de eliminar dificuldades no acesso aos meios e serviços, deverá assegurar-se a possibilidade de todos os cidadãos poderem desfrutar dos espaços e recursos do concelho. Este trabalho deverá passar por uma **revisão geral dos edifícios concelhios e respectiva adaptação**, através de desnivelamento, da colocação de rampas, de placas elevatórias, entre outras.

[38] Tendo em linha de conta o quadro de relativa instabilidade docente que, se regista no município, a valorização das comunidades locais através do enriquecimento global das suas vivências tem sido apontado por vários estudos (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, 1987) como medida importante para a fixação dos docentes e sua ligação ao espaço local. Refira-se que o estudo mencionado (solicitado pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo) apontava, já, como uma das dimensões de intervenção para o cumprimento da escolaridade obrigatória tanto a interligação escola-comunidade quanto a acção do professor, muitas vezes deslocado da sua residência e com baixa motivação para o exercício da docência.

2.6. Linhas de orientação da expansão do sistema educativo de Ourique e suas relações com a dinâmica social e o desenvolvimento socio-económico

Este segmento da Carta Educativa projecta num horizonte temporal mais alargado o sistema educativo de Ourique. Se as propostas até aqui definidas foram concebidas para serem concretizadas – as relativas à gestão de recursos – ou iniciadas – as relativas à construção, reconversão ou encerramento de espaços – nos próximos cinco anos, aqui é o lugar de introduzir algumas linhas que poderão orientar a expansão do sistema educativo desde já e com um prazo de validade de, pelo menos, uma década.

Algumas características do sistema educativo de Ourique devem ser reforçadas, de forma a não serem negligenciadas. Outras deverão ser, progressivamente, introduzidas, de forma a suplantar as fortes assimetrias que ainda se verificam entre o concelho e o país. Na primeira parte deste documento, apresentámos algumas das dimensões do debate actual em torno das relações entre educação e desenvolvimento. Neste ponto voltamos a fazer uso das propostas que esse debate introduz, na convicção de que a educação é um dos factores promotores do desenvolvimento das populações e que populações mais desenvolvidas exigem mais qualidade de vida e melhor educação.

Neste sentido, consideramos que no concelho podem ser assumidas as seguintes estratégias que, sendo convergentes com as equações feitas para o País com implicações para o poder local, são devidamente especificadas para a realidade do concelho:

- dados os níveis de escolarização da população, os valores de frequência e de saída precoce no ensino secundário registados no concelho, é fundamental desenvolver medidas que incentivem o aumento de frequência e de conclusão deste nível de ensino. **No caso concreto, propõe-se:**
    - **Desenvolvimento de projectos comuns entre as escolas e agrupamentos, concelhios e extra-concelhios,** de modo a permitir um melhor conhecimento das potencialidades mútuas, bem como uma melhor articulação da oferta educativa e formativa em claro benefício dos percursos de escolarização e qualificação propostos.
    - **A criação de bolsas de estudo para os alunos do ensino secundário, (co)financiadas por empresas da região.** A implementação desta medida deverá ser negociada junto do Ministério da Educação e do Ministério das Finanças a fim de que possa ser aceite no âmbito **da Lei do Mecenato**. Esta, cujo estatuto é definido pelo Decreto-Lei n.º 74/99 de 16 de Março, permite um conjunto de incentivos fiscais às empresas que integrem acções consideradas ao abrigo do Mecenato educacional, social ou cultural. Este apoio poderá ser concedido a escolas e cooperativas de ensino através de dinheiro ou de bens materiais.
    - **o estabelecimento de acordos com as entidades empregadoras do concelho para que, no âmbito dos processos de contratação, seja dada preferência a jovens (com idade inferior ou igual a 20 anos) que tenham cumprido doze anos de escolaridade, ou que nos contratos de trabalho seja incluída uma clausula de formação obrigatória para o jovem.**

- **Incentivar a dinâmica da oferta e procura de ensino recorrente e educação extra-escolar, e RVCC** através de(a):
    - acções de sensibilização junto da população;

- dinamização da cooperação entre a entidade coordenadora da educando de adultos no concelho, autarquias e colectividades locais;
- diversificação da oferta de acções em educação extra-escolar através da exploração de diversas áreas;
- assegurar o serviço de transporte, a funcionar em regime nocturno, sempre que solicitado.

- **Assegurar a regularidade e assiduidade de candidaturas a programas de financiamento europeus e nacionais de materiais e projectos de desenvolvimento, para todos os públicos (ex: SIQE, PRODEP, POCI-2010, POEFDS[39]). Chamamos a atenção para a entrada em vigo no novo Quadro de Referência Estratégica Nacional, a entrar em vigor entre 2007/2013.**

2.7. Estratégias de utilização da Carta Educativa para o desenvolvimento da educação no concelho

Todo o esforço de produção de um documento deste género perde potencialidades se não se proceder a uma análise e exploração alargadas, isto é, que não realizadas unicamente por e com os responsáveis directos pelo Sector Educativo na Câmara. Assim, numa óptica global, que reflecte a aprendizagem desenvolvida ao longo da concepção, planeamento e elaboração do documento, sugerimos uma linha de abertura e de partilha da Carta Educativa à comunidade. Para tal, deixamos algumas sugestões de actuação que deverão ser complementadas e impulsionadas pelos responsáveis directos do sector educativo na Câmara Municipal de Ourique:

- Envio da Carta Educativa para as entidades directa e indirectamente associadas à educação no concelho de Ourique;
- Análise e Revisão do documento por parte do Conselho Municipal de Educação e pelos responsáveis do sector educativo da CMO;
- Análise e discussão do documento nas Assembleias de Escola;
- Análise e discussão pública do documento;
- Confronto com o poder central para a tomada de decisões e os compromissos necessários à melhoria do sistema.

O conhecimento integral e a visão global da dimensão educativa dão à autarquia a possibilidade de actuar em múltiplas frentes, que não apenas as que implicam uma responsabilidade directa de execução. De facto, ao congregar o trabalho de diversos parceiros (instituições, docentes, órgãos intermédios do ME,...) os responsáveis autárquicos podem rentabilizar a Carta Educativa no sentido de:

[39] SIQE – Sistema de Incentivos à Qualidade na Educação, do Ministério da Educação; PRODEP – Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, do Ministério da Educação; POCI-2010 – Programa Operacional Ciência e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; POEFDS – Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

- Negociar junto dos órgãos regionais e centrais do ME, nomeadamente, em decisões que implicam mudanças importantes na estrutura e realidade educativa do município.
- Mediar a relação entre a escola e as empresas, actuando como um dinamizador na atribuição de bolsas de estágio, e na criação de postos de trabalho, numa lógica duplamente orientada: fixação dos jovens na sua região e aumento das qualificações dos profissionais que poderão vir a integrar essas empresas.
- Divulgar e incentivar a prática do mecenato, enquanto estratégia de apoio ao associativismo local, elemento de grandes potencialidades no campo da acção educativa na comunidade.
- Fortalecer a dinâmica de avaliação e de convergência dos projectos e processos educativos implantados, de modo a que a Carta Educativa seja um documento em aberto e lugar de actualização e conjugação de ideias, processos e resultados.

3. Monitorização e controlo da Carta Educativa do concelho de Ourique

Do ponto de vista da gestão de projectos, em termos simples, a monitorização consiste no acompanhamento das acções ou projectos planeados num dado momento, de modo a que se possa verificar em que medida os objectivos, as estratégias, os tempos e os custos previstos no plano inicial estão a ser cumpridos. A monitorização é uma forma de avaliação e pretende verificar se existem derrapagens em relação ao planeado, mas também, identificar estratégias de melhoria para futuras intervenções, ou detectar novas necessidades surgidas a partir da execução das acções.

A Carta Educativa é um documento-projecto inacabado, e que necessita adaptar-se à evolução da realidade educativa do concelho, região ou país. A monitorização é a via de actuação que permite, precisamente, fazer esta adaptação, através da recolha de informação actualizada e do acompanhamento das acções: é um «processo de continuidade imprescindível para a actualização do conhecimento da realidade educativo-social e um permanente ajustamento das propostas de intervenção às dinâmicas registadas» (Manual para a Elaboração da Carta Educativa, 2000, Nota prévia).

Pretende-se que a Carta Educativa seja um documento dinâmico e adaptável em função das mudanças ocorridas na realidade educativa local e nacional. Por isso, a monitorização dever ser entendida como a «continuidade natural da Carta Educativa (*idem*, p. 42).

3.1. Fases do processo

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa, o processo de monitorização é composto por 3 fases, conforme designação a seguir:

1. Recolha, organização e disponibilização da informação: obtenção da informação junto dos vários intervenientes educativos, através de instrumentos e bases de dados próprias.

2. Modelos de transformação da informação em instrumentos de acção: isto é, a informação recolhida deverá ser analisada, reflectida, para que dela resultem conclusões e decisões de intervenção.

3. Avaliação dos resultados: feita em dois sentidos. Um primeiro é a avaliação das acções, isto é, em que medida foram concretizadas as acções planeadas; um segundo tem a ver com a formulação das próprias decisões/acções. Esta fase permite a detecção de problemas, necessidades ou desajustamentos, devendo ser definidos modos de colmatar os mesmos.

3.2. Monitorização global e específica

Em termos concretização prática, podemos dividir o processo de monitorização em duas componentes:

1. A monitorização global, onde se define, no essencial, qual a entidade/técnico responsável pela coordenação do processo de monitorização e algumas pistas globais de organização do mesmo;

2. A monitorização específica: que aqui consiste na exploração da fase 1; expõe-se pistas de para a recolha de informação e sugestões de melhoria do próprio documento.

3.2.1. Monitorização global

1. Responsabilidade global do processo de monitorização:

Importa ter presente que o processo de monitorização, embora sob a coordenação da equipa/técnico , deverá ser acompanhado pelo **Conselho Municipal de Educaçã**o requer o envolvimento de um conjunto de parceiros e actores sociais, sem os quais a recolha de dados e o acompanhamento das acções será dificultado e, provavelmente, deficiente ou incompleto. De entre os parceiros privilegiados, com os quais o processo de monitorização deverá ser concertado, assinalamos:

- Agrupamento vertical de escolas e de jardins-de-infância de Ourique;
- Santa Casa da Misericórdia de Ourique;
- Entidades responsáveis pela educação de adultos;
- Juntas de freguesia;
- Delegação do Centro de Emprego e Formação;
- Sectores da Câmara;
- Outros considerados necessários.

Apresenta-se, nas tabelas abaixo, uma proposta de trabalho, que procura ser operacional e concreta, na qual é feita referência também aos parceiros que cuja colaboração se entende indispensável para a monitorização de determinada acção. O envolvimento atempado (isto é, prévio ao momento em que se pretende concretizar a monitorização) e esclarecido (isto é, devidamente concertado e assente nas eventuais sugestões que os parceiros queiram fazer) são aspectos fundamentais para o sucesso do processo de monitorização.

2. Compilação e acessibilidade da informação

De acordo com o Manual de Elaboração da Carta Educativa (2000), deverá ser criada uma base de dados específica para a monitorização da informação, cuja «criação e manutenção (…) deve ser da responsabilidade das Câmaras Municipais (ou Associações de Municípios)» (p. 46). O Ministério da Educação disponibiliza, de acordo com o referido Manual, uma base de dados para este efeito, designada Base de dados TER – Cartas Educativas, em CD-rom.

Poderá, ainda, recorrer-se aos SIG – Sistemas de Informação Geográfica.

3. Instrumento de actualização

Os dados totais deverão ser actualizados através de um relatório escrito, que deverá estar concluído no final da cada ano lectivo. Este será objecto de análise e parecer por parte do Conselho Municipal de Educação.

4. Periodicidade

A periodicidade do processo deverá ser anual, regendo-se de acordo com o ano lectivo. Poderá estar concluído no final de cada ano lectivo ou no início de cada ano lectivo, em referência ao imediatamente anterior.

5. Relação com o documento actual

Os relatórios resultantes do processo de monitorização poderão ser integrados na Carta Educativa sob a forma de adenda ou de apêndice. Recomenda-se a elaboração de um documento de síntese, a partir da Carta Educativa, no qual constem as acções a realizar.

3.2.2. Monitorização específica

Centramo-nos na Fase 1, dado que os restantes são posteriores ao momento e alcance actual e dependerão desta primeira. Com a monitorização específica pretende-se:

- Apontar pistas para o acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas;
- Indicar sugestões para a melhoria e desenvolvimento do próprio documento.

A monitorização tem um carácter essencialmente prático e exige procedimentos estruturados e previamente definidos. Ela deve ser baseada no registo periódico de acções e indicadores, de modo a que se possa ajustar o conteúdo da Carta Educativa, às alterações e acontecimentos verificadas na realidade, sobretudo, problemas e necessidades surgidas e à legislação.

Como tal, apresentamos na tabela que se segue um esquema que poderá ser adoptado para o acompanhamento das intervenções. Sugere-se uma metodologia de trabalho assente nos seguintes tópicos:

- Indicadores a recolher;
- Momento de recolha dos dados;
- Instrumento de recolha dos dados;
- Pessoa responsável;
- Entidades a contactar;
- Momento em que se prevê nova actualização.

A. Acompanhamento da implementação das intervenções/propostas apresentadas na Carta Educativa

Tipo de intervenção a acompanhar	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões de intervenção futura
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Obras e intervenções no parque escolar, estabelecimento e espaço exterior	Tempo: cumprimento dos prazos de execução Custo: existência de desvios em relação ao inicialmente previsto Qualidade: execução das intervenções planeadas	Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância). Caderno de encargos do projecto.	Início Meio	Empreiteiros e responsáveis pelas intervenções. Junta de freguesia respectiva. Agrupamento de escolas.	Após conclusão da intervenção	Existiram problemas, ao nível: • Dos materiais empregues? • Dos tempos definidos para intervenção? • Da interacção com os alunos e professores? • Da segurança?	A partir das obras realizadas, há necessidade de: • Criação de outras infra-estruturas? • Adaptação de espaços já existentes? • Repensar a intervenção feita?
2. Reordenamento da rede escolar	Concretização dos encerramentos previstos. Condições da escola/JI de acolhimento. Percepção de pais, alunos e funcionários em relação à transferência/encerramento. Concretização das eventuais alterações propostas na escola/JI de acolhimento. Vantagens e desvantagens resultantes da transferência	Observação directa em contexto (escolas, jardins de infância). Reunião/diálogo com pais, funcionários e alunos. Caderno de encargos do projecto de intervenção (se aplicável).	Início do ano escolar. Momento intermédio e final.	Agrupamento de escolas. Pais, alunos, funcionários envolvidos. Empreiteiros responsáveis pelas intervenções, se aplicável.	No momento de planeamento do ano lectivo seguinte	Na sequência das medidas tomadas, existem situações de: • Sobrelotação? • Subaproveitamento de espaços? • Percursos de transporte muito longos? • Tempos de espera?	A definir consoante o tipo de problemas encontrados
3. Apetrechamento e dotação de recursos	Tipo de recursos Nº de recursos Custos Adequação dos mesmos às necessidades	Plano de levantamento dos recursos	Início do ano lectivo	Agrupamento	Meio e fim do ano lectivo	Os recursos foram suficientes? Adaptados aos destinatários? Qual a sua durabilidade? Que novos recursos	Será necessário: • Mudar fornecedores? • Elevar a verba disponível? • Alterar recursos? • …

						são necessários? A previsão de custos foi correcta?	
4. Funcionamento escolar	Variável consoante as propostas específicas						
5. Recursos humanos	Número de profissionais adequados ao necessário Adequação do funcionário para as tarefas a realizar Formação/habilitação possuída Satisfação em relação ao trabalho desenvolvido, pelo próprio, pais, alunos	Diálogo com os intervenientes escolares	Início e meio do ano lectivo	Profissionais, agrupamento, pais,…	Final do ano lectivo	Os profissionais e funções foram suficientes? Adequaram-se bem às suas tarefas? Há necessidade de apostar na sua formação? Em que áreas?	Colocação de novos profissionais? Redistribuição do pessoal já existente? Promoção de formação? …
6. Projectos e iniciativas (formação, inglês, actividades extracurriculares, …)	Número de alunos Funcionamento (animador/professo, horário, duração lectiva/da actividade,…) Satisfação dos intervenientes Materiais da disciplina/actividade	Observação local Diálogo com pais, professores alunos, pequeno questionário para a recolha de sugestões	Início, meio do ano lectivo	Professores/animadores, pais, alunos,… Agrupamento	Final do ano lectivo	As actividades foram satisfatórias? O plano de intenções foi concretizado? Quais as dificuldades sentidas? Foram asseguradas condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar…)	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) È possível introduzir melhorias na actividade/projecto? Como?»
7. Outros equipamentos e infra-estruturas de educação	Aplicável no caso de bibliotecas, centros de cultura, equipamentos desportivos e outros. Os critérios a observar deverão ser os mesmos que referidos no ponto 1 da tabela. Estudo da população alvo dos mesmos.						Quais as actividades pensadas/projectadas para a infra-estrutura? Qual a sua relação ao contexto escolar e à população local?
8. Alargamento da oferta formativa	Público-alvo Número de alunos/docentes Locais da formação Cursos/iniciativas	Diálogo com responsáveis, alunos, para recolha de sugestões	Início, meio	Professores/animadores, pais, alunos,… Agrupamento	Final do ano lectivo	A formação correspondeu ao esperado? As actividades foram satisfatórias?	O que necessita ser melhorado em cada um dos aspectos em falta? (caso existam) È possível introduzir

	Responsáveis Condições especiais (por exemplo, necessidade de transporte nocturno, …) Dificuldades sentidas Itens semelhantes ao ponto 6	Comissão de trabalho sobre o ensino profissional Equipa da educação de adultos		Comissão de trabalho sobre o ensino profissional Equipa da educação de adultos		O plano de intenções foi concretizado? (por exemplo, instalação de RVCC?) Quais as dificuldades sentidas? Foram asseguradas condições logísticas à frequência das mesas? (p.e. horário de transporte escolar…)	melhorias na actividade/projecto? Como?» É de manter a oferta?

B. Actualização, melhoria e desenvolvimento do documento

Dados de caracterização[40]	Recolha de dados					Problemas encontrados	Sugestões futuras
	Indicadores de referência	Instrumento	Momento	Entidades a contactar	Nova actualização		
1. Evolução do parque escolar							
1.1.Reordenamento	Alterações de tipologia (junção de níveis de ensino, por exemplo). Encerramentos (com indicação de estabelecimentos de acolhimento). Novos equipamentos criados.	Grelha, com a discriminação dos estabelecimentos.	Início e final de cada ano lectivo	Agrupamento de escolas de Ourique Santa Casa da Misericórdia de Ourique	Início e final de cada ano lectivo	Relativos às decisões tomadas.	Que mudanças são necessárias, e face dos desajustamentos detectados? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos acima. Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.2. Intervenção nos estabelecimentos	Intervenções efectuadas até ao momento, por estabelecimento e tipo de intervenção Introdução das principais conclusões do ponto 1 da tabela anterior						Que intervenções de futuro? Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
1.3. Caracterização dos estabelecimentos no momento actual	Ver indicadores da grelha de caracterização que consta do documento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo. Sugere-se articulação com os resultados no ponto 1.2.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia de Ourique.	Início e final de cada ano lectivo.	A grelha utilizada permite uma caracterização fiel e completa dos estabelecimentos?	Que aspectos deverão ser retirados ou incluídos nesta grelha de modo a que a caracterização seja o mais eficaz possível?
1.3. Intervenções previstas para futuro	Identificação das intervenções que	Grelha, com a discriminação dos	Início e final das intervenções.	Agrupamento de escolas.		As intervenções respondem às necessidades que lhes	Que outras intervenções se

[40] A numeração dos pontos não coincide, necessariamente, com a numeração que consta do documento. Apresentam-se aqui os tópicos principais, devendo proceder-se a um ajustamento relativamente ao documento.

	se afiguram necessárias e respectiva justificação.	estabelecimentos e do tipo de intervenção a realizar (ampliação, restauração, arranjo exterior,…).		Santa Casa da Misericórdia de Ourique Responsáveis pelas intervenções. Juntas de Freguesia. Associações de Pais.		deram origem?	estimam necessárias a breve prazo? Dever-se-á tomar em consideração os elementos recolhidos no ponto acima. Sugere-se consulta das projecções de evolução da população (DREA, 2006).
2. Evolução da população escolar							
2.1. Dados de frequência	Número de alunos por ciclo, e estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia de Ourique Entidades na área da educação de adultos e do ensino profissional.	Início e final do ano lectivo.	Existem desvios entre as frequências registadas em ambos os momentos? Se sim, em que ciclos/estabelecimentos? A que se devem?	Os momentos de recolha são os mais indicados ou deverão ser pensados outros?
2.2. Taxas de ocupação dos estabelecimentos	Indicação do número de turmas e seu regime de funcionamento. Relação com a capacidade do estabelecimento.	Grelha de caracterização que consta do documento.	Início e final do ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia de Ourique.	Início e final do ano lectivo.	Existem situações de desdobramento de horário/regime duplo?	Soluções para as eventuais situações de horário desdobrado. Há necessidade de: - transferência de alunos? - juntar valências? - ampliação do espaço? Sugere-se consulta das projecções de evolução da

							população (DREA, 2006).
2.3. Transição e retenção escolar	Número de alunos retidos, por ciclo e estabelecimento. Número de alunos que transitaram de ano, por ciclo e estabelecimento.	Grelha para preenchimento.	Final de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Outras entidades.	Final do ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos onde a retenção é mais frequente?	Procura das razões para tais indicadores. Concertação de medidas de reabilitação com o Agrupamento e/ou outras entidades.
3. Pessoal docente	Número de docentes por ciclo e estabelecimento. Habilitações e vínculo profissional dos docentes.	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo, após as colocações cíclicas (se aplicável).	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia de Ourique. Outras entidades.	Ano lectivo seguinte.	Existem ciclos ou estabelecimentos em que há maior instabilidade do corpo docente?	Concertação de medidas de minimização dos efeitos da instabilidade sentida com o Agrupamento e/ou outras entidades.
4. Pessoal não docente	Número de profissionais, por estabelecimento, segundo: - função exercida; - habilitações literárias - vínculo profissional	Envio da tabela que consta do documento às entidades, para actualização.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas. Santa Casa da Misericórdia de Ourique. Outras entidades.	Ano lectivo seguinte.	O número de profissionais em cada estabelecimento e função é suficiente?	Equacionar contratações ou recolocação de profissionais em função das necessidades e de alterações ocorridas (encerramentos,…)
5. Acção educativa da CM							
5.1. Transportes escolares	Número de alunos transportados, segundo ciclo e estabelecimento. Tipo de circuitos existentes e responsáveis na execução dos mesmos. Tempo e custo	Plano de transportes municipais, elaborado pela autarquia.	Início de cada ano lectivo.	Agrupamento de escolas.	Ano lectivo seguinte.	O circuito é adaptado à realidade (localidade, faixa etária, especificidades) de cada aluno? Existe necessidade de criação de outros circuitos? Quais?	Equacionar a concretização dos novos trajectos: - viaturas municipais? - circuitos contratualizados? - Previsão de novas despesas.

	dispendido por circuito. Necessidades sentidas pelos utilizadores.						
5.2. Acção social escolar	Número de alunos beneficiários, segundo tipo de subsídio, ciclo de ensino. Subsídios atribuídos aos estabelecimentos, segundo, montante e destino.	Documentos internos de concurso, da autarquia.	Início de cada ano lectivo ou uma vez decorrido o período de reclamação dos concursos.	Agrupamento de escolas. Nota: aplicável apenas ao sector público.	Ano lectivo seguinte.	Existem alunos em situação de carência que não puderam ser abrangidos pelas modalidades de ASE? Se sim, qual a razão? O que poderá ser feito para resolvê-lo? Quais as falhas detectadas nos processos de candidatura e cedência dos apoios?	Que acções/ medidas poderão contribuir para limitar as falhas no processo? Existe necessidade de criação de novos tipos de apoio? Prevê-se como necessário o aumento do orçamento disponível?
5.3. Projectos e iniciativas	Objectivos Parceiros Número de alunos a abranger, Tipo de acções Tempos Montantes envolvidos .	Documentos internos Formulários de candidatura,….	Início e meio do projecto/iniciativa	Parceiros envolvidos	Final do projecto	Os objectivos foram cumpridos? Existem dificuldades de maior?	É de prever a continuidade do projecto? Em que moldes?

Estes dados deverão ser reunidos num **relatório escrito, a divulgar aos diversos parceiros educativos,** que permita fazer a leitura da evolução do concelho nos vários aspectos.

Fontes e bibliografia

AAVV (1990). *Muitos anos de escolas. Ensino Primário -1941*. Lisboa: Ministério da Educação

Barroso, J. (1998). Descentralização e autonomia: devolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. *Colóquio Educação e Sociedade – Escola e Parcerias Educativas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Canário, R. (1999). A escola, a autonomia e a territorialização da acção educativa. *Aprender.* Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre, 23.

Caraça, J. (2000). Questões de Método e Linhas Gerais de Evolução – Metodologia do Estudo, em Carneiro, R. (Dir. e Coord.). *O Futuro da Educação em Portugal: Tendências e Oportunidades – um estudo de reflexão prospectiva.* Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

Carneiro, R. (Dir. e Coord.) (2000*). O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.* Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Correia, A. (1999). Relações entre escola e comunidade: da lógica de exterioridade à lógica de interpelação. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 22.

DAPP (2000). *In* Carneiro, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

EURYDICE (1998). *Dez anos de reformas ao nível do ensino obrigatório.* Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Guerra, I. (2002). Espaço da organização escolar: a territorialização das políticas educativas. *In* AAVV, *Textos da Conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Martins, E. (Coord.) (2000). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa.* Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

Martins, G. O. (2000). A Educação como espelho. *In* CARNEIRO, R. (Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva.* Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Ministério da Educação (2006). *Planeamento da rede educativa: princípios orientadores*. Lisboa: Ministério da Educação.

Rodrigues, F. (2003). O Projecto Educativo Local da Golegã. *Educação, Sociedade e Culturas – Escola e Territórios*, 20.

São Pedro, M.E. *et al.* (2000). Uma leitura quantitativa do sistema educativo. *In* CARNEIRO, R.(Dir. e Coord.) *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.

Sarmento, M. (1999). Agrupamentos educativos, territorialização e autonomia: raízes estruturais e efeitos de superfície. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre*, 23.

Subirats, J. (2001) Educación: responsabilidad social e identidade comunitária. *In* Cármen Gómez-Granell e Ignacio Vila (Coord.). *La ciudad como proyecto educativo*. Barcelona: Octaedro.

Teodoro, A. (2001). Políticas educativas e novas formas de governação numa época de transnacionalização. *In* Stoer, Cortesão e Correia (orgs.) *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à «educação» da crise*. Porto: Afrontamento.

UNESCO (1996). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI. Porto: Asa.

Legislação consultada

Decreto Regulamentar 12/2000, de 28 de Agosto

Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro

Decreto-Lei nº 108/88 de 31 de Março

Decreto-Lei nº 115/98 de 4 de Maio

Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio

Decreto-lei nº 147 de 11 de Junho de 1997

Decreto-Lei nº 291/97 de 4 de Setembro

Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro – transportes escolares (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro)

Decreto-Lei nº 314/97 de 15 de Novembro

Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto

Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro

Decreto-Lei nº 4/98 de 8 de Janeiro

Decreto-Lei nº 89-A/98 de 7 de Abril

Despacho nº 14758/2004 de 23 de Julho

Despacho Conjunto nº 105/97 de 1 de Julho

Despacho Conjunto nº 128/97 de 9 de Julho

Despacho Conjunto nº 258/97 de 21 de Agosto

Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto

Despacho Conjunto nº 28/SERE/SEAM/88

Despacho Conjunto nº15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril

Despacho Conjunto nº 14 753/2005

Despacho nº 22 251/20005

Despacho Conjunto nº 834/2005, de 12 de Outubro

Despacho Normativo nº 27/97 de 2 de Junho

Lei nº 159/99 de 14 de Setembro

Lei nº 169/99 de 18 de Setembro

Lei nº 42/98 de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei nº 5/97 de 10 de Fevereiro – Lei-quadro da Educação Pré-Escolar

Fontes

INE, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991, 2001

Anuário Estatístico da Região Alentejo, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004

Municípios do Alentejo, 2003

Inventário Municipal, 1998

FGUE – Ficheiro Geral de Unidade Estatística, 2003

Câmara Municipal de Ourique

Diagnóstico Social de Ourique, 2004

IND, Cartas Desportivas por Concelho, 2003

URLs acedidos pela última vez em 2006/JUN

http:// www.ine.pt

Anexo 1. Glossário (Estudalentejo, 2006)

Taxa de cobertura do dispositivo educativo instalado: nº de alunos matriculados num dado nível de ensino/população em idade de frequentar esse nível de ensino

a) Taxa de cobertura do ensino pré-escolar – população matriculada no ensino pré-escolar/população em idade de o fazer

b) Taxa de cobertura do 1º ciclo – população matriculada no 1º ciclo/população em idade de o fazer

c) Taxa de cobertura do 2º ciclo – população matriculada no 2º ciclo/população em idade de o fazer

d) Taxa de cobertura do 3º ciclo – população matriculada no 3º ciclo/população em idade de o fazer

Taxa real de escolarização – população matriculada num dado nível de ensino com idade para o fazer/população residente com idade esperada para frequentar esse nível de ensino

a) Taxa real de escolarização no pré-escolar– população matriculada entre os 3 e 5 anos/ população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos

b) Taxa real de escolarização no 1º ciclo - população matriculada entre os 6 e 9 anos/ população residente com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos

c)Taxa de escolarização no 2º ciclo - população matriculada entre os 10 e 12 anos/ população residente com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos

d)Taxa real de escolarização no 3º ciclo - população matriculada entre os 13 e 15 anos/ população residente com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos

Taxa de escolarização no ensino básico: população matriculada num ciclo do ensino básico/população em idade de frequentar esse nível de ensino.

Taxa de transição Proporção de alunos transitados num dado ano de escolaridade tendo como referência o número de alunos matriculados nesse ano de escolaridade.

Taxa de Retenção: Percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

Desperdício – alunos que reprovaram por faltas, desistiram ou foram transferidos/total de alunos matriculados nesse ano

Anexo 2. Notas metodológicas relativas à elaboração dos cenários

Nota metodológica Estudalentejo

A metodologia de base é o *método do seguimento demográfico*, pela decomposição da população nas suas componentes, expresso na equação de concordância da demografia:

$$P_{t+1} = P_t + N_{t+1} - O_{t+1} + I_{t+1} - E_{t+1} \text{ ou}$$

$$P_{t+1} = P_t + SN_{t+1} + SM_{t+1}$$

P t = população de partida, no ano n (população recenseada ou estimada)

N = número de nascimentos com vida (nados vivos) entre o ano t e t+1

O = número de óbitos entre o ano t e t+1

SN t= saldo natural ou diferença entre nados vivos (N) e óbitos (O)

SM t = saldo migratório ou diferença entre imigrantes (I) e emigrantes (E)

P t+1= população de chegada ou no final do período (ou ano)

t = intervalo de tempo….t = 1,2,3, …..10 anos….

Deste modo, a população de chegada é obtida adicionando o número de nascimentos com vida, subtraindo o número de óbitos e adicionando ou subtraindo o número de imigrantes ou emigrantes, à população de partida. O método é aplicado para cada sexo em separado. Para desagregar os efectivos populacionais por idades aplica-se o método a cada geração da população de partida.

2. A organização dos cenários

A chamada projecção derivada, i, é, aquela que tem por base a estimativa da população realizada anteriormente, seguiu algumas etapas:

1. Análise das tendências pesadas do sistema

A identificação das tendências pesadas do sistema foi feita através da análise de séries estatísticas de dados relevantes:

a. Análise dos níveis de escolarização por nível de ensino em 1991, 1996 e 2001
b. Análise da progressão e retenção escolares como indicadores do sucesso escolar nos diferentes níveis de ensino
c. Análise das tendências demográficas dos últimos períodos censitários e inter- censitários

Esta análise é ainda complementada com a verificação da qualidade dos dados provenientes das diferentes fontes.

2. Identificação e selecção dos indicadores

1) Abordagem quantitativa

Indicadores da capacidade de resposta do dispositivo educativo instalado no concelho à procura expressa:

- Taxa de escolarização por nível de ensino
- Alunos matriculados/população em idade de o fazer
- Taxa de conclusão do ensino básico

I. 2) Abordagem qualitativa

II. Indicadores da eficácia do sistema, i. é, análise da qualidade da escolarização:

- Taxa de transição
- Taxa de retenção

3. Identificação da informação necessária e das fontes:

INE: Censos - População por idades exactas em 1991, e 2001

Estimativas da população para o meio da década,

Nados vivos, óbitos

DREA- População matriculada por grau de ensino e idade,

População retida por idade e grau de ensino

Nota Metodológica DREA (2006)

i) Entende-se por Alentejo a soma dos concelhos considerados no âmbito da DREAlentejo;

ii) A metodologia utilizada foi a do *Cohorte-Survival* controlada pelos níveis das *Tábuas-Tipo de Princeton*;

iii) Não se elaboraram cenários alternativos. Optou-se pela construção de uma *Tendência Pesada*, ou seja, *se tudo continuar a evoluir como tem evoluído até ao presente momento*;

iv) Entende-se por *População Potencial* (PP) a população em idade própria de frequentar um determinado ano de ensino, com base na estrutura censitária de 2001 e no nº de Nados-Vivos anuais (INE). *População Real* (PR) corresponde à população escolar observada com base nas matrículas escolares, registadas nas bases de dados *on-line* do GIASE (redes pública, privada e solidária);

v) A participação no sistema educativo pode ser analisada através das Taxas de Escolarização Brutas e das Taxas de Escolarização Líquidas (ou Reais). Estas últimas medem o grau de eficiência do sistema, uma vez que relacionam os alunos que frequentam um ciclo de estudos nas idades próprias à sua frequência, enquanto as taxas brutas dão informação, quer sobre a participação dos indivíduos no sistema educativo, quer sobre os efeitos de retenção e transferências no ciclo de estudos, por relacionar os alunos que o frequentam independentemente da idade e proveniência geográfica.

vi) De acordo com o ponto anterior, o presente trabalho assenta no pressuposto de que, para um determinado ano e nível de ensino, existem três possibilidades na relação PR/PP:

- <u>se a PR>PP (Tx Escol Bruta >100%)</u>, tal significa que para essa idade (ou ano de ensino), os Saldos das Retenções e Transferências possibilitaram um superávit de alunos em relação ao esperado (i.e ao nº potencial)

- <u>se a PR<PP (Tx Escol Bruta <100%)</u>, tal significa que para essa idade (ou ano de ensino), os Saldos das Retenções e Transferências favoreceram um déficit de alunos em relação ao esperado (i.e ao nº potencial)

- <u>se a PR=PP (Tx Escol Bruta =100%)</u>, tal significa que para essa idade (ou ano de ensino), os Saldos das Retenções e Transferências apresentam um total de alunos igual ao esperado (i.e ao nº potencial)

vii) Consequentemente, a proximidade ou o afastamento dos valores entre a População Potencial e a População Real vai depender fundamentalmente das 2 variáveis apresentadas, e eventualmente até de outras como o abandono escolar ou a mortalidade.

Todavia, mesmo que os valores resultem muito próximos ou até iguais, tal pode não significar que os alunos matriculados sejam exactamente os mesmos que estavam previstos, i.e., em idade própria de frequentarem um dado ano de ensino.

viii) Para cada concelho foram criados três quadros-síntese (A, B e C) interrelacionados entre si, que permitem uma análise rápida e onde se realçam os aspectos mais relevantes da informação obtida, para o prazo apresentado.

ix) Dado que as projecções são apresentadas com os valores arredondados à unidade, nos quadros B e C os totais apresentados podem eventualmente não coincidir com a respectiva soma das partes.

Anexo 3. Lista de escolas a encerrar na Região Alentejo (DREA, 2006)